SELO TESES E DISSERTAÇÕES

CRISTIANE MESQUITA GOMES

TURISMO, CULTURA E A FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (MA): MEU CANTO NÃO PODE PARAR.

Ed UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor
José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor
Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE
Erasmo Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro | UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão | UFC
Eliane P. Zamith Brito | FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça | UNIFOR
Homero Santiago | USP	Pierre Salama | Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves | USP	Romeu Gomes | FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto | UFF	Túlio Batista Franco | UFF

SELO TESES E DISSERTAÇÕES

CRISTIANE MESQUITA GOMES

TURISMO, CULTURA E A FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (MA): MEU CANTO NÃO PODE PARAR.

1ª Edição
Fortaleza - CE
2017

Ed UECE

TURISMO, CULTURA E A FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (MA): MEU CANTO NÃO PODE PARAR.

© 2017 *Copyright by* Cristiane Mesquita Gomes

Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Coordenação Editorial
Erasmo Miessa Ruiz

Diagramação e Capa
Narcélio Lopes

Foto da Capa:
Patricia Cunha - Mistura Fina: O Divino em Alcântara

Revisão de Texto
EdUECE

Ficha Catalográfica
Vanessa Cavalcante Lima – CRB 3/1166

G633t Gomes, Cristiane Mesquita.
Turismo, cultura e a Festa do Divino em Alcântara (MA): meu canto não pode parar / Cristiane Mesquita Gomes. – Fortaleza: EdUECE, 2017.

187 p.
ISBN: 978-85-7826-466-6

1. Festejo popular – Maranhão. 2. Negócio turístico. 3. Cultura. I. Título.

CDD: 390

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas graças alcançadas em minha vida.

Aos meus pais, Manoel e Gesse, a quem devo todo o apoio necessário para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço ao meu marido Alberto Martins pela paciência e esforço empenhado.

Ao meu filho Lucas Gomes Martins, irmãs Rosiane e Liziane Gomes e amigos, Edalton Silva e Augusto Ângelo, que me socorreram com ideias e materiais.

Agradeço ao meu anjo da guarda no Ceará, Conceição Nascimento, sem a qual eu não teria concluído tantas etapas.

Ao querido professor Agileu Gadelha pelas palavras elogiosas, pelo incentivo e pela aposta de que este livro se faria realidade.

Minha incansável orientadora, Luzia Neide Coriolano, que tanto me ensinou. E ao senhor Manuel Coriolano, pelo carinho e apoio.

Às Caixeiras de Alcântara que me proporcionaram tamanha riqueza de conhecimentos.

PREFÁCIO

Esse livro resulta do trabalho de dissertação de Cristiane Mesquita Gomes, egressa do Mestrado em Turismo da Universidade Estadual do Ceará. O estudo remete ao Maranhão e a histórica capital São Luís com foco nas Caixeiras da "Festa do Divino", em Alcântara. A autora apresenta a "terra boa onde o poeta nasceu", cantada e rimada em contos literários, em especial por Gonçalves Dias que em nostalgia rogava "não permita Deus que eu morra, sem que eu volte para lá, sem que desfrute dos primores que não encontro eu cá, sem que ainda aviste as palmeiras onde canta o sabiá*", e* de forma acadêmica e também poética Cristiane mostra a realidade do estado do Maranhão e as potencialidades turísticas do estado nesse livro intitulado: TURISMO, CULTURA E A FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (MA): MEU CANTO NÃO PODE PARAR.

A autora genuinamente maranhense apresenta ao leitor uma viagem na história e no espaço geográfico a ilha de São Luís dos azulejos portugueses, dos Lençóis Maranhenses, da Baía de São Marcos e da pequena cidade de Alcântara cercada de praias, ilhas desertas e vegetações, fundada no século XVII, que se tornou Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1948. Cristiane de forma poética e respaldadas no rigor científico apresenta discussões sobre políticas econômicas, sociais, culturais e turísticas do estado nordestino que não consegue nivelar-se a outros da região Nordeste apesar de possuir imensas possibilidades. O Nordeste, rico em negócios turísticos, apresenta ao País a Rota das Emoções que integra Jericoacoara, Delta do Rio Parnaíba e os Lençóis Maranhenses agregando Ceará, Piauí e Maranhão em esforço de fortalecimento do turismo regional.

A análise histórica apresentada pela autora faz o leitor voltar aos tempos coloniais e imperiais quando São Luís e Salvador foram as maiores cidades do império português no Brasil produzindo patrimônio histórico cultural que poderia ser direcionado para o turismo cultural. Mostra como em muitos lugares a cultura tem sido atrativa para dinamização de fluxos turísticos, tendo grupos tradicionais de culturas autóctones oportunidade de participação na dinâmica turística com pequenos negócios, mas, sobretudo como forma de salvaguardar raízes históricas e valores culturais de grupos históricos.

A autora questiona a realidade das Caixeiras do Divino Espírito Santo de Alcântara, que apesar da beleza cultural e da originalidade da forma e do conteúdo da manifestação cultural com elevado valor de atratividade dado à raridade do atrativo encontra-se ameaçada, por falta de políticas culturais e turísticas em Alcântara. Cidade que é Centro de Lançamento Aeroespacial do estado, que recebeu escravos tendo importância histórica e cultural, possui comunidades remanescentes de quilombos denominadas quilombolas e mantém padrões e festas e costumes afros como as "Caixeiras do Divino e o tambor de crioula" e mesmo assim, Alcântara não é um núcleo turístico de destaque nos País. Essa realidade e festa das caixeiras do Divino Espírito Santo são descritas e analisadas no texto ficando-se com vontade de participar das manifestações folclóricas e religiosas em Alcântara, dado o envolvimento que a autora provoca no leitor.

Cristiane descreve as caixeiras como mulheres sacerdotisas que há muitas gerações conduzem os rituais festivos da Festa do Divino com o toque das caixas anunciando os complexos rituais religiosos dos cultos festivos que resgatam a herança cultural africana. A pesquisadora levanta questionamentos e preocupações sobre as sacerdotisas do Divino que devem chegar aos

gestores municipais e estaduais em especial ao trade turístico de São Luis do Maranhão.

O livro de Cristiane que ora nos chega às mãos é, portanto, leitura imperdível para todos aqueles que amam o Maranhão e que desejam contribuir para o crescimento do estado. Sobretudo para os que trabalham nas políticas de crescimento socioeconômico e que podem fazer do turismo um meio de promoção dos valores culturais dessa terra rica na arte, folclore, com rico patrimônio natural e cultural, conhecida como a capital do *reggae.* Cristiane e eu, que acompanhei sua pesquisa, esperamos que essa obra seja disponibilizada para todos os professores e alunos maranhenses, governos, empresários, lideranças comunitárias, ONGs, pesquisadores, para que todos, conhecendo melhor esse estado privilegiado do Brasil, saibam encontrar caminhos para seu engrandecimento.

Luzia Neide Coriolano

Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da UECE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1

ESTADO POTENCIALMENTE TURÍSTICO 18
São Luís dos azulejos e portal entrada dos Lençóis Maranhenses
Núcleos indutores de turismo no estado
Rota das emoções: negócios turísticos

CAPÍTULO 2

ALCÂNTARA: BERÇO DA NOBREZA PORTUGUESA..... 51
A pequena cidade de Alcântara, turismo e cultura
Vida socioeconômica da pacata Alcântara
Centro de lançamento aeroespacial de Alcântara e comunidades quilombolas

CAPÍTULO 3

CAIXEIRAS DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO 104
Festa sagrada do Divino Espírito Santo
Festa profana em Alcântara: arte e folclore
A Realidade das caixeiras do Divino em Alcântara

CONCLUSÃO 154

REFERÊNCIAS..... 159

APÊNDICES 174

INTRODUÇÃO

O universo sacro profano da festa do Divino Espírito Santo na cidade de Alcântara no Maranhão apresenta imbricadas relações com as caixeiras que são mulheres idosas remanescentes de quilombo que dedicam a vida em prol do Divino, apresentando diferencial entre as demais caixeiras do estado que também entoam as caixas em Terreiro de Mina. O contexto sociocultural extraído do universo das sacerdotisas do Divino em Alcântara se pretende exposto nos capítulos desse livro.

O Maranhão está situado a Oeste da região Nordeste do Brasil, segundo maior estado da Região, contando com 217 municípios, em área de 331.983,293 km². O Estado tem origem na luta entre povos nativos e colonizadores quando, no ano do descobrimento do Brasil, espanhóis ali se instalaram. Trinta e cinco anos depois, chegam portugueses que tentaram ocupar o território sem sucesso. E em 1612, franceses, liderados por Daniel de La Touche[1], Senhor de La Ravardiére, ocupam o Maranhão (pela invasão à Ilha de Upaon-Açu[2]), originando a França Equinocial. A ocupação ocorre em cenários de lutas e tréguas entre portugueses e franceses durante três anos e, no ano de 1615, os portugueses expulsaram os franceses pela Batalha de Guaxenduba e retomaram definitivamente a colônia. Em 1641, novo cenário de guerra toma de assalto às terras da Capitania do Maranhão com a invasão holandesa, que objetivava expandir a indústria açucareira com aquisição de novas áreas de produção de cana-de

1 Liderou a expedição francesa que, em 1612, deu início as pretensões de colonização no Norte do Brasil.

2 Em Tupinambá significa Ilha Grande. A denominação indígena foi restabelecida pela constituição do Estado do Maranhão: Art. 8º - A cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado.

-açúcar. Assim, sucessivas batalhas marcam o princípio da história do Maranhão, como em 1642, quando colonos se agigantam na expulsão de holandeses das terras e, por três anos, sofreram intenso despovoamento e destruição de boa parte da Vila de São Luís. Os cenários de guerra só se dissiparam em 1644, com a retirada dos holandeses das terras maranhenses por falta de reforços. Muitas outras revoltas ocorrem no decorrer da história, pois as condições de vida, em terras maranhenses, eram difíceis sob o jugo da coroa portuguesa. É assim que os historiadores como Coelho Netto (1979), Viveiros (1992; 1999) e Lacroix (2012) registram a história do Maranhão.

E do emaranhado de invasões resulta a miscigenação e o sincretismo religioso perpetuado no Estado. Índios, negros, portugueses, holandeses, franceses, algum tempo depois, sírio-libaneses contribuem na formação do povo brasileiro e, em especial, do místico povo maranhense, crédulo de lendas e de fé.

Nesse contexto sincrético, houve várias formas de expressão religiosa e de manifestações culturais dos maranhenses, em destaque, a Festa ao Divino, herança do povo português, objeto de investigação.

A capital maranhense é conhecida como Ilha de São Luís, Ilha dos Amores ou Ilha de Upaon-Açu. Compõe-se pelos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, às margens da Baía de São Marcos, do Oceano Atlântico e do Estreito dos Mosquitos. Com população estimada em 1.011.943 de habitantes (IBGE, 2010), São Luís é um polo turístico do Nordeste, o principal do estado, compreendendo os municípios que formam a Ilha e a cidade Monumento de Alcântara, próxima à linha do Equador, a Ilha dos Amores resulta na maior variação de maré[3] do território nacional, com alternações de até oito metros

3 É a variação do nível das águas, entre uma preamar e uma baixa-mar. No Maranhão varia entre 6 e 8 m.

entre maré alta e baixa. A vegetação selvagem é um dos maiores expoentes. Capital brasileira do *reggae* se tornou conhecida como "Jamaica brasileira" [4].

São Luís, no conjunto arquitetônico, guarda antigos casarões cobertos de azulejos de influência portuguesa, com cerca de 5 mil imóveis dos séculos XVII a XIX, que remontam ao passado de muita riqueza, quando barões (cidadãos com títulos de nobreza) e prósperos comerciantes acumularam fortunas. O rico acervo foi tombado em 1997 como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. O acervo colonial abriga repartições públicas e privadas, lojas, cinemas, museus, teatros, bares, restaurantes e hotéis, detém o maior conjunto arquitetônico de origem portuguesa da América Latina. O casario colonial do Centro Histórico da Capital – e de cidades do interior, como Viana, Guimarães e Alcântara – é herança de tempo de riqueza, quando o Maranhão era grande exportador de algodão e cana-de-açúcar, o comércio algodoeiro e o da cana de açúcar prosperavam à época.

Colonizadores portugueses e descendentes reproduziam em solares e casarões, o estilo arquitetônico colonial europeu. Utilizaram revestimento em azulejos nas fachadas, ideia funcional que também agregou charme e beleza, e se fez marca característica das construções coloniais maranhenses. Além de fachadas, os azulejos também eram utilizados em painéis em casas e igrejas. A arquitetura da época é definida pelo uso de pedras de cantaria[5], trazidas de Portugal, sacadas com balcões em ferro e mirantes. A área de casarões históricos de São Luís ocupa 250 hectares e envolve três mil e quinhentas construções. A beleza e

4 São Luís é palco do grande manifesto musical de *reggae* que teve início no Brasil no final da década de 70 e logo invadiu o Estado. É o único lugar do mundo onde se dança o *Reggae* em pares. Em todo o Estado são formadas radiolas (paredões) de som de alta qualidade, que fazem das festas uma noite de muita animação à massa regueira.

5 Mármore português, o termo cantaria era utilizado porque as pedras eram trabalhadas pelos profissionais chamados de "canteiros" (profissionais portugueses) que preparavam a pedra de Lioz dando a ela a forma necessária para ser usada nos cantos e nos portais das residências.

a importância histórica do acervo arquitetônico foram reconhecidas em 1997, no primeiro mandato da governadora Roseana, pela Organização das Nações Unidas como Patrimônio da Humanidade (ENCONTRAMA, 2009). A capital ostenta no litoral belas praias e dunas exuberantes em extensa faixa litorânea. Entre praias da capital e lagoas dos Lençóis maranhenses, têm-se águas límpidas que deságuam em cachoeiras no Sul do Estado. Fazer turismo no Maranhão significa experimentar riqueza de paisagens e cultura com todas as peculiaridades. Culturalmente o Maranhão é reconhecido pelas manifestações ricas em tradição: bumba meu-boi, tambor de crioula, tambor de mina, manifestações do condado de reis, pastores e festa do Divino Espírito Santo.

Na maioria das cidades, celebra-se a Festa do Divino como manifestação local, entretanto, na cidade de Alcântara, realiza-se a pesquisa com maior acuidade, para explicação da tradição das caixeiras da festa, verificação do significado e do que ocorre com o grupo folclórico tradicional que, a duras penas, se mantém. No contexto histórico cultural, Alcântara é a área investigada em contextualização com a metrópole São Luís, no estado do Maranhão.

Alcântara, pequena cidade cercada de praias e ilhas desertas, fundada em 22 de dezembro de 1648, foi a primeira cidade histórica amazônica reconhecida Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 1948.

Com a proclamação da independência, é elevada à categoria de cidade em 1836, e, pela proximidade com São Luís, atraiu aristocratas rurais do Maranhão que ali edificaram casarios e sobrados. Na década de 1850, Alcântara possuía oitenta e uma fazendas agrícolas, vinte e dois engenhos de açúcar, vinte e quatro fazendas de gado e mais de uma centena de salinas, o que lhe conferia posição de destaque na província, reconhecida

produtora e exportadora de sal, açúcar, cachaça, couro, carne, algodão, arroz, farinha, milho e peixe seco. (VIVEIROS, 1999).

Para chegar a Alcântara, pitoresca cidade-monumento do Maranhão, há que se atravessar a grande Baía de São Marcos, em viagem de aproximadamente uma hora e meia de barco. O sítio urbano da cidade está centrado no continente, e integra o Golfão Maranhense. O cenário de antigas ruas calçadas de pedras, casarões, azulejos, igrejas, moradas, fontes e ruínas resistentes ao tempo deixam saltar aos olhos de quem admira a fascinante opulência e riqueza de tempos atrás. Os museus, casas temáticas e igrejas guardam o remanso do passado e induzem viagem no tempo.

As Caixeiras da Festa do Divino, na cidade de Alcântara relembram a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. É uma das mais expressivas festas do calendário cultural e religioso do Maranhão. Pela história oral sabe-se que a origem da festa é portuguesa, derivada da construção da Igreja do Espírito Santo em Alenquer[6], nos idos do século XIII, por ordem da rainha Dona Isabel, casada com D. Dinis I, de Portugal, festa tão singular que chegou ao Brasil no século XVI com colonizadores.

O significado cultural da Festa do Divino Espírito Santo, transformada em atrativo turístico de Alcântara é um convite à pesquisa. A convivência da pesquisadora com a comunidade, desde 2008, aproximou-a do significado de práticas culturais locais, especificamente de Alcântara, pelo interesse em investigar a tradição das Caixeiras do Divino e a importância do lazer e turismo no desenvolvimento do município. Dessa forma, ressalta-se a pertinência da temática no que se refere ao caráter histórico e sociocultural, memória cultural coletiva do residente que tem, nas caixeiras, testemunhas da história e da tradição do povo alcantarense.

6 Vila portuguesa pertencente ao Distrito de Lisboa.

Atrativo turístico de todos, a cidade de Alcântara encena a tendência de atrair turistas por possuir valores naturais, históricos, culturais, arquitetônicos, nos últimos anos, mais direcionados ao turismo. No conjunto de atrativos, a Festa do Divino se faz expoente, coexistindo com Caixeiras e toque de caixas com especificidade.

Dessa forma a pesquisa se faz necessária, principalmente pelo ineditismo, considerando que as Caixeiras do Divino de Alcântara, ao que parece, não foram valorizadas em primeiro plano, senão como apêndice de manifestação cultural, em teses e dissertações. Pretende-se, não mais que primordialmente, identificar a origem da festa sagrada e profana no Estado do Maranhão, relação com os Terreiros de Mina na capital, São Luís, e aporte católico dado à manifestação cultural da cidade de Alcântara. Pelas constatações, investiga-se a real situação das caixeiras no momento hodierno prospectando possibilidades de futuro do festejo na cidade, frente à ameaça de extinção das mulheres que envelheceram e não há preocupação em perpetuar a cultura do toque de caixas pela nova geração de alcantarenses. É o que se percebe no discurso dos moradores e das próprias caixeiras.

Por tudo isso, principalmente pela preocupação das caixeiras com a continuidade do legado cultural, se justifica a pesquisa. Pretende-se, com trabalho investigativo, elucidar o futuro da forte herança cultural, contribuindo para discussões produtivas que envolvam a comunidade alcantarense, caixeiras e dirigentes públicos, para o futuro responsavelmente pensado e remediado.

Pelo visto, a tradição das Caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo, é resultado da história sociocultural do Estado do Maranhão e da capital São Luís. Pelas particularidades da festa, há ameaça constante ao legado pelo descaso e falta de condições de o grupo manter-se coeso em reprodução da prática do

toque de caixas quando se sabe o significado para manutenção da identidade, lazer, turismo, sobretudo considerado o problema da comunidade com saberes constituídos.

Em face do convívio com a comunidade, desde 2008, a opção foi acompanhar o ritual, em 2013, a começar pelo domingo de Pentecostes, início oficial da festa, até encerramento. A metodologia é exploratória, com abordagem quanto qualitativa. A revisão da literatura sobre o tema levou à identificação de conceitos básicos acerca de cultura, turismo, polos turísticos, lazer, festas populares, sagrado e profano e cultura. Adota-se visão crítica frente às análises, confrontando contradições com interesse no conhecimento de conflitos e contradições da realidade do Maranhão. Para tanto, verificaram-se fontes da história, geografia e turismo, com apoio em autores críticos e, assim, definiram-se categorias de análise.

As fontes para teorização foram variadas, com o compromisso de manutenção do foco da investigação. Questionaram-se e contrapuseram-se informações para não engessamento de verdades como absolutas. Procedimentos metodológicos envolvem coleta de informações, aplicação de questionários e entrevistas, registros fotográficos de passos do festejo, assim como gravações de ladainhas das Caixeiras e depoimentos sobre a iminente preocupação com o futuro da festa. Aplicou-se técnica de observação participante, o que levou à participação da manifestação, lado a lado, com as caixeiras, incluindo ensaios.

Como resultado de observações anteriores sobre a festa, houve necessidade de entrevista de devotos, caixeiras, festeiros, autóctones, visitantes e autoridades locais para entendimento de determinações e relações locais, fatores relevantes para compreensão do contexto da celebração da festa e imbricações com o turismo e economia local. Relações diretas do festejo, associadas com similares no estado, fizeram compreender as reais

ameaças que pairam sobre as mulheres de Alcântara, dedicadas ao toque das caixas, durante a Festa do Divino Espírito Santo.

No capítulo 1, apresenta-se o Estado do Maranhão frente ao potencial turístico que apresenta, principiando com digressão histórica que remonta à ocupação das terras brasileiras, assim como se explicitam fatos históricos que resultam em miscigenação na formação do povo maranhense, herdeiro de crenças e práticas culturais ancestrais.

O capítulo 2 ambienta a história de fundação da cidade de Alcântara, relação com o turismo, vida social e relação do Centro de Lançamento Aeroespacial com as comunidades quilombolas.

No capítulo 3, contextualiza-se a Festa do Divino Espírito Santo compreendendo a realidade socioeconômica de Alcântara e da festa das caixeiras do Divino Espírito Santo, enfim, conclusões e apresentação de propostas.

CAPÍTULO 1

ESTADO POTENCIALMENTE TURÍSTICO

O estado do Maranhão, na região Nordeste do Brasil, tem como limites Oceano Atlântico, Piauí, estado do Tocantins e Pará, em área de 331.983,3 km². O clima tropical e relevo de costa recortada, assim como a planície litorânea formam dunas e planalto na região interior do estado. A cobertura vegetal é variada em destaque: Mata dos Cocais (leste); mangues na região litorânea, Floresta Amazônica (oeste) e Cerrado (no sul). As cidades mais populosas do estado são a capital São Luís e cidades de Imperatriz, São José de Ribamar e Timon. No subsolo há minas de calcário, ouro, cobre, gipsita, diamante e argila. É banhado pelos rios**:** Balsas, Itapecuru, Gurupi e Mearim (RIOS, 2010). Duas regiões se destacam como atrativos turísticos no estado: Chapada das Mesas, com cachoeiras, trilhas e rios, e Lençóis Maranhenses com dunas, lagoas, rios e o mar.

Historicamente, ocorreram lutas entre nativos pela posse da terra, a exemplo do que discorre Lacroix (2012), os espanhóis foram os primeiros a passar por cá, onde hoje se sabe Maranhão, quando do descobrimento do Brasil. A ocupação se confunde com a história da capital São Luís, pois em 1612 os franceses ocupam o Maranhão, no contexto de conflitos entre estes e portugueses. Estado do Maranhão e Grão-Pará[7] foram instituídos em 1621, para melhoria de defesas e ligação com a Metrópole, já que as relações com a capital Salvador eram entravadas por consequência de correntes marítimas na costa leste do oceano

7 Um dos estados coloniais portugueses na América do Sul criado no período pombalino quando o Maranhão mudou a capital de São Luís para Belém. Ia do Nordeste Ocidental até a Amazônia Ocidental, quando o Maranhão ganhou soberania e se criou a capitania do Grão Pará e Rio Negro (Amazonas).

Atlântico. Em consequência do domínio português na região, em 1774, dá-se a ruptura entre Maranhão e Pará, motivada pela forte influência portuguesa que resistia na aceitação de independência do Brasil de Portugal que somente se consolida em 07 de setembro de 1822. Relevar a questão do domínio português, da influência dos escravos traficados para essas terras e o resultado sincrético da miscigenação se faz importante para compreensão de viés cultural do povo investigado e estudado na pesquisa.

Para exploração de terras do Maranhão, há compreender a teoria de que o grande sertão, ao Sul do estado, fora a porta de entrada para migrantes de paragens brasileiras como conta Coelho Netto (1979) em pesquisa no Maranhão do Sul. O pesquisador relata que o sertão era o lugar mais afastado dos pontos conquistados pelos colonizadores: matas densas, acessos inadequados, área de povoados indígenas e variáveis que tornavam o cenário bastante hostil e desafiador. Descreve os primeiros habitantes do Maranhão e habitat decorrente de muitos conflitos e resistências pela posse da terra

> Eram nordestinos os homens que ali no alto sertão, no sul deste grande estado, vieram criar a civilização do gado que se caracterizava na implantação das fazendas, com a casa do vaqueiro ou preposto, curral, ocupação de terras, aparecendo assim o seu aspecto fundiário da propriedade, pequena agricultura de sustentação, firmando a conquista definitiva com o afastamento dos gentios, seus primitivos habitantes. (COELHO NETTO, 1979, p. 11).

O autor perfila princípio de ocupação das entranhas do estado, na contramão do que Lacroix (2012) discorre como primórdio contemplando a ocupação unicamente pelo litoral. Coe-

lho Netto (1979, p. 12) também cita os territórios ocupados pela encenação de odisseia dos que "atravessavam o rio Parnaíba e vislumbravam Pastos Bons e se estendem nos campos e nas agradáveis ribeiras até chegar em Tocantins, estabelecendo na época o conflito de fronteiras entre a província do Maranhão e as de Goiás e Pará".

> Não traziam escravos, eram brancos, portugueses na sua origem e na sua descendência, da Bahia e de outros estados do nordeste, acompanhados dos mais legítimos brasileiros, nascidos da mesclagem das raças que povoaram inicialmente essa grande nação, [...] aventureiros e sonhadores que tinham a primazia de possuir o gado e em seguida a terra pela posse imediata [...]. (COELHO NETTO, 1979, p. 12).

Em instantes primeiros da história de ocupação das terras, prepara-se, sobremaneira, a miscigenação e o sincretismo religioso, foco da investigação. No século XVI, o território maranhense era povoado por índios tupinambás, tremembés e potiguaras, conforme Coelho Netto (1979). O primeiro europeu a irromper o litoral maranhense fora o navegador espanhol Vicente Yàñez Piazón,[8] em 1500. Por outro lado, contempla-se a visão de Lacroix (2012, p. 17) ao tratar da invasão das terras do Maranhão, ao Norte, invasão por mar:

> Desde fins do século XV, europeus, especialmente franceses, vasculharam o litoral brasileiro, em relação amistosa com nativos por meio do escambo. Confirmada a riqueza da região, a receptividade silvícola e livre da posse dos descobrido-

8 Navegador (explorador) espanhol, foi co-descobridor da América em 1492 como capitão da caravela La Niña, na primeira expedição de Cristóvão Colombo.

> res, foi formada uma empresa autorizada pela Regente Maria Médici. Organizada a frota, velas lançadas ao mar a 19 de março e depois de algumas paradas, os súditos dos Bourbon chegaram a Upaon -Açu a 6 de agosto de 1612. Escolheram um lugar estratégico, com visão para os dois braços de rios que circundam a ilha e construíram o forte principal, em pau -a-pique, nominado de *Sant Louis*. [...]. Grande parte da comitiva se hospedou nas vinte e sete aldeias da ilha, completamente integrados à vida nativa, usando os primitivos caminhos como rede de comunicação e os rios em canoas de um só tronco (LACROIX, 2012, p. 17).

A historiadora ambienta dedutíveis relações miscigenadas ocorridas no período, resultado da união entre europeus e nativos até então único povo da região. A chegada dos negros traficados ao Maranhão data de 1671, segundo Lacroix (2012, p. 33), quando Padre Antônio Vieira[9] sugere ao Rei solução para o entrave econômico na região em decorrência da ausência de mão de obra indígena (escravizados), como comprova o texto:

> Recuperando o território, persistiu o problema da mão de obra. Em 1661, Padre Antônio Vieira sugeriu ao Rei a vinda de negros africanos para o Maranhão. Sugestão aceita. Data de 1671 uma petição assinada por leigos e frades requerendo ao Senado da Câmara de São Luís a compra de escravos vindos em dois navios estrangeiros, *pois do* contrário consumar-se-ia a ruína da terra, já muito decadente.

9 Personalidade do século XVII, destacou-se como missionário em terras brasileiras, defendeu os direitos dos povos indígenas combatendo a exploração e escravização e evangelizando.

Feita digressão histórica sobre os primórdios do estado do Maranhão faz-se primordial entender a forma do encontro e mistura dos povos. De fato, o encontro de diferentes povos e o momento histórico principiam o desenvolvimento teórico da pesquisa. Compreende-se que a riqueza cultural advinda do processo de desenvolvimento histórico cria legado cultural vasto e rico, que explicita a tendência do Maranhão a ser forte atração turística.

Contemporaneamente, luta-se pelo desenvolvimento econômico significativo, é que o estado, com todo o diferencial, oferece atrativos dos mais variados, devido à importância do processo histórico e por ser um dos maiores estados da federação: é o oitavo maior e somente décimo sexto posicionado em relação ao desenvolvimento econômico. Regionalmente está organizado em polos[10]:

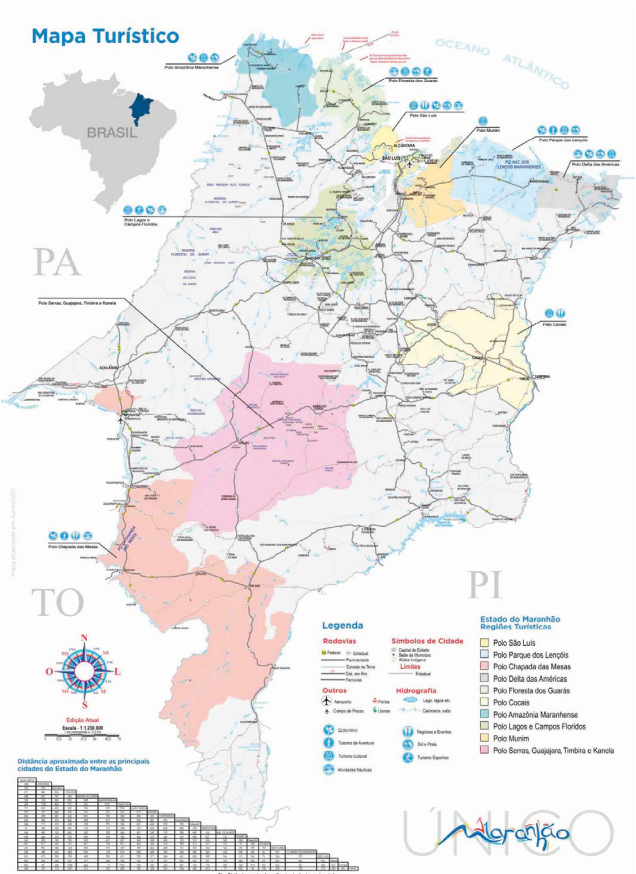
> Os vários governos do Maranhão também vêm, ano após ano, buscando soluções para o desenvolvimento do Estado e para a melhoria das condições de vida da população. E diante do grande potencial, o turismo se apresenta como uma das opções mais viáveis. No Maranhão são cinco pólos turísticos privilegiados: São Luís, Floresta dos Guarás, Parque dos Lençóis, Delta das Américas e Chapada das Mesas. (ANDRADE FILHO, 2003, p. 22).

Dividido em dez Polos, acrescentem-se-lhe cinco mais recentes: Polo Lagos e Campos Floridos, Polo Munin, Polo dos Cocais, Amazônia Maranhense e Polo Serras (Guajajara, Timbira e Kanela) (MARANHÃO, 2011a) (Figura 1).

10 Espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares. Prodetur/NE II - Polos de Turismo - Conceito e Etapas de Implementação.

O mapa mostra a divisão do Estado do Maranhão em Polos Turísticos, de acordo com o Projeto Maranhão Único, da Secretaria de Turismo do Estado.

Figura 1 - Mapa Polos Turísticos do Maranhão.



Fonte: Maranhão (2011a).

O Maranhão é da região Nordeste do Brasil, em vizinhança da região Norte, o que lhe confere diversificados ecossistemas. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais**,** floresta Amazônica**,** cerrados**,** mangues (ENCONTRAMA, 2009). Dada a diversidade, o estado fora dividido em Polos para gestão mais apropriada de questões naturais e socioeconômicas. Tamanha variedade de ecossistemas constitui estado rico em atrativos turísticos. Sobre seu significado, Lage e Milone (2000, p. 28) dizem:

> Os lugares, objetos ou acontecimentos de interesse turístico que motivam os deslocamentos de grupos humanos para conhecê-los: recursos naturais, patrimônio histórico-cultural, manifestações folclóricas, realizações científicas e outros acontecimentos programados.

Os recursos naturais constituem ativos turísticos, instrumento de desenvolvimento socioeconômico e elevação do nível de bem-estar da coletividade. Há que sublinhar o significado de desenvolvimento na visão de Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 77), que consideram o desenvolvimento: "uma ideia dos anos 1950 que marca a discursão sobre as estratégias políticas e econômicas que permitiriam às nações menos favorecidas efetivar a superação da miséria." E, na perspectiva de superação da miséria, de vida marginal, utilizou-se o termo "desenvolvimento" visando possibilitar crescimento endógeno dos municípios do Maranhão. Para Carestiato (2000, p. 27)

> A construção do poder endógeno para que um determinado grupo social possa autogerir-se desenvolvendo o seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações, na busca contínua de qualidade de vida de seus indivíduos.

A sociedade é protagonista da mudança da realidade de universos marginalizados, muitos no estado, rico de povo pobre. É uma questão dialética: se o estado é rico em recursos naturais e potencialidades turísticas, por outro ângulo, se abstrai em estado singular com gritantes diferenças sociais. Estado de disparidades econômicas sob o jugo da hegemonia capitalista concentradora de riquezas em mãos de poucos, enquanto a grande massa vive dissonante de seus direitos, ignorada nas necessidades e ignorante do que deve ter por direito.

A advertência de Coriolano (2009, p. 279) punge a análise quanto à possibilidade de a atividade turística ajudar a combater a pobreza de países ou estados mais pobres:

> Os países pobres são levados a acreditar no turismo como atividade indutora do desenvolvimento, o que não acontece, pois se sabe que o chamado desenvolvimento econômico tem base em atividades produtivas sólidas, com grande respaldo na industrialização. E que primeiro o lugar precisa crescer e se desenvolver para poder o turismo se estabelecer com sucesso. E se o turismo ocorre sem essa base industrial, tem que fazer esse papel de promover o combate às desigualdades sociais.

Assim, o Estado do Maranhão passa por conflitos e contradições reveladores de cenário de diferenças socioeconômicas discrepantes e ascendentes, e acredita na atividade turística como oportunidade de incremento econômico e possibilidade de reintegração de marginalizados social e economicamente. Dir-se-ia turismo capaz de mitigar desigualdades regionais e locais. A reflexão, à luz da teoria miltoniana, ajuda a definir o que são desigualdades regionais do país, em relação ao Maranhão e ao Nordeste.

> Diferenças duráveis, localmente interdependentes e cumulativas entre subespaços de um mesmo país. Condições não somente conjunturais, mas também estruturais são responsáveis por numerosas diferenças duráveis, ligadas umas as outras, na escala do espaço considerado. (SANTOS, 2004, p. 293).

Desta forma, entende-se Maranhão como estado rico em atrativos naturais, culturais, na mesma medida, abastado de problemas e gargalos políticos que dificultam seu crescimento. O entendimento de entraves no estado revela por que Maranhão não se destaca em desenvolvimento turístico em pé de igualdade com estados nordestinos que usufruem de benevolências da atividade.

São Luís dos Azulejos e Portal Entrada dos Lençóis Maranhenses

Fundada pelos franceses, a capital do estado, única brasileira, não nascida lusitana, apresenta arquitetura singular e história intimamente ligada ao desenvolvimento do país. Reconheceu-se pela UNESCO em 1997 como Patrimônio Mundial, e bem da humanidade. O traçado urbano da cidade data do século XVIII, conta com mais de cinco mil imóveis, adornados com arcos, gradis, bandeiras, vitrais e azulejos, com diversidade arquitetônica, artística e cultural mundial. Viana Lopes (2008, p. 11) descreve assim:

> Terra sem males para os tupinambás, eldorado de piratas e colonos, acrópole anacrônica de escritores e literatos, reino *vodum* para os que buscam encantamento São Luís é cidade e é ilha. E como

> toda ilha, é paraíso do imaginado. Mais do que qualquer outra cidade, São Luís revela a cada detalhe, a cada mudança, por mais furtiva, que é o resultado do desejo dos homens. [...]. Construíram a cidade colonial planejada segundo as normas e fins da Monarquia e da Igreja, mas não sufocaram o misticismo e a sensualidade do barroco.

São Luís foi uma das maiores cidades do Império português no Brasil, acomodava homens e mercadorias atendendo aos interesses da Monarquia. É o que se vê em pleno século XXI:

> É uma cidade dentro da outra: a metrópole traçada segundo princípios funcionais abraça, em anéis viários, a colônia fundada sob leis jesuítas e consagrada em ambas contemplam o seu reverso, os subúrbios sem limites da Jamaica brasileira (assim conhecida mundialmente pela tradição com o *reggae*). Na ilha entre praias, mangues e muralhas, a cidade de alumínio convive com a serpente lendária que habita suas galerias subterrâneas. (VIANA LOPES, 2008, p. 11).

Tupinambás, povo nômade, vindo de todas as partes do litoral brasileiro para a terra de Upaon-Açu, diziam-se símbolo de liberdade, e baseavam as atividades na agricultura, caça e pesca. Organizavam-se em vinte e sete aldeias, com cerca de doze mil índios. Mas, no século XVI, exploradores europeus à procura no Maranhão, do Eldorado lendário, minas de Potosi[11] na Cordilheira dos Andes, desagregam as tribos indígenas.

11 Localizam-se no cerro de Potosí, Alto Peru. Principal centro produtor de prata da América, durante o período colonial.

Diante da perspectiva de exploração da América, o ponto do litoral norte do Brasil foi visitado pelo espanhol Vicent Pianzon, em 1500 e por outros que vieram em anos seguintes, na intenção de explorar e colonizar (VIANA LOPES, 2008).

> Em 26 de julho de 1612, uma expedição francesa composta por três navios e quinhentos homens, vindos do porto de Cancale sob o comando dos tenentes-generais Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardiere, Sieur de Rasily e Aunelles, e Nicolau de Harlay [...] desembarcam no porto de Jeviree (ponta do São Francisco), com o intuito de fundar aqui uma colônia, reforçando a povoação originária. (VIANA LOPES, 2008, p. 12).

Sob a influência dos franceses, catequizaram-se tupinambás internalizando, no cotidiano, práticas do trabalho de colonizador. Século depois, pela influência portuguesa, é importante dizer da intervenção de Jerônimo de Albuquerque - primeiro governador do Maranhão – que, no intento de fortalecer e formalizar o domínio português, organiza a administração de São Luís, quando o engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Farias de Mesquita, elabora o primeiro plano de arruamento da cidade. “Da colônia francesa aos portugueses conservaram o agenciamento espacial do núcleo primitivo da cidade, em torno do Forte de Saint Louis, e o próprio uso do forte, serviu para manter a localização dos edifícios religiosos construídos pelos gauleses.” (VIANA LOPES, 2008, p. 13).

Para fomento do turismo, o programa de Regionalização e divisão do Estado em Polos coloca o Maranhão na rota dos grandes destinos brasileiros, entre os quais destaca-se o Polo Turístico São Luís, que abrange a Ilha de Upaon-açu, e mais quatro cidades, além da capital: Paço do Lumiar, São José de Ribamar,

Raposa e Alcântara. A capital aparece, romanescamente desenhada, na descrição sintética de Andrade Filho (2003, p. 23), que apresenta as principais atrações:

> São Luís dispõe de belas praias, entre as quais, pode-se destacar: São Marcos, Ponta d'Areia, Calhau, Caolho, Olho d'Agua e Guia. A avenida litorânea que liga as principais praias da ilha vem se tornando um ponto de concentração turística e, assim, estimulando o surgimento de uma série de negócios em sua extensão. No patrimônio histórico de São Luís (Ma), um dos mais ricos do país, destaca-se o acervo arquitetônico da Praia Grande (Projeto Reviver), Praça Benedito Leite, Largo do Carmo, Cais da Sagração, Palácio dos Leões e 'La Ravardiere', Teatro Artur Azevedo, Fonte de Santo Antônio, Fonte das Pedras, Largo do Ribeirão, Largo dos Amores e Sítio do Físico; além de igrejas centenárias, tais como: Igreja de São José do Desterro, Igreja de São Pantaleão, Igreja do Carmo, Igreja da Sé, Igreja dos Remédios e Igreja de Santo Antônio. (ANDRADE FILHO, 2003, p. 23).

Entre as manifestações populares, é importante citar os festejos juninos, com o tradicional bumba meu boi, apresentações de tambor de crioula, quadrilhas e tambor de mina. Exponente cultural do Maranhão é o *reggae*, que reconhece São Luís capital brasileira do *reggae*. O acervo cultural dispõe de museus: Museu Histórico e Artístico do Maranhão, Museu de Arte Sacra do Maranhão, Museu do Negro, Museu do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, Museu de Artes Visuais e Convento das Mercês.

São José de Ribamar, município turístico, a 32 km da capital, é destino do turismo religioso que faz parte do litoral da Ilha dos Amores, com praias extensas, a mais conhecida é a de Panaquatira. Oferece culinária baseada em frutos do mar e recebe visitantes diariamente. A cidade de Raposa é conhecida pelos bordados manuais e renda de bilro e culinária também com base em frutos do mar. A praia da Raposa dista 30 km do centro de São Luís, onde se tem a principal colônia de pescadores. O conjunto urbanístico é composto de casas de madeira em que se expõem rendas de artesãs. Destaque-se a praia de Carimã, uma das mais atraentes da Ilha.

A quarta cidade do Polo Turístico de São Luís é Paço do Lumiar, típica cidadezinha de interior, com áreas verdes intocadas. O manguezal é fonte geradora de alimentação e renda de moradores, cidade atrativa de turismo. A influência de marés, na maioria dos rios também atrai a visitação à localidade, pois com o aumento de volume das águas que desembocam no mar, passeios de canoas e lanchas se tornam constantes, favorecendo a pesca e apreciação da arrevoada de guarás e garças que fazem ninhos no manguezal.

E a cidade monumento de Alcântara, única do Polo Turístico, que está fora da Ilha. A própria viagem de barco é um convite ao turismo. A cidade é de rico patrimônio histórico, forte apelo cultural, com conjunto de atrativos naturais em rota de visitação.

O modelo de gestão em Polos não foi suficiente para desenvolvimento do turismo. As deficiências do Maranhão começam pela capital e se reproduzem nos municípios, e o modelo de gestão atinge a pequena vila dos palácios, em cheio. Lacroix (2012, p. 558) coloca o problema da seguinte forma:

> Este centro de atração turística e lazer oferecido por bares, restaurantes, lojas de artesanato, livraria, pousadas, comércio de alimentos, seria o cartão de visita

> de São Luís não fora a má conservação dos passeios, dos lampiões, dos prédios, das calçadas, sarjetas, depositário do lixo obstrutor das grelhas e tubulações nas chuvas torrenciais, responsáveis pelos maus cheiros dos esgotos, devido a crônica e má administração da coisa pública, bem como a ausência da iniciativa privada nas ações de conservação. Esta é a cidade de São Luís, cujo perímetro antigo, parte integrante e representativas das páginas da história colonial e imperial, possui atualmente 5.500 edificações, que deveriam ser melhor cuidadas, numa época de mudança de concepção e valorização do passado. [...]. O Maranhão, no entanto, continua descompassado das políticas de conservação do patrimônio histórico e do meio ambiente.

De acordo com a crítica de Lacroix (2012), compreende-se que a dimensão dos problemas estruturais do Polo São Luís é decorrência da gestão pública, o que implica entraves para as demais cidades do Polo e principalmente para Alcântara que, apesar de situada no continente, tem acesso mais rápido pelo mar, o que, deveras, dificulta o fluxo de matérias primas necessárias para a alavancada econômica do lugar, tanto quanto "legitima" a inoperância dos gestores. O comentário de Vieira (2011, p. 92) é que o Polo São Luís apresenta entraves ao desenvolvimento:

> No Polo São Luís – o mais importante do Estado, abarcando a capital e tendo sido contemplado no estudo dos 65 destinos indutores de desenvolvimento regional - a Secretaria Municipal de Turismo tem desenvolvido a Regionalização por meio do projeto Turismo Integrado na Ilha, envolve os municípios de São Luís,

> Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Alcântara – uma primeira tentativa de desenvolver os municípios de forma integrada como sugere o Programa . O projeto Turismo Integrado na Ilha foi criado para incentivar a atuação dos poderes públicos e da iniciativa privada na promoção do desenvolvimento da região. O objetivo maior era local, aproveitando as áreas do entorno, como o balneário de São José de Ribamar, a cidade histórica de Alcântara, as belezas naturais da Raposa e de Paço do Lumiar.

A divisão do estado em polos é para potencializar os lugares, valorizá-los e estruturá-los para, de fato, chegar a patamar de desenvolvimento socioeconômico significativo via turismo. As análises de Lacroix (2012) e de Vieira (2011) mostram que a ingerência da capital não tem sido indução ao desenvolvimento regional, a metrópole concentra capitais, projetos e fluxos e não distribui. Com essa compreensão, explica-se a pseudoestagnação econômica da cidade de Alcântara e a desesperança de que o fato de ser membro do Polo São Luís pouco contribui para o crescimento socioeconômico da cidade.

É importante frisar o novo plano do Estado ao retomar o Plano Maior em 2010 com diretrizes que se estendem até 2020, retomando as possibilidades do Maranhão:

> O Governo do Maranhão construiu o Plano Maior/2020, instrumento de planejamento, gestão e orientação técnica das ações da Secretaria de Estado de Turismo. Com esse trabalho, estamos traçando um caminho a ser seguido com o objetivo de conquistar os mercados mundiais e atrair visitantes. O Governo trabalha para colocar o Maranhão entre

> os grandes destinos mundiais, visando gerar emprego e renda para os maranhenses, pois turismo é hoje um dos segmentos econômicos que mais crescem no mundo e o nosso estado tem vocação para o setor. (MARANHÃO, 2011a, p. 3).

Em 2010, o Governo, por meio da Secretaria de Estado do Turismo, revisou o Plano Maior dando-lhe novas perspectivas para o turismo nos anos de 2010 a 2020. O objetivo primordial é resgatar os resultados alcançados inicialmente para melhoria de produtos turísticos. A proposta agrega valores, define ofertas e traça estratégias de longo prazo definindo o que será promovido, com operacionalização de curto prazo para aumento de captação de turistas (MARANHÃO, 2011a). Mediante estratégias de desenvolvimento de produtos e tendo em vista diferentes níveis de atratividade e desenvolvimento dos Polos Turísticos do Maranhão, hierarquizados em três categorias que definem seu papel no composto turístico do Maranhão:

- **POLOS INDUTORES:** com capacidade de máxima rentabilidade pela melhor otimização de oferta atual e de produtos existentes em curto e médio prazos. São, assim, capazes de indução de desenvolvimento turístico e catalisação do desenvolvimento dos demais polos.
- **POLOS ESTRATÉGICOS:** estrategicamente importantes para diversificação de oferta, a médio prazo, pelo potencial de atratividade e por questões de acessibilidade.
- **POLOS DE DESENVOLVIMENTO:** os que necessitam de altos investimentos em desenvolvimento para atingimento dos mesmos níveis de rentabilidade dos Polos Indutores: em todos os estados as capitais são principais polos indutores.

A reconfiguração revela que a capital se mantém em destaque não só pelos próprios atrativos históricos e culturais, mas também por ser o grande portão de entrada ao turismo no estado e a principal cidade do Polo São Luís.

Lençóis maranhenses mantêm posição estratégica na captação de demanda turística. Chega-se ao Parque dos Lençóis pelo aeroporto Cunha Machado, de São Luís pela BR 135, pela MA 110 e BR 402 até Barreirinhas. Situa-se o Parque no litoral oriental, abrangendo os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro do Maranhão, Primeira Cruz e Humberto de Campos.

Lençóis são mundialmente conhecidos pela extensa faixa de dunas e lagoas de águas cristalinas (Figuras 2 e 3). Lagoa Azul e Lagoa Bonita são os pontos turísticos mais visitados no interior do Parque. Na região está o Rio Preguiças, responsável pela divisão das Dunas em Pequenos e Grandes Lençóis. No percurso, encontram-se comunidades pesqueiras de Caburé, Atins e Mandacaru, habitado por comunidades indígenas pesqueiras.

Figura 2 - Lagoa dos Lençóis Maranhenses.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Figura 3 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Fonte: Maranhão (2011a).

O Parque Nacional dos Lençóis é Unidade de Conservação criada pelo Decreto Lei nº 86.060 de 02 de junho de 1981 (BRASÍLIA, 1981), com área de 1550 km² e limites ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o município de Santo Amaro e Barreirinhas, ao leste Município de Paulino Neves, ao oeste municípios de Santo Amaro e Primeira Cruz (Figura 4).

Figura 4 - Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Fonte: Lençóis maranhenses (2013).

O Parque Nacional é para preservação de ecossistemas naturais, com rios e lagoas interdunares de diferentes tamanhos e profundidades, campos, planícies, lagos, mangues, vegetação de restinga, buritizeiros e juçarais ou açaí. A dinâmica das dunas pelos ventos marinhos provoca o fenômeno de mobilidade de dunas móveis com mais de 50 m de altura. Flamingos, jaburus de pescoço vermelho e aves migratórias se têm no Parque. Na fauna encontram-se também diversas espécies de peixes e mariscos, assim como espécies de tartaruga que desovam nas praias dos Lençóis Maranhenses.

Os principais municípios turísticos de domínio do Parque são Barreirinhas e Santo Amaro.

Núcleos Indutores de Turismo no Estado

O Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, segundo o Ministério do Turismo, que define parâmetros, avalia o estágio de desenvolvimento e elabora plano de ação para que 65 destinos indutores do turismo, no país, tenham competitividade em nível internacional. A primeira edição do estudo em 2008 apresenta estágio de competitividade turística de destinos do País: no Maranhão, os principais indutores são Barreirinhas e São Luís (Figura 4).

Para o Ministério do Turismo, o município é indutor quando competitivo e, para o Órgão, a competitividade: "não se trata de um município ser melhor do que o outro, mas sim de cada um se superar ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva." (BRASIL, 2010). Ou seja, o município precisa de resultados crescentes e qualitativos na balança comercial, superando-se ano a ano. Para a Secretaria de Turismo da Bahia, um dos destinos de destaque, destinos Indutores são municípios com maior e melhor infraestrutura e com atrativos qualificados, identificados com pesquisa de consultores realiza-

da pelo Ministério do Turismo. Os destinos recebem do Ministério do Turismo orientação e treinamento para elaboração e desenvolvimento do plano de ações com competitividade para atendimento de demandas nacionais e internacionais. São responsáveis pelo desenvolvimento na região turística.

> Os Destinos indutores são aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizem como núcleo receptor ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, capazes de atrair e distribuir um significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que estão inseridos. (TOMAZZONI; POSSAMAI; LOVATEL, 2010, p. 17).

São Luís como município indutor do turismo, se destaca em atrativos históricos, turísticos e naturais. Casarios seculares, com azulejos franceses, holandeses, ingleses e portugueses pintados à mão, marcam as principais atrações locais, conforme Figuras 5 e 6. Ilha cercada de praias de águas calmas abriga significativo conjunto arquitetônico da América Latina: mais de mil construções na área declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO no Centro Histórico de São Luís.

Figura 5 - Centro Histórico de São Luís.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Figura 6 - Azulejos e fachadas de herança portuguesa.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

No Maranhão o Plano Estadual de Turismo denomina-se Plano Maior, assim definido:

> O desenvolvimento turístico tem como objetivo criar e definir produtos a partir dos recursos, entendendo-se por Recursos o conjunto de atrativos naturais e culturais de um território, criados e conservados por seu povo ao longo da história. Para os recursos há que definir o que se pode realizar propondo um conjunto de atividades: visitar, assistir, participar, estudar, comprar, comer, dormir etc., mediante uma proposta de acessibilidade, envolvendo horários de funcionamento, formas de chegar e preços, previamente definidas pelos proprietários e gestores dos recursos. (MARANHÃO, 2011a, p. 10).

Assim, o processo de desenvolvimento, a exemplo do Plano Maior, exige atuação sobre infraestruturas e serviços públicos relacionados com recursos (comunicação, transportes, saneamento básico, saúde); age também sobre equipamentos e serviços do setor turístico (hotéis, restaurantes, agências de viagem, empresas de aluguel de carros, serviços de guias etc.); e sobre a capacidade das pessoas que vivem e prestam serviços ao turismo; sobre a própria organização da atividade especialmente em mecanismos de planejamento, gestão e na legislação (MARANHÃO, 2011a). Os Planos de turismo, em todos os estados, ampliam fluxos turísticos no território nacional. Figura 7: 65 destinos indutores de turismo no Brasil.

Figura 7 - Os 65 destinos indutores de turismo no país.

Macrorregional Norte			Macrorregional Centro-Oeste		
N°	UF	Destino Indutor	N°	UF	Destino Indutor
1	AC	Rio Branco	35	DF	Brasília
2	AM	Barcelos	36	GO	Alto Paraíso
3		Manaus	37		Caldas Novas
4		Parintins	38		Goiânia
5	AP	Macapá	39		Pirenópoles
6	PA	Belém	40	MS	Bonito
7		Santarém	41		Campo Grande
8	RO	Porto Velho	42		Corumbá
9	RR	Boa Vista	43	MT	Cáceres
10	TO	Mateiros	44		Cuiabá
11		Palmas	Macrorregional Sudeste		
Macrorregional Nordeste			N°	UF	Destino Indutor
N°	UF	Destino Indutor	45	ES	Vitoria
12	AL	Maceió	46	MG	Belo Horizonte
13		Maragogi	47		Diamantina
14	BA	Lençóis	48		Ouro Preto
15		Maragogi	49		Tiradentes
16		Mata de São João	50	RJ	Angra dos Reis
17		Porto Seguro	51		Armação dos Búzios
18		Salvador	52		Parati
19	CE	Aracati	53		Petrópolis
20		Fortaleza	54		Rio de Janeiro
21		Jijoca de Jericoacoara	55	SP	São Paulo
22		Nova Olinda	56		Ilhabela
23	MA	Barreirinhas	Macrorregional Sul		
24		São Luís	N°	UF	Destino Indutor
25	PB	João Pessoa	57	PR	Curitiba
26	PE	Fernando de Noronha	58		Foz do Iguaçu
27		Ipojuca	59		Paranaguá
28		Recife	60	RS	Bento Gonçalves
29	PI	Parnaíba	61		Gramado
30		São Raimundo Nonato	62		Porto Alegre
31		Teresina	63	SC	Balneário Camboriú
32	RN	Natal	64		Florianópolis
33		Tibau do Sul	65		São Joaquim
34	SE	Aracaju			

Fonte: Rio de Janeiro (2013).

São Luís, como município indutor do turismo no Estado, apresenta atrativos peculiares: culinária à base de frutos do mar, camarão, sururu, caranguejo, siri, pescada, robalo, tainha, curimatã, mero, surubim e peixes de água doce e salgada. Pratos de destaque: sarrabulho[12], dobradinha, mocotó[13], carne de sol, galinha ao molho pardo[14], acompanhados da típica farinha d'água[15] (à base de mandioca em forno artesanal). Na cozinha maranhense destacam-se arroz-de-cuxá[16], símbolo da culinária do Maranhão feito com mistura de gergelim, farinha seca, camarão seco, pimenta-de-cheiro e ingrediente especial – vinagreira (hortaliça de origem africana muito comum). O mais novo expoente das peculiaridades da Ilha é o guaraná Jesus de sabor peculiar e coloração rosada, com expressividade nacional. São Luís é também berço de famosos poetas: Aluisio de Azevedo e Artur Azevedo, Bandeira Tribuzi, Ferreira Gullar e tantos outros.

Das principais festas folclóricas, destacam-se bumba meu boi, festas juninas e tambor de crioula (tombado como Patrimônio imaterial Nacional), elementos primordiais que endossam a capital maranhense como um dos principais municípios indutores do turismo.

Barreirinhas, consolidada município, no final do século XVIII, é uma pequena cidade de referência agrícola, onde se cultiva primordialmente mandioca, caju, laranja, melancia, arroz, cana-de-açúcar, coco da praia, milho, feijão e banana. Figura 8: beira rio de Barreirinhas, às margens do rio Preguiças, um dos principais pontos turísticos.

12 Prato culinário tipicamente português. Guisado de miúdos do porco ou cabrito, ligado com sangue e geralmente temperado com cominhos. É um prato típico do norte de Portugal.

13 Prato baseado em patas (de vaca) sem casco ou extremidades de bovinos.

14 Prato à base de galinha da terra, criada no terreiro, guisada com sangue.

15 Feita com mandioca descascada e amolecida por cerca de 4 dias em água corrente.

16 Prato típico da cidade de São José de Ribamar. É servido como acompanhamento para frutos do mar, como torta de caranguejo ou de camarão e peixes. A base desta preparação é a vinagreira, (Hibiscus sabdariffa).

Figura 8 - Cidade de Barreirinhas.

Fonte: Aldeia gLobal (2013).

Na cultura pecuária, destaca-se a criação de caprinos, base da alimentação. Os principais atrativos são o Rio Preguiças, lagoas Azul, Bonita, dos Peixes, dos Bentos e lugarejos como Caburé, Vassouras, Atins e Alazão. Das principais manifestações culturais, avultam-se as danças de São Gonçalo e bumba meu boi, assim como vaquejadas e Festas Religiosas, de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Rita. A cidade é principalmente conhecida pelo artesanato do local à base de fibra de buriti, é também pela artesania em barro e madeira e gastronomia destacam-se os pratos a base de frutos do mar, a galinha caipira, o arroz de coco e de cuxá. O conjunto do Patrimônio histórico apresenta construção que remonta ao século XIX, na Fazenda de Santa Cruz e Igreja Matriz. Antecedendo a todos os atrativos, o município é principalmente o grande portão de entrada para Lençóis Maranhenses.

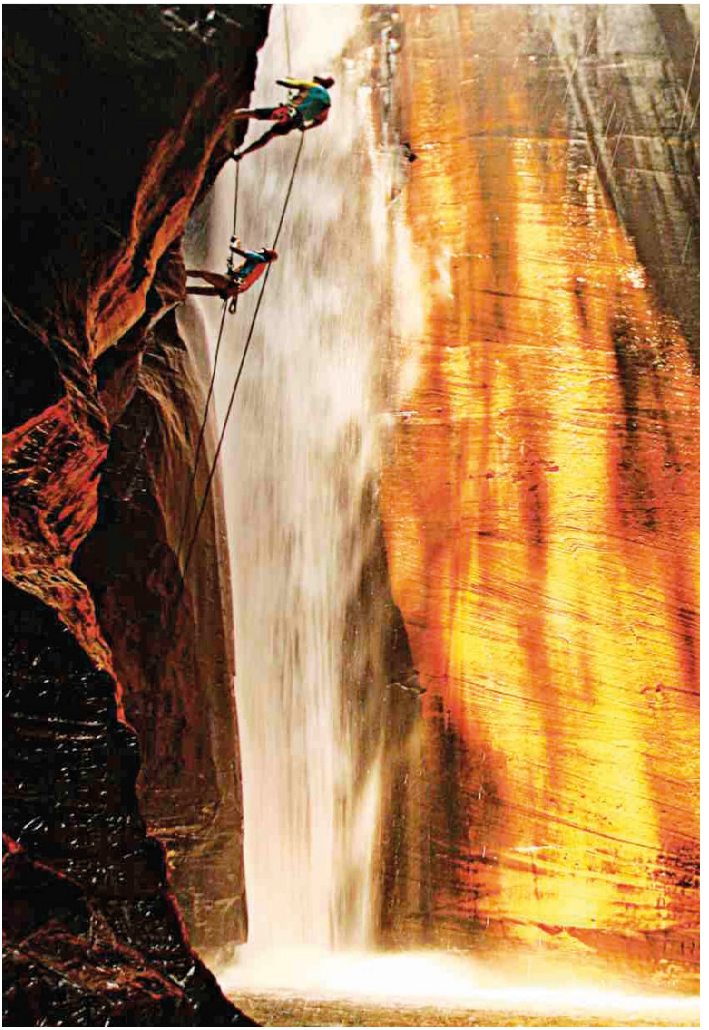
Em 2010, sugere-se a inserção do município de Carolina entre os principais municípios turísticos do Maranhão. Um dos principais atrativos de Carolina é a cachoeira de Itapecuruzinho (Figura 9).

Figura 9 - Cachoeira de Itapecuruzinho em Carolina.

Fonte: Peloso, 2013.

Carolina está centrada no Pólo Turístico Chapada das Mesas (Figura 10), em demanda constante de visitantes no ano.

Figura 10 - Rapel na Chapada das Mesas.



Fonte: Maranhão (2011a).

Rota das Emoções-Negócio Turístico

A Rota das Emoções é um roteiro turístico que parte das reentrâncias maranhenses ao encontro dos estados do Piauí e Ceará. Destacam-se Jericoacoara no Ceará, Delta do Parnaíba no Piauí e Lençóis Maranhenses no Maranhão, pela região do extremo norte do nordeste brasileiro. Desde 2007, a união dos governos de 3 estados, com apoio de empresários de turismo, ajuda a promoção de roteiro recente, já reconhecido no país. Municípios da Rota:

- Araióses, MA
- Barreirinhas, MA
- Paulino Neves, MA
- Santo Amaro, MA
- Tutóia, MA
- Cajueiro da Praia, PI
- Ilha Grande, PI
- Luis Correia, PI
- Parnaíba, PI
- Barroquinha, CE
- Camocim, CE
- Chaval, CE
- Cruz, CE
- Jijoca de Jericoacoara, CE

Figura 11 - Estados da Rota das Emoções.

Fonte: Brasil Planet (2013).

O roteiro integrado é resultado do Projeto da Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – 1ª edição, implementado pelo SEBRAE e Ministério do Turismo, desde 2005. A proposta envolve lideranças locais, empreendedores e entidades para o desenvolvimento integrado da região.

O SEBRAE desenvolve trabalho nas comunidades ao longo da rota, valorizando a cultura local, capacitando para a atividade turística. Em 2009, a Rota das Emoções foi eleita Melhor Roteiro Turístico do país, pelo Ministério do Turismo, no 4º Salão do Turismo.

O circuito (Figura 12) apresenta congruência entre os três estados e pontos de interseção da Rota.

Figura 12 - O circuito Rota das Emoções.

Fonte: Mapa das rotas (2013).

Figura 13: aventura a que se submetem os trilheiros da Rota das Emoções, em transporte *off road* a lugares de difícil acesso, com travessias de rios e lamaçais que automóveis comuns não conseguiriam fazê-lo.

Figura 13 - Jipes na trilha.

Fonte: Rota das emoções (2013).

A Rota das Emoções é destino de referência nacional e internacional, pelos produtos únicos, diferenciados, que integram natureza, aventura, esportes relacionados a vento, água e cultura, em praia. A ideia nasceu em 1970, do piauiense Everardo Montenegro, que criou Projeto CEPIMAR que une sigla dos três estados, em 2005, implementada por intermédio da união de esforços entre SEBRAE e Governo Federal. A partir de então se aloca infraestrutura em localidades contempladas pelo roteiro em benefício de 14 municípios abrangendo três estados fortalecidos com:

- § Compromisso com o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- § Fortalecimento da governança local;
- § Efetivação do processo de integração em todas as instâncias, vivência de experiência de grande significado ao turista;
- § Observância de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, voltadas para o turismo (ROTA DAS EMOÇÕES, 2013).

No segundo semestre de 2012, o SEBRAE iniciou ações de qualificação de empresários e trabalhadores do roteiro para fortalecimento de competitividade do destino e estímulo aos fluxos nacionais e internacionais de turistas.

> A ideia do projeto, intitulado 'Rota das Emoções e novos desafios', é implantar um processo contínuo de qualificação, abrangendo aspectos de estrutura, aten-

> dimento, gestão e sustentabilidade das empresas envolvidas com a atividade turística no território do roteiro. Além disso, a novidade é estimular a participação das empresas nos programas de certificação em turismo disponíveis no Brasil, como o Bem Receber do Ministério do Turismo (MTur) e o Aventura Segura, da Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (Abeta). (PORTAL DO CEARÁ, 2012, p. 1).

Segundo o SEBRAE, a oferta está em vigor sob o título: Cooperando para uma Rota das Emoções Melhor - O Território é o Negócio (RIBEIRO, 2013).

Figura 14: dimensão do atrativo turístico, pauta de matérias em vários tipos de mídia.

Figura 14 - Matéria de jornal sobre Rota das Emoções.

2 • Turismo • Brasília, quarta-feira, 23 de março de 2011 • Correio Braziliense

ROTA DAS EMOÇÕES
Conforme a preferência do turista, a viagem pode começar tanto nos extremos do roteiro — Fortaleza ou São Luís — quanto no interior dos estados participantes. A duração também é variável

Jericoacoara, antiga vila de pescadores, manteve a rusticidade mesmo depois da chegada do turismo

Um passeio para cada um

» ANANDA ROPE

Oficializada em 2007, a Rota das Emoções foi pensada na década de 1970 pelo piauiense Everardo Montenegro, que criou o projeto Cepimar, que significava Ceará-Piauí-Maranhão. Para tornar o roteiro viável e integrar lideranças locais e empresários, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o governo federal uniram forças para melhorar a infraestrutura (estradas, internet, sinal de celular e rádio) das cidades que compõem o percurso. E, ainda, para instruir o pessoal que trabalha com atendimento ao turista sobre como servi-lo melhor.

Deu certo. Em 2009, foi eleito o melhor roteiro turístico do Brasil pelo Ministério do Turismo. Hoje, 812 empreendimentos estão credenciados (**veja lista com alguns deles na página 5**), o que oferece maior segurança ao viajante. Participam 267 hotéis, 71 agências de receptivo, 10 associações de guias de turismo e 241 restaurantes, bares e lanchonetes (e mais cooperativas e associações de artesanato, farmácias, bancos e postos de saúde, entre outros serviços ligados diretamente ou não ao setor), aliando o trabalho pelo aumento do turismo da região à preservação da natureza e da cultura.

Prova disso é que Jericoacoara (CE) e Barra Grande (PI), por exemplo, mesmo recebendo um número maior de turistas a cada ano, conservam suas ruas de areia. Antigas vilas de pescadores, elas receberam o desenvolvimento sem se descaracterizarem, uma delícia para quem curte o contato com a natureza sem abrir mão de conforto.

A viagem entre as cidades pode ser feita de 4x4 ou micro-ônibus (com ou sem ar-condicionado), e o trajeto pode ser percorrido por estradas convencionais ou por praias e dunas. Pela água, o melhor transporte é a voadeira, uma lancha rápida que comporta até 10 pessoas. O melhor é que o cliente decide como e para onde quer ir, além de quantos dias quer ficar em cada lugar, por um valor médio de R$ 1.900 (sem passagem aérea).

Aeroportos

A chegada pode ser programada para os extremos da rota, Ceará (Fortaleza) ou Maranhão (São Luís), e ainda assim existe a opção de fazer uma viagem mais curta, começando na metade do percurso, por exemplo. Para ampliar as opções de desembarque e embarque de turistas do mundo inteiro, os municípios têm buscado apoio e investimento para a construção de aeroportos.

O de Parnaíba (PI) já existe, mas sem voos regulares. O Ceará deve inaugurar dois até 2014: um em Camocim (deve ficar pronto ainda neste semestre) e outro em Jeri (com inauguração prevista para daqui a pouco mais de um ano). Barreirinhas, a cidade mais próxima dos Lençóis Maranhenses, tem uma pista de pouso pequena, própria para teco-tecos, e está construindo uma maior.

A jornalista viajou a convite do Sebrae

Caranguejos podem ser vistos em Barra Grande (PI): depois de mostrados, os bichos voltam ao mangue

812

Número de empreendimentos participantes, entre hotéis, agências de receptivo, restaurantes etc.

A pedidos a MS TURISMO abriu mais um grupo Disney com New York, voando TAM com saída no dia 07 de julho.
SEMANA SANTA na POUSADA dos PIRENEUS
21 a 24 de abril
IMPERDÍVEL
4 Festas incluídas
RESERVAS: 2101-7818
www.msturismo.com.br

A delicadeza da vegetação surpreende na paisagem do litoral cearense

Voos

» BRASÍLIA — FORTALEZA

Azul
www.voeazul.com.br
Ida e volta a partir de R$ 709,32*.

Gol
www.voegol.com.br
Ida e volta a partir de R$ 478,45.

TAM
www.tam.com.br
Ida e volta a partir de R$ 543.

» BRASÍLIA — SÃO LUÍS

Azul
Ida e volta a partir de R$ 949,32.

Gol
Ida e volta a partir de R$ 218.

TAM
Ida e volta a partir de R$ 438.

* Todos os preços estão sujeitos a alterações.

Fonte: Rope (2011).

CAPÍTULO 2

ALCÂNTARA: BERÇO DA NOBREZA PORTUGUESA

Volta ao início da colonização europeia, no Brasil, ajuda no entendimento do Maranhão e modo de vida alcantarense que guarda, na gênese, legado de lutas, falência e sobrevivência que resultam no cotidiano moroso do lugar. Figura 15: ruínas, construções da época do Império e antigos palacetes corroídos pelo tempo, ícones da paisagem.

Figura 15 - Ruínas de Alcântara.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

De Alcântara trajada de gala à cidade simples e pacata, cenário de ruínas que contam a história da colonização, há controvérsias sobre o surgimento, há quem afirme precedência a São Luís, como mostra Viveiros (1999), entretanto, ele próprio cita, em primeira nota de rodapé, no livro sobre Alcântara, o passado econômico, social e político. Diz o autor:

> Alcântara não tem, na história, precedência sobre São Luís. É imprópria e inadmissível a comparação de cidade com aldeia indígena. Mesmo que assim não fosse, nada autorizaria tal conclusão, pois quando a expedição francesa chegou ao Maranhão, encontrou aldeias tanto em Tapuitapera quanto em Upaon -açu. E as daqui eram mais numerosas que as de lá. (VIVEIROS, 1999, p. 15).

O autor segue narrativa idílica sobre o "valor de Tapuitapera" aos olhos dos franceses, aqui chegados na expedição de La Ravardière, com desembarque no Porto de Jevirée, na Ilha Grande do Maranhão, em 1612.

> Na mataria densa que alí lobrigavam, do outro lado da baía, numa distância que não chegaria a 4 léguas, em fertilíssimas terras do continente, souberam existir um aglomerado de aldeias, de 15 a 20, com uma população que não seria erro calcular em 8.000 habitantes. Dessas aldeias não faltou quem lhes desse os nomes, dos quais os cronistas da expedição guardaram apenas os principais: Tapuitapera (residência dos tapuios ou cabelos compridos), Siriji (rio do siri), Jenipa-ipê (jenipapo), Miriti-ipê (miritizal),

> Caaguiria (sombra do mato), Pindotiua (palmeira), Arui-ipê (lugar de sapos), Tapui-tininga (cabelo seco), Iguaraupaba (estância de canoas, porto). (VIVEIROS, 1999, p. 15).

É necessário explicar o surgimento de Alcântara em relação a São Luís, para que se possa chegar ao ponto principal da pesquisa: a herança cultural do povo. Para tanto, os alicerces de Viveiros (1999) sugerem como marco histórico o hiato entre os anos de 1616 e 1618, como possibilidade de início da colonização portuguesa de Tapuitapera. O autor destaca a lentidão do desenvolvimento, também no restante do litoral brasileiro, no período, mas elege a paz, em Tapuitapera, elemento sobrelevante em relação aos congêneres.

> A comunicação de Alcântara com os outros lugares não era só marítima; havia também as terrestres. De lá partiam três estradas: a do Pirau-açu, que ia ao Grão-Pará, passando por São João de Cortes, Guimarães, Pindoval, Flexal, Sacramento e margens do Rio Turi, que foi, mais tarde, o limite civil e militar do Maranhão com o Pará. (VIVEIROS, 1999, p. 32).

O progresso só viria em 1648, quando da aldeia elevada à categoria de vila, mesmo período em que se construíram, em Alcântara, os primeiros engenhos de cana. Dois anos depois, a produção passa a ser escoada mediante embarcação marítima. É, se não fundamental retornar ao tempo para ressaltar o século XVII, com identificação da primeira empreitada de tráfico negreiro para Tapuitapera, em decorrência da inapetência indígena para o trabalho submisso.

> Também muito cedo, os colonos de Coelho de Carvalho compreenderam que, enquanto o esforço exigido do escravo índio foi o de abater árvores, transportar os toros aos navios, caçar, pescar e guiar os exploradores no mato virgem, ele foi dando conta do trabalho servil, mas no dia em que foi arrancado de seu meio físico e do seu ambiente moral, para as tarefas dos canaviais, dos algodoais e dos mandiocais, ele deixou-se abater, ´envolvendo-se numa tristeza de introvertido´ e ficando inútil e incapaz, dentro do sistema de colonização, que ia criar a economia brasileira. Por isso, depois das razes de Matias de Albuquerque e de Bento Maciel Parente, na primeira metade do século XVII, o colonizador de Tapuitapera deixou a indiada entrar em sossego e seguir o rumo de sua emigração para o norte. Não procurou preá-la. Substituiu-a pelo negro, evitando assim uma dupla guerra, com o índio e com o jesuíta, seu protetor. (VIVEIROS, 1999, p. 54).

Desta feita, Alcântara fez-se forte centro de trabalho servil de negros advindos do continente africano, o que à época não fugia ao normal em, praticamente, todas as nações. É o ponto histórico preponderante que se busca para explicação do legado cultural da cidade de Alcântara. Nesse momento, mesclam-se índios, europeus e negros. Figura 16: ao centro a imagem do pelourinho que representa o passado de sofrimento da mão de obra escrava do início da colonização, um dos principais cartões postais da cidade.

Figura 16 - Pelourinho da Praça da Matriz – Alcântara – MA.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Pela miscigenação, tem-se o expoente dos resquícios da Festa do Divino, recebendo influências da inserção africana por estas terras. Assim, por esse motivo, por todo o século XVIII, Alcântara se disse celeiro do Maranhão, até o século XIX.

Nomes ilustres despontaram no cenário nacional, com raízes fincadas em terras de Alcântara: Antônio Joaquim Franco de Sá, filho do Senador de mesmo nome e de D. Lucrécia Rosa Costa Ferreira, nascido em 1836 e outro, nascido em 1841, também Senador de nome Felipe Franco de Sá. Assim como Carlos Fernando Viana Ribeiro, nascido em 1854, filho do Barão de Grajaú, também se dera à carreira política. E entre tantos outros, ressalte-se o nome de Inácio de Viveiros Raposo, neto de um dos heróis da independência. Muitos outros foram grifados na história do país, advindos dos rincões alcantarenses, como descrito no livro Alcântara, no passado econômico, social e político.

A Pequena Cidade de Alcântara, Turismo e Cultura

Antes de revelar-se a trajetória da construção sociocultural da cidade de Alcântara, é mister conhecer definição de cidade e pequena cidade.

O conceito de cidade, segundo Souza (1999), vincula-se à materialidade do espaço construído, bem como ao conjunto de infraestrutura, equipamento e toda a materialidade de vida coletiva de indivíduos em coabitação, em espaço concreto. Enquanto pequena cidade é "um adjetivo, que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área – no sentido mensurável – ocupada por uma cidade." (FRESCA, 2008, p. 47).

Antes de configurar-se pequena cidade, nos primórdios da aldeia dos índios Tapuitapera, até a constituição do município de Alcântara, decorreram 350 anos. Os costumes resultam da mistura de raças e do ranço da segregação social entre aristocratas brancos, dos célebres casarios do século XVIII, de indígenas e negros serviçais, responsáveis diretos pela herança cultural trazida da África que resiste até os dias de hoje. Afirma Montello (1978, p. 84) que.

> Alcântara, no seu conjunto, terá, quanto muito, cinquenta ruas, incluindo becos e travessas. Parece menor, cercada pela vegetação densa que a vai invadindo. De longe, ao ver um pé de mamona num beiral de sobrado, tem-se a impressão de que a mata já plantou ali no alto o seu pendão de conquista. Em breve, por cima do telhado, enramarão as trepadeiras. No entanto, tarde da noite, muitos destes imponentes sobrados senhoriais, há tanto tempo fechados, misteriosamente se se descerram. Como outrora, refulgem as luzes de seus salões no re-

> tângulo das janelas sobre a rua. Dos suportes de ferro pendem as luminárias. E há mesmo quem ouça, no sussurro do vento, os sons dos pianos, das flautas e dos violinos, na ressurreição dos famosos serões alcantarenses. [...]. Do viso de uma ladeira, na comprida Rua das Mercês, fiquei a pensar nessas ressureições noturnas, lenda? Realidade? E aos poucos comecei a ver que, à luz do sol, Alcântara retrocedia no tempo com o retinir das ferraduras nas pedras de seu calçamento, o rolar das carruagens de portinholas abrasonadas, as janelas que se escancaravam sobre o passeio, e gente que vinha e gente que ia, grave, colorida, nas suas roupas fora de moda, e que passava por mim sem me olhar.

Desde a década de 1940, Alcântara é conhecida nacionalmente como Patrimônio Histórico Nacional, em consequência da riqueza cultural e arquitetônica.

> A riqueza arquitetônica e os costumes de sua gente são os atrativos turísticos mais divulgados daquele pedaço de continente. A aproximação com São Luís, apenas uma hora de barco, levou à prática de um turismo 'bate-volta', ou seja, o visitante chega pela manhã, passeia somente pelo centro histórico e retorna à tarde. Desestimular tal prática tem sido o principal desafio da Administração Municipal e de empresariado instalado em Alcântara. Além do patrimônio arquitetônico, Alcântara oferece atrativos que se encaixam no Ecoturismo. É o caso das 'Trilhas na Lama', ou Siriguejo, onde o turista se aventura por uma caminhada nas raízes do mangue, buscando o

> equilíbrio e gastando calorias. Uma caminhada de aproximadamente 20 minutos na lama equivale a quase uma hora em calçadão liso. O ponto de partida deste inovador esporte é a Pousada Bela Vista. (RODRIGUES, 2008).

A cidade de Alcântara apresenta clima tropical quente e úmido, com temperatura média anual de 29 graus centígrados. Integra a Região Metropolitana de São Luís, com população de mais de 22 mil habitantes (IBGE, 2010).

Dizer-se Alcântara pequena cidade induz à análise criteriosa sobre seu significado privilegiando o cotidiano das pessoas, conflitos e modos de resistência. De acordo com Silva, Gomes e Silva (2009, p. 51):

> A análise e compreensão da pequena cidade requerem que sejam considerados os laços de sociabilidades que são construídos ao longo da história de vida cotidiana do povo e do lugar. [...] assim por meio da compreensão do cotidiano, podemos então chegar a uma análise crítica da sociedade que se constrói sob as bases capitalistas. E nesse processo de construção buscar as marcas espaciais significativas que vem sendo deixadas, como exclusão social e segregação espacial.

Alcântara se acomoda na premissa de laços de sociabilidade em que se reinventam caminhos de sobrevivência na selva capitalista que a marginaliza. Figura 17: confluência entre antigo e moderno no cenário alcantarense, com helicóptero da Base Aeroespacial de Alcântara em sobrevoo à cúpula da Igreja do Carmo:

Figura 17 - Cúpula da Igreja do Carmo e aeronaves militares.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Ao se referenciar Alcântara pequena cidade, cabe o conceito de Santos (2005), à afirmação de que estas desempenham importante papel em zonas de produção primárias que permitem consumo acessível ao resto da população brasileira, dando feito em *feedebak* maior expansão econômica. Diante disso, o autor sugere a preservação do papel das cidades sem conservar disparidades (SANTOS, 2005). Entretanto a pequena cidade de Alcântara não parece comungar da descrição miltoniana quanto ao desempenho na produção primária. Por fatores variados, o modelo de gestão pública aplicado por anos consecutivos, não parece contar com planejamento de desenvolvimento socioeconômico da cidade que ainda guarda o passado em ruínas.

Milton Santos também trata de gestão calcada em pressupostos do planejamento para o desenvolvimento do lugar e explica a concepção de "lugar".

> As combinações se fazem em lugares historicamente determinados, de forma que a combinação de recursos (homem, capital, infraestruturas, instituições, ecologia) se transforma em sinônimo de localização. Pode-se falar, então, de uma diferenciação espacial e de uma definição específica para cada lugar. (SANTOS, 2005, p. 44).

Tratando-se de diferenciação espacial, é preciso conhecer em que contexto se fala de espaço e Santos (2005, p. 91) conceitua-o, dizendo: "se organiza conforme um jogo dialético entre forças de concentração e dispersão [...] em toda a parte, os espaços de produção tornam-se também espaços de consumo." e da teoria miltoniana se extrai que a:

> Estrutura espacial é a combinação localizada de uma estrutura de receita específica de uma estrutura de consumo específica, e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. (SANTOS, 2005, p. 44).

Do jogo dialético a que se refere Santos (2005), o povo alcantarense tem, nas Caixeiras do Divino Espírito Santo, o reflexo dos conflitos e forma de resistência, reorganizando o espaço de convivência, realinhando o cotidiano para trocas necessárias que lhe assegurem sobrevivência. Seabra (1996, p. 77) enfatiza que

> O cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se a partir do vivido. Com isso ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital. Apropriação esta sempre em vias de expropriação. O cotidiano, ele próprio é uma mediação entre o econômico e o político, objetivações de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade; lugar de realização da indústria cultural visando os modelos de consumo, no que se destaca o papel da mídia. Enfim no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso, sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferenças.

O cotidiano do alcantarense é moroso, em atenção ao modo de vida de quem tem raízes em antigos quilombos, a quem tem intimidade com funções agrárias, com escambo, com sobrevivência. Nesse cotidiano sem pressa, travam-se lutas com o capital, com acelerados e acumuladores de capital.

> Alcântara mostra-se aos poucos e do seu interior pouco se pode conhecer. Pode-se ver Alcântara apenas trajada de gala, vestida de imponentes sobrados de pedra e cantaria lioz. Só o tempo dirá quando serão vistas assim destacadas suas comunidades negras remanescentes de quilombos, suas práticas e arquiteturas vernaculares, seus ritos e lugares sagrados. Todos eles encarnados na zona rural, aguardando por séculos sua vez. Alcântara se desvela a cada ruína: nas ausências de suas muralhas nunca terminadas ou em suas estruturas centenárias carcomidas pelo tempo e pela história. (BARRETO JÚNIOR, 2008, p. 353).

À vista da realidade do cotidiano como realidade para análise da lógica do modo de vida alcantarense hodierno, é preciso considerar que "o espaço cotidiano, para alguns, não passava de algo banal, ou quem sabe, da alienação. No entanto, as indagações sobre a existência ou não de uma lógica de reprodução do homem, de como ele vive, cria e recria a realidade cotidiana, são antigas." (FERREIRA, 2009, p. 71). Se resultado de banalidade ou de alienação num passado de insurgências e sobrevivência a duras penas, o alcantarense vive realidade diferente das demais cidades do entorno.

> Indo de barco, a partir de São Luís, os atrativos começam logo no Porto do Jacaré, subindo a ladeira com o mesmo nome, que conduz ao coração da cidade. O largo onde se encontram as ruínas da igreja Matriz, a antiga cadeia e o pelourinho pode ser percorrido num dia. A sete quilômetros da cidade está instalada uma das mais modernas bases espaciais da América Latina onde são desenvolvidos projetos para lançamento de satélites. (GAZETA MERCANTIL, 1998, p. 64).

Entretanto, a viagem de barco diz-se problemática, pois, ao tempo em que constitui forte atrativo, é inversamente o motivo pelo qual o turista desiste de retorno a Alcântara, é que as condições precárias de lanchas e barcos, somadas ao temor de enfrentamento do mar revolto, desestimulam visitantes que passaram pela experiência.

Aportado ao porto do Jacaré, o visitante se defronta com passado em ruínas[17], cidade que guarda, no conjunto arquitetônico, arcabouço da história da colonização brasileira, em pequena cidade calma e silenciosa.

17 As ruínas datam do século XVII e representam o tempo do Império em que a cidade se encontrava em franco desenvolvimento.

Considerando referentes atrativos turísticos da cidade (Figura 18), bem se representam calma e lentidão de Alcântara em frente a um dos principais pontos turísticos.

Figura 18 - Ruína da Igreja na Praça da Matriz – Alcântara – MA.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

O produto turístico de Alcântara constitui, em si mesmo, o passado histórico, contemporânea decadência em cenário dialético de relações sociais, com oferta de serviços turísticos.

> O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural

> gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p. 9).

Na cultura, alcantarense, identificam-se saberes e fazeres, conhecimento tácito, com regras próprias no dia a dia, onde o ambiente de ruralidade se confunde com as ruínas de passado glamoroso. Vale-se de Morin (2005, p. 56) que define cultura e ajuda a entender a cultura local:

> A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não há sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Os saberes formam um leque divertido e atrativo de manifestações culturais que, para a atividade turística, é produto potencial, entre as quais tem-se o simbólico como principal expoente. De acordo com Ferrara (*apud* YAZIGI, 1999, p. 15), "o simbólico é um produto cultural que cria tramas fictícias mais duradouras do que as urdidas pela frágil realidade". Cultura e signo coadunam com a representação de realidade "contraditória, ao mesmo tempo passageira e estável, que constitui o simbólico e conforma a linguagem que nos envolve." (FERRARA *apud* YÁZIGI, 1999, p. 15).

> A condição de homem exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo – como um membro de uma sociedade, grupo, classe estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece institivamente como seu lar. (SCRUTON *apud* HALL, 2000, p. 48).

Lucena Filho (2007, p. 47) explica cultura entre breve ambivalência situada no vácuo entre instituições e linguagens.

> As manifestações da cultura de um povo abraçam não apenas as suas instituições e linguagens. As culturas se expressam via transmissão de múltiplos signos, símbolos e ícones presentes nas suas crenças, danças, na musicalidade, na religiosidade, na culinária, na literatura, na oralidade, nas produções artísticas e nas festas.

O fenômeno turístico[18] tem, no expoente cultura, forte atrativo para praticantes: "é pertinente que os programas turísticos sejam inicialmente norteados por uma política de preservação do patrimônio cultural, artístico, histórico, documental e paisagístico natural do país," a preocupação do autor transcende a simples sugestão, ao enfatizar a necessidade de "interferência de projetos nas áreas vocacionadas ao desenvolvimento da atividade turística, cujas ações interferem nas atividades sociais e culturais preexistentes, as quais condicionam as atividades econômicas". O autor compreende que a "relação entre turismo religioso e cultural torna esses segmentos muito próximos

18 A atividade apresenta ambivalência entre o fenômeno social e o fenômeno econômico concomitantemente.

e, não raro, dependentes um do outro." (ALVES, 2012, p. 132). Entretanto cabe a preocupação de Swarbrooke (2000, p. 44) sobre a fossilização das culturas:

> A indústria do turismo e os turistas têm interesse especial por culturas fossilizadas, que sejam pitorescas ou interessantes, por causa de seu valor de novidade ou pelo contraste com a cultura dos próprios turistas. Os folhetos estão repletos de menções como 'intáctos' e 'inesgotável'. No entanto, a cultura está sempre mudando, e é provavelmente impossível e indesejável tentar conservar culturas. Parece estranho falar emocionalmente e nostalgicamente da necessidade de conservar uma cultura tradicional, que já vem sendo rejeitada pelos jovens autóctones, ávidos por adotar a cultura do próprio país dos turistas. Existe o risco de que o interesse de hoje em conservar as culturas de ontem faça com que as novas culturas do amanhã sejam um tanto artificiais e carentes de dinamismo.

Instigante preocupação do autor situa a emblemática questão enfrentada pelas caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara. Não se pretende investigação pelo viés do estático, do fossilizado, mas, ao contrário, hoje Alcântara está sob a iminência de extinção da festa, o que preocupa na medida inversa da posição de Swarbrooke (2000).

Hall (2000, p. 48) pontua que: "a lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião e à região, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional.". Em discurso sobre culturas nacionais o pensador acrescenta que

> As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (HALL, 2000, p. 50).

No mesmo sentido Gellner (*apud* HALL, 2000, p. 59) admite que a cultura é o meio de partilha mínima em que membros da mesma sociedade podem sobreviver e produzir. Com base na afirmativa: "para uma dada sociedade, ela tem que ser uma atmosfera na qual podem todos respirar, falar e produzir; ela tem que ser assim a mesma cultura." Abstrai-se da afirmativa que, independente das diferenças de classe, gênero, religião ou raça, a cultura precisa unificá-los em identidade cultural coesa. O mesmo pensamento sobre o significado de cultura aplica-se às comunidades diante do global. Suas particularidades precisam ser vivenciadas para lhes conferir unidade.

Bauman (2003) define comunidade como lugar "cálido", confortável e aconchegante. Diz também que comunidade é como um teto que nos abriga, uma lareira que nos aquece. Diz ainda que a comunidade é o lugar que nos mantém seguros, onde se pode relaxar com perigos exteriores, é o lugar onde todos se entendem, desenvolvem confiança uns nos outros, lugar onde nunca se sentiu estranhamento. Em se tratando de viver em comunhão, comungar algo, refere-se à análise de Bauman (2005, p. 17) ainda mais crítica na discussão do termo:

> [...] é comum afirmar que 'comunidades' (as quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos. Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros 'vivem

> juntos numa ligação absoluta', e outras que são 'fundidas unicamente por idéias ou por uma variedade de princípios.

É inevitável fugir à análise de Bauman (2003, p. 18), por colocar a comunidade sob o jugo do globalizado, do artificial, do estrangeiro repensando muros de proteção da comunidade, frente às ameaças exteriores:

> Essa fissura nos muros de proteção da comunidade se torna trivial com o aparecimento dos meios mecânicos de transporte; portadores de informações alternativas (ou pessoas cuja estranheza mesma é informação diferente e conflitante com o conhecimento itinerante disponível) já podem em principio viajar tão rápido, ou mais, que as mensagens orais originárias do círculo da mobilidade humana 'natural'. A distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação.

Fissura em muros de proteção da comunidade, no pensamento de Bauman (2003), induz à reflexão de Hall (2000), no viés da convivência em comum, quando aponta também que as pessoas de aldeias pequenas, aparentemente remotas, percebem, no ambiente das casas, mensagens e imagens de culturas consumistas pelos múltiplos meios midiáticos. O discurso do autor confronta o global com o local, na transformação de identidades que devem representar vínculos com o lugar, mediante símbolos e histórias próprias, representando pertencimento.

Quanto ao significado de identidade, as origens dos sujeitos, de onde são, levam a tratar "do resgate de um fenômeno humano". De conjecturas do autor, extrai-se o sentimento de pertencimento. "O indivíduo se refere [...] à família, ou à cidade a que pertence e se sente integrado, impregnado pelo cheiro do lugar,

pela maneira do povo e sentimento de pertencer [...] algo que o liga àquele lugar, ao povo ou ao grupo." (MARTINS, 2003, p. 42)

Pelo sentimento de pertencimento, o cantor maranhense Mano Borges refere-se ao Maranhão em toada de bumba meu boi, representando as principais características do Estado, deixando claro o valor que dá à terra em que nasceu, expressando a importância cultural e riquezas naturais:

Maranhão, Meu Tesouro, Meu Torrão
Compositor: Mano Borges

Maranhão, meu tesouro, meu torrão
Fiz esta toada, pra ti Maranhão
Maranhão, meu tesouro, meu torrão
Eu fiz esta toada, pra ti Maranhão

Terra do babaçu
Que a natureza cultiva
Esta palmeira nativa
É que me dá inspiração

Na praia dos lençóis
Tem um touro encantado
E o reinado
Do rei Sebastião
Sereia canta na proa
Na mata o guriatã
Terra da pirunga doce
E tem a gostosa pitombotã
E todo ano, a grande festa da Jussara
No mês de Outubro no Maracanã

No mês de Junho tem o bumba meu boi
Que é festejado em louvor à São João
O amo canta e balança o maracá
A matraca e pandeiro
É quem faz tremer o chão

> Esta herança foi deixada por nossos avós
> Hoje cultivada por nós
> Pra compor tua história, Maranhão.
> (BORGES, 2013).

A letra de Mano Borges valoriza o sentimento de pertencimento, de referência como quem se percebe fazendo parte do contexto cultural que envolve linguagem local, musicalidade diferenciada e tantos outros modos de ser e agir que os difere dos demais (BORGES, 2013).

Nesse contexto de análise sobre cultura e convivência em comunidade, o objeto de análise as "Caixeiras do Divino", em Alcântara, revela-se na festa do Divino Espírito Santo, cultura que sobrevive do alicerce da memória e do respeito aos antepassados escravos. Os vínculos com tradições, no meio em que vivem os sujeitos, são mais facilmente percebidos nas representações simbólicas, sincréticas e festivas dos lugares. Bosi (1992, p. 11) redireciona a análise dizendo que:

> O tempo da cultura popular é cíclico, vivido em áreas rurais mais antigas, em pequenas cidades marginais e em algumas zonas pobres, mais socialmente estáveis, de cidades maiores. O seu fundamento é o retorno de situações e atos que a memória grupal reforça atribuindo-lhes valor.

A reflexão de Bosi retrata a realidade alcantarense, desenha o perfil criado pela própria cidade, na louvação ao Divino ou no cotidiano pacato e retraído distante do burburinho dos grandes centros. Em frente a um dos principais monumentos, ruína da Igreja da Praça da Matriz, está a Ilha do Livramento, quase deserta, distando pouco mais de 3 km de Alcântara (Figura 19), com ideia de calmaria na cidade e no entorno.

Figura 19 - Praia do Livramento.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Ao lado da Praça da Matriz, a Casa Histórica de Alcântara, com arquitetura preservada dos antigos casarões aristocráticos, atrativo turístico da cidade (Figura 20).

Figura 20 - Casa Histórica de Alcântara.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Nada diferente da realidade explicitada até agora, demonstra-se o ambiente pacato do Porto do Jacaré, cartão de visita da cidade (Figura 21).

Figura 21 - Porto do Jacaré – Alcântara - MA.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Porto e ladeira do jacaré apresentam bucólica vista panorâmica da cidade e cobre colina entremeada no verde da vegetação, é uma área da cidade que não ostenta suntuosos edifícios, pelo contrário, apresenta construções de casas simples, térreas, em telhado cerâmico, portas lavradas em pedra ou simplesmente guarnecidas em massa, sem qualquer sinal de nobreza.

> Ao contrário dos outros portos oceânicos antigamente integrantes da paisagem da cidade de Alcântara, o Porto do Jacaré, inserido no igarapé de mesmo nome, continua a figurar como ponto de enlace da atividade litorânea e fluvial do município que ali ainda movimenta suas engrenagens sociais e comerciais. Situam-se a beira do Porto a Estação Hidroviária de passageiros e o Centro de informações turísticas. A ladeira

> do Jacaré ao contrário de São Luís que apresenta linhas rígidas, apesar de rígida e íngreme, se insere numa malha viária cujo traçado orgânico denota sua formação espontânea colonial. (BARRETO JUNIOR, 2008, p. 354).

Também com linhas rígidas, outra ladeira bastante visitada é a descida para a Fonte das Pedras (Figura 22) onde se tem tranquilidade e morosidade típicas.

Figura 22 - Descida para a fonte das pedras.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

O panorama urbano das figuras mostra a tendência natural de Alcântara para o turismo. Silva (1998 *apud* SILVA; GOMES; SILVA, p. 105) é categórico ao afirmar:

> O turismo teve e tem o mérito de atuar como um importante fator de indução intensa ao crescimento em muitos lu-

> gares e regiões, sobretudo periféricos. Muito provavelmente, essas áreas não teriam e não têm ainda outras alternativas importantes de crescimento.

A atividade turística seria para a cidade a saída do ostracismo econômico e social a que se vem submetendo, desde a queda do preço do açúcar e a abolição da escravatura, em que a cidade passou a ser habitada por escravos e descendentes de índios, derrocada dos benefícios da corte.

Coriolano (1998, p. 115), há mais de uma década, preconizava a importância do turismo para o desenvolvimento das regiões, dizendo que: "foi muito rapidamente incorporado às políticas econômicas, sendo considerado o caminho fácil de chegar-se ao crescimento econômico, de solucionar déficit na balança de pagamentos e gerar empregos". A autora também afirma que a atividade turística poderia ser uma solução à crise econômica, o que parece lógico para o crescimento e desenvolvimento da cidade de Alcântara inserindo vários atores sociais locais. Entende-se por "região", como afirma Santos (2005, p. 43), não mais que "uma subunidade, um subsistema do sistema nacional. A 'região' não tem existência autônoma, ela não é mais que uma abstração se tomada separadamente do espaço nacional considerado como um todo." E dentro da lógica "sub", a cidade de Alcântara, mesmo parte do principal Polo turístico do estado, encontra-se à mercê do proposto desenvolvimento de Planos Nacionais e Estaduais.

Ainda que os entraves para alavancada do turismo sejam muitos, a busca por tal destino se dá por vários fatores: fé, religião e lazer.

Meister (2005, p. 20) aponta que lazer e prazer estão diretamente ligados e acrescenta que: "o lazer deve ser um ato tonificante, que fortalece a pessoa e a enriquece enquanto tal.

Deve então, diferentemente do prazer, gerar um bem-estar, uma agradabilidade... que nos torna mais realizados enquanto pessoas".

O lazer disponível, na pequena Alcântara, contempla a descrição de Meister. E pelas ruas, esquinas, ruínas, igreja e fontes, há espaços para lazer, para contemplação da história e reconhecimento do passado, a exemplo de que entre pontos turísticos mais visitados, têm-se:

Porto do Jacaré – a foz do Igarapé do Jacaré concentra atividades de pesca, comércio e traslados para São Luís;
Ladeira do Jacaré – na Rua Dr. Neto Guterres, principal rua de acesso ao centro da cidade;
Capela das Mercês – situada onde dantes existia o convento das Mercês, fundado em 1656;
Capela de Nossa Senhora do Desterro – no endereço Rua Pequena s/n, guarda imagens barrocas de Bom Jesus da Coluna, Nossa Senhora dos Navegantes e da padroeira Nossa Senhora do Desterro. Construção do início do século XIX, no ponto mais alto da cidade;
Fonte das Pedras – também na rua pequena, construída para abastecimento de água fresca dos moradores das redondezas;
Praça da Matriz – ambienta o pelourinho edificado em 1648 quando Alcântara ascende à categoria de Vila. Ao lado, as ruínas da Igreja de São Matias, erguida em 1869. A praça é rodeada por sobrados, em um dos quais, hoje está a Prefeitura Municipal de Alcântara, antiga Casa da Câmara e Cadeia;
Casa da Câmara e Cadeia – na Praça da

Matriz, funciona como Prefeitura e Câmara Municipal, com janelas protegidas por gradil de ferro duplo, paredes grossas e portas internas chapadas de ferro;

Pelourinho – de grande importância arquitetônica, referendando raízes escravas, símbolo de poder e riqueza dos grandes Barões que exportavam e comercializavam escravos, também símbolo do período de opressão;

Museu Casa Histórica de Alcântara – Sobrado na Praça da Matriz, fazia parte de conjunto de três sobrados interligados pertencentes a ilustres famílias: Viveiros, Franco de Sá e Guimarães e Ramalho Marques. O imóvel, com mobiliário e demais objetos pertencentes à ultima família proprietária, foi desapropriado pelo Governo Federal, por força do Decreto nº 93.656, de 05 de dezembro de 1986, passado à guarda do IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o objetivo de instalar Museu Casa Histórica de Alcântara. O acervo abriga 958 peças inventariadas entre indumentários e acessórios, mobiliário, louças, vidros, cristais, cerâmicas, metais, pratarias, iconografias, ferragens e azulejaria, do final do século XVIII e início do século XX;

Museu Histórico de Alcântara – em cumprimento a Lei nº 38.999, de 24 de outubro de 1977, fora criado o Museu Histórico de Alcântara. Instalado no sobrado de nº. 31 da Praça Gomes de Castro (Praça da Matriz), o acervo é composto por peças da Prelazia de Pinheiro, peças particulares da família Guimarães Marques e peças da Prefeitura Municipal de Alcântara;

Farol de São Sebastião – construído em 1831 para orientação dos navegantes, entre São Luís e Alcântara;

Rua da Amargura – antiga Rua Bela Vista, onde residiam as mais ilustres famílias. Estende-se do Farol ao Forte de São Sebastião, hoje abriga ruínas;

Rua Grande – com muitos exemplares da arquitetura colonial, destacando-se o Cavalo de Troia, sobrado de três andares;

Cavalo de Troia – na Rua Grande no Centro Histórico, recebeu do construtor que se orgulhava da grande edificação;

Casa do Divino – na Rua Grande, o casarão, Patrimônio material do Estado, funciona como museu temático da Festa do Divino Espírito Santo. Torna-se residência oficial do Imperador ou Imperatriz durante os festejos do Divino, expostas mesas de doces, que representam o banquete servido durante a festa, altares, instrumentos e peças que simbolizam a tradicional Festa do Divino Espírito Santo;

Casa do Imperador – construção inacabada. Segundo lenda, duas famílias ilustres de Alcântara disputavam o privilégio de hospedar Dom Pedro II, que prometera visitar a cidade;

Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo – na Praça Frei Custódio Alves Serrão, esquina com a Rua Grande, data de 1665, com Altar-Mor em estilo barroco, ornado de anjos talhados em madeira, ambienta painéis de azulejos decorados***;***

Forte de São Sebastião – construído em 1763, apresenta peças de artilharias (canhões), feito em defesa da vila, destruído em 1797, hoje em ruínas;

Ruínas da Igreja de São Francisco – da década de 1800, apresenta paredes de espessuras com mais de 1,3m, fachada principal com entrada destacando frontão de cantaria, com relevo, e dois braços entrecruzados: de Cristo e de São Francisco, centrados pela cruz;

Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – também conhecida como Igreja dos Escravos e Igreja do Galo, a construção data de 1781 até a finalização em 1803, no mês de agosto celebra-se a Festa de São Benedito na Praça da Igreja, ao som de tambores, pungadas de coreiras a vinho e cachaça;

Rua e Fonte de Miritítíua – no bairro da Caravela, construção de 1745 servia para abastecimento da população, também lugar de lavagem de roupa;

Poço de Nazaré – o sítio de Nazaré fazenda próspera, às margens do Igarapé do Puçá cujas ruínas se estendem pelas margens do Igarapé do Puçá, de encontro às raízes de mangues;

Ilha do Livramento – em frente à cidade de Alcântara, a Ilha do Livramento que abriga a imagem da virgem na pequena Capela. A lenda conta que, em noite de grandes temporais, pescadores buscavam a ilha para abrigo, subitamente avistaram uma luz como pequena lanterna que aos poucos ia se afastando, gravaram o ponto onde a luz desapareceu e, no dia seguinte, foram ver do que se tratava e encontraram na ribanceira do morro, gruta com a imagem de Nossa Senhora, levaram-na para a Matriz de Alcântara, mas, por três vezes, ela misteriosamente voltou à gruta da Ilha do Livramento.

É do acervo histórico que lendas e tradições alcantarenses derivam, certificando a pequena cidade como propensa ao desenvolvimento da atividade turística. Figura 23: mapa desenvolvido pelo IPHAN demonstra o traçado urbano da cidade representando a localização de cada ruína.

Figura 23 - Mapa de Alcântara.

Fonte: IPHAN (2006a).

O mapa concentra informações básicas sobre os principais atrativos turísticos, com 37 pontos mais visitados, em percurso relativamente pequeno, podendo ser conhecido em um dia.

Vida Socioeconômica Da Pacata Alcântara.

De cidade, à espera de visita do Imperador, até os dias atuais, algumas modificações se fizeram no cenário. Figura 24: foto envelhecida da Alcântara dos dias atuais que se confunde com o cenário de outrora.

Figura 24 - Cidade de Alcântara.

Fonte: Almeida (2006).

Com a decadência de exportação do algodão do Maranhão ao mercado europeu, por conseguinte, a abolição da escravatura e reordenamento da produção agrícola, migrada do litoral para vales dos Rios Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré, levaram consigo a riqueza e ostentação do período imperial iniciando declínio econômico da Vila de Alcântara. Em 22 de dezembro de 1948, Alcântara é tombada como Cidade Histórica e Monumento Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Nas comunidades do entorno há tradições dos índios e negros. São quilombos e comunidades que fazem questão de manter as características dos ancestrais, demonstração de personalidade. Com a queda da economia, os ricos se estabeleceram na capital deixando ex-escravos aprendendo sobrevivência nas terras.

> Para a maioria dos analistas da história do município, a morte do sistema agroexportador escravista é rotulada como decadência, entendida como processo que partiu de uma situação ideal e culminou em um panorama desolador. Essas visões sobre o passado maranhense evidenciam uma mentalidade etnocêntrica e elitista, incapaz de reconhecer a validade de outras formas de economia e organização social. Em outras palavras, é um ideário que estabelece hierarquias entre os sistemas sociais, colocando no topo da pirâmide a cultura européia e seus emulos locais. [...]. Ex-escravos e caboclos abandonados à própria sorte, porém livres, tornaram-se senhores das terras alcantarenses, introduzindo uma nova lógica organizacional, reorientando os sentidos da produção, ressignificando as práticas econômicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais. Para eles, não parece ter havido sinal de decadência. (CAIRES, 2011, p. 13).

A calmaria constante da cidade povoada por descendentes de escravos e índios é notória (Figuras 25, 26 e 27) que, mesmo em horário de movimentação econômica e visitação turística, aparece pacata e tranquila:

Figura 25 - Ponto turístico em horário de visitação.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Figura 26 - Rua da Prefeitura.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Figura 27 - Circuito de visitação.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

O pesquisador enfatiza a perspectiva de decadência de Alcântara, legado deixado pela nobreza após retirada, o que vai ao encontro do pensamento de Gomes e Cardoso (2006, p. 119):

> [...] enquanto as fazendas senhoriais tiveram pouca duração em Alcântara, fracassando os planos da administração colonial, o contrário ocorrera com grupos de ex-escravos e indígenas, que aí permaneceram, constituindo *territórios específicos*, ancorados em categorias explicitamente estigmatizadas durante o período colonial, tais como *preto* e *caboclos*.

Caires (2011, p. 15) refere-se ao modus producente da agricultura local após retirada dos ricos e poderosos:

> As técnicas agrícolas eram inspiradas na prática tupinambá da *coivara*, modalidade em que se derruba e queima a vegetação, aproveitando-se os resíduos para o fabrico de carvão. Essa forma de agricultura era menos agressiva porque adotava o pousio, período de descanso após algumas safras, permitindo que a vegetação se refizesse e que o solo se recuperasse. De qualquer modo, uma atuação econômica organizada e executada pelos ex-escravos, caboclos e seus descendentes resultava, necessariamente, em comportamentos mais cuidadosos com o meio, pois o objetivo da economia era a manutenção e reprodução de sua cultura, e não o lucro. O resultado final desse novo sistema econômico era a obtenção de uma ampla variedade de produtos, intensamente trocados entre os povoados, e a geração de alguns excedentes que eram comercializados

> nos mercados externos da região, especialmente São Luís e Alcântara. Em comparação com o sistema que a precedeu, era uma economia em franca desmonetarização, voltada para as necessidades locais e que tendia à autosuficiência.

Nesse período de entrave, diante de queda econômica e abolição dos escravos, com a desmonetarização e práticas de produção em réplica à forma indígena de plantio, formaram-se quilombos erigidos na região: passam a locais de tradição com regras próprias, cultura e forma de produção ímpar.

> A importância histórica e cultural dessas comunidades fez com que a Constituição brasileira de 1988 reconhecesse o direito delas aos seus territórios. Em geral, são territórios denominados 'remanescentes de quilombos'. Essas comunidades, vindas de doações a ex-escravos, também são chamadas de 'terras de preto' ou 'comunidades negras'. Seus integrantes recebem o nome de 'quilombolas'. Já as terras abandonadas por ordens religiosas deram origem às 'terras de santo' e 'terras de santíssimo'. (SYDOW, 2004, p. 83).

Existem mais de cem comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara, delas mais conhecidas: Mamuna, Baracatatiua, Brito, Mamuninha, Retiro, Mato Grosso, Itapera, Canelatiua, Ponta de Areia e outras que abrigam remanescentes de quilombos que hoje vivem da pesca e da agricultura.

> A área territorial de Alcântara soma 114 mil hectares. São cerca de 19 mil habitantes, sendo que a maioria descende de remanescentes de quilombos e indígenas. Quase 80% da população vive na

> zona rural e sobrevive da pesca, agricultura e do extrativismo, praticados de forma artesanal e tradicional. Encravado na grande Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses e nos limites da Amazônia Legal, a região é rica em biodiversidade e recursos naturais. Apesar de ser um dos principais pólos turísticos do Maranhão e contar com uma Base Espacial de alta tecnologia, o município possui apenas um hospital, uma ambulância e uma escola de 2º grau. A maioria das comunidades não possui luz elétrica. As estradas são precárias. O nível de analfabetismo é um dos maiores do Estado. (MENDONÇA, 2010, p. 2).

Assim, novo segmento socioeconômico surge, modo rural de produção, com importância regional, e desenvolveu formas de organização social reorganizando espaço e sociedade em sobrevivência. Em se tratando de "espaço e sociedade", fonte miltoniana explica: "O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas." (SANTOS, 1982, p. 18) e, assim, configurou-se nova ordem econômica, redimensionando a divisão interna do trabalho em que Santos (1982, p. 41) volta a intervir para análise: "A divisão interna do trabalho nos mostra o movimento da sociedade, a criação e os reclames de novas funções e a maneira como essas funções são abrigadas pelas formas preexistentes ou novas". E da nova ordem que assume contornos ruralistas, funções e reorganização social coadunam com a formação da Alcântara pacata e contida economicamente, construída a cada dia medindo forças e mantendo à força domínio de territórios e de suas histórias.

Nesses contornos rurais, com que se identifica hoje o cotidiano do alcantarense, resistem comunidades remanescentes de quilombo. Entende-se quilombo, na contemporaneidade do alcantarense, como sendo:

> O significado de quilombo compreende um processo de trabalho autônomo, que por atos deliberados recusa a submissão forçada a terceiros, e as respectivas práticas de livre comercialização de sua produção agrícola e extrativa. Compreende formas de cooperação simples e práticas de reciprocidade positivas entre as unidades familiares que se agrupam sob uma mesma identidade e em face dos mesmos antagonistas. Tem-se aqui uma afirmação, simultaneamente étnica e econômica, de produzir para circuitos de mercado e de reverter domínios fundiários reconhecidos pela legislação colonial, em virtude de os grandes proprietários terem perdido o seu poder de coerção, como no caso de Alcântara, e buscado acordos verbais prometendo alforria e terras, ante a incapacidade de saldarem suas dívidas com comerciantes e de proverem os recursos para a escravatura se alimentar e produzir. (ALMEIDA, 2006, p. 27).

Com base em dados da pesquisa antropológica de Almeida (2006) fidedignamente, reproduz-se o discurso, no intuito de preservação da delicadeza de questões étnicas presentes em lutas diárias. Dos registros da atualidade, a cidade solidifica luta constante para manutenção, domínio próprio, dos territórios, mas a luta se tem mostrado inglória para os quilombolas que sobrevivem da produção agrícola e da pesca, desde a derrocada da aristocracia.

> Esses produtores autônomos foram se consolidando enquanto um campesinato, trabalhando a terra com suas unidades familiares e vendendo livremente sua produção agrícola nos circuitos de mercado relativos aos gêneros básicos, coletando especiarias da floresta, marítima e nos rios e igarapés. [...]. Essa dinâmica de estabilização e de autonomia resultou por fortalecer uma identidade própria, articulando atividades agrícolas e extrativas, e por favorecer uma delimitação bastante sólida das territorialidades específicas [...]. São essas delimitações que vigem hoje, passados dois séculos. (ALMEIDA, 2006, p. 30).

Caires (2011, p. 13) diz da nova conjuntura econômica: "ex -escravos e caboclos abandonados à própria sorte, porém livres, tornaram-se senhores das terras alcantarenses," o autor trata de nova lógica organizacional, redefinindo a produção e sentido de produção, "ressignificando as práticas econômicas, reestruturando todo o sistema de valores sociais." (CAIRES, 2011, p. 13).

Em sobrevivência pelos laços familiares e tradições culturais mantêm-se famílias remanescentes de antigos quilombos no entorno de Alcântara, que Almeida (2006) caracteriza como "comunidade" e situa a "decadência" econômica alcantarense como interpretação da derrocada dos estabelecimentos agrários da época condicionando nova economia camponesa:

> As famílias dos povoados de descendentes de escravos que se consolidaram com a derrocada econômica e a desagregação dos diferentes estabelecimentos rurais (algodão, cana-de-açúcar,

> gado). Nesses agrupamentos, se estruturaram relações de parentesco, de afinidade, de amizade e de vizinhança, em torno da distribuição e do uso comum dos recursos, resultando em vínculos solidários coextensivos à formação do povoado, enquanto uma comunidade que transcende o grupo local de descendência de três ou quatro gerações. [...]. A descontinuidade, em fins do século XVIII e início do XIX, atribuída à extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e à flutuação dos preços do algodão, acarretou a derrocada dos grandes estabelecimentos agrários e criou condições objetivas para a emergência de uma economia camponesa. A expansão dessa economia de base familiar foi interpretada como 'decadência' e 'regressão' pelos comentadores regionais, já que invertia a tendência expansionista dominante. (ALMEIDA, 2011, p. 35).

Ao fim da análise embasada pela pesquisa de Almeida (2006, p. 46), extrai-se sentença sobre os povoados erigidos em terras quilombolas: "se organizaram em torno do uso comum dos recursos naturais e dos mencionados portos, facultaram condições para a livre comercialização dos produtos agrícolas e extrativos desde a segunda metade do século XIX e, até o momento atual". A realidade das comunidades do entorno providencia panorama contemporâneo da economia local perpetuando a ideia de estagnação econômica.

Centro de Lançamento de Alcântara e Comunidades Quilombolas

A priori, formular entendimento sobre o significado de comunidade embasa a compreensão de dramática relação entre quilombolas e Base Aérea de Alcântara.

Ander-Egg (1980, p. 45) revela comunidade como "um agrupamento organizado de pessoas que se percebem como unidade social, participam dos mesmos interesses, objetivos e funções comuns, com consciência de pertencimento, situados em uma determinada área geográfica". A descrição do autor representa fidedignamente o perfil de comunidades quilombolas no entorno alcantarense. A noção de pertencimento e objetivos em comum tornam tensa a relação entre comunidades e Centro de Lançamento de Alcântara.

Claval (2007, p. 114) reforça ideia anterior, ao afirmar que as comunidades estão ligadas a "uma série de unidades sociais e culturais por serem um pequeno grupo coeso, onde os membros estão ligados por relação de confiança mútua" também ressalta que a coesão é decorrente de traços fundamentais de cultura que ligam pessoas.

Dito isso, tenha-se o início da década de 1980, com escolha da cidade para sediar o Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara. Segundo especialistas, a escolha do município se deu em razão da privilegiada posição geográfica em razão das baías de São Marcos e Cumã, com baixo custo de lançamento de foguetes pela proximidade com a linha do Equador. Além de boas condições meteorológicas climáticas, regulares, e pela localização estratégica que oferece satisfatórias condições de segurança. O Centro de Lançamento de Alcântara, instalado nas últimas décadas do século XX, período em que Alcântara enfrentava crise econômica como consequência de fatores históricos e

isolamento em que “o acesso a cidade se torna difícil e seu isolamento inevitável. Ainda assim, Alcântara se dinamiza na contramão da bagagem cultural quando, no início da década de 1980, se instala no município o CLA.” (BARRETO JUNIOR, 2008, p. 345).

O pesquisador é categórico em dizer que a concretização de um “sonho” para o desenvolvimento é na verdade: “um pesadelo com a retirada sumária de comunidades quilombolas de locais seculares de morada, muitos deles sagrados, obedecendo lei de desapropriação para fins de interesse nacional a maior parte da área do município” (BARRETO JUNIOR, 2008, p. 346), como resultado da empreitada aeroespacial, remanescentes de quilombos sofreram expropriação da zona rural, e comunidades cedendo terras à Base Aérea da cidade.

> Alcântara talvez seja a única cidade histórica que, com alma colonial atestada por belíssimos sobrados e mirantes carimbados em suas artérias, traga consigo o que se poderia chamar metaforicamente de sincretismo galáctico, unindo as duas pontas da história da ocupação no Brasil, desde o descobrimento do Novo Mundo, passando por suas inúmeras comunidades quilombolas, até os saltos interplanetários, de seu Centro de Lançamento Aeroespacial. (BARRETO JUNIOR, 2008, p. 342).

Figura 28: planta da área do Centro de Lançamento de Alcântara e Figura 29: lançamento de foguete do Centro de Lançamento Aeroespacial da cidade de Alcântara no ano de 2011.

Figura 28 - Foto panorâmica do CLA.

Fonte: Poggio (2009).

Figura 29 - Lançamento de foguete no CLA.

Fonte: Pires (2013).

No final do século XIX, Alcântara contava com maioria de escravos e descendentes de índios, conforme Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana 2003. A queda de preço do açúcar e pressões pela abolição da escravatura levaram à formação de quilombos na região. A importância histórica e cultural das comunidades denominadas "remanescentes de quilombos" fez com que a Constituição Brasileira, de 1988, reconhecesse o direito do povo em seus territórios. Figura 30: comunidade quilombola no entorno alcantarense.

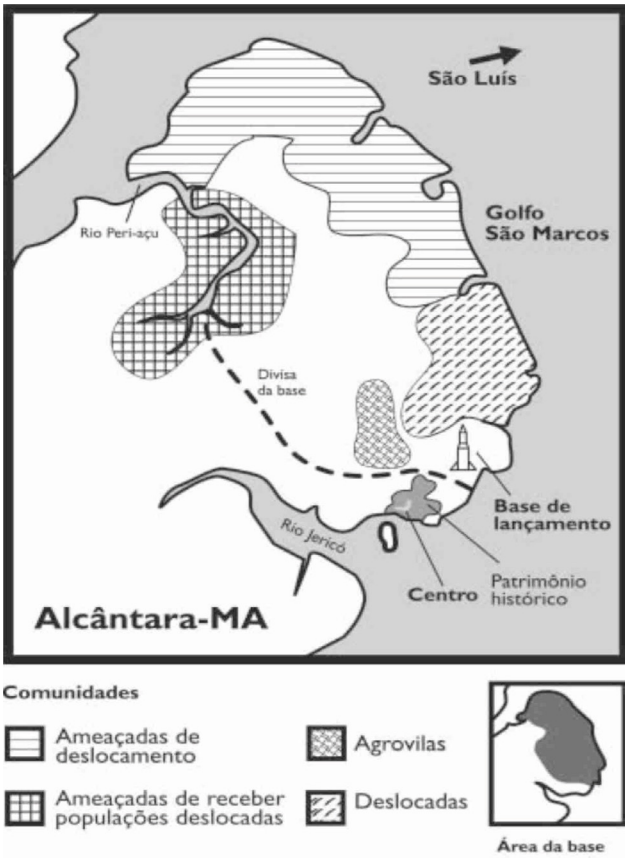
Figura 30 - Comunidade Mamuna- Alcântara – MA.

Fonte: Falcão (2010).

Em 1983, o Decreto Federal nº 88.136, de primeiro de março, cria o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), para implementação de atividades espaciais, "testes científicos e experi-

mentos de interesse do Ministério da Aeronáutica, relacionados, portanto, com a Política Nacional de Desenvolvimento espacial" (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 15), e têm-se os limites territoriais entre o Centro Espacial e as comunidades (Figura 31).

Figura 31 - Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara.



Fonte: Almeida (2006).

A base continua ativa, com lançamentos espaciais anuais. As lutas pela posse das terras são constantes. Saulé Júnior *et al*. (2013) tratam do assunto com ênfase no desconhecimentos de comunidades quilombolas quanto a direitos e necessidade de manutenção da identidade sociocultural, dizendo que

> Técnicos e militares, pautados pelos pressupostos da modernização e tendo como justificativa o pretenso desenvolvimento econômico e a conquista espacial, violam, pelo desconhecimento, as formas pré-existentes de organização social e econômica de diferentes segmentos sociais de Alcântara, desorganizando suas bases materiais e simbólicas de identidade cultural, e assim, de reprodução social. A perda da terra, significa assim, a desconstrução da identidade social e cultural do quilombola. (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 13).

Pela desconstrução territorial, resultou a revolta de antigas e desfeitas comunidades, pelo remanejamento para agrovilas ou cidades próximas a Alcântara, de acordo com estudos dos autores:

> Nos depoimentos dos moradores das *terras de preto* que sofreram desapropriações é unânime a assertiva de que saíram perdendo. Comprovando os efeitos prejudiciais da implementação autoritária de projetos, uma pesquisa sócio-econômica realizada na área palafitada da Camboa (bairro periférico próximo ao centro de São Luíz) constatou que mais de noventa por cento da população daquela região era negra e procedente dos povoados atingidos pelo Centro de

> Lançamentos. Neste aspecto, a população jovem das comunidades atingidas pela implantação da Base é a que mais sofre, ficando sem terra no campo sem trabalho na cidade. É notório que em momento algum o projeto da Base Espacial incorporou os interesses das futuras gerações, autorizando se quer, a construção de casas dos filhos que casam junto à família. (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 16).

Em 1985, novo convênio é assinado entre União e Estado do Maranhão, sendo competência do estado a desapropriação de áreas abrangidas pelo projeto da Base "as quais, juntamente com as áreas que já eram de domínio estadual, seriam então transmitidas à União. De acordo com o documento, todas as desapropriações deveriam ter estado prontas até setembro de 1985." (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 15). Assim, o Estado desapropriou os "moradores do território étnico, denominados invasores. Os estudos topográficos realizados pelo Ministério da Aeronáutica somente consideraram a titulação formal/registral e oficial das áreas, apesar da configuração real do território." (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 15).

> Não se pode deixar de mencionar, ainda, que a luta por documentação junto à Justiça, a exploração econômica, a perseguição, a violência e a invasão das áreas pelos rebanhos bovinos e bubalinos - elemento desorganizador da economia dos pequenos produtores agrícolas - são situações características de conflitos relacionados às terras de

> preto, que representam também formas de expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras. Desta forma, apontamos os principais efeitos da implantação destes projetos: a violação do direito à terra das populações negras e tradicionais nas áreas rurais; o 'extermínio' das populações tradicionais; a desagregação da economia rural e concentração da terra e benefícios; o aumento da desigualdade social com o empobrecimento e degradação das condições de vida das comunidades afetadas no Estado do Maranhão (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 13).

O ano 1986 marca a expedição do Decreto do Executivo Federal sobre áreas rurais da União para reassentamento de famílias expropriadas de terras. "O reassentamento das famílias ocorreu para módulos de terra com quinze hectares, contrariando o Estatuto da Terra, que determina o módulo rural mínimo de trinta hectares, inviabilizando o auto-sustento da população deslocada" (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 15), a derrocada enfraqueceu a mobilização das comunidades em prol da terra iniciada na década de 1990.

> Além disso, permitiu que a Aeronáutica conseguisse realizar as primeiras agrovilas, ou seja, os conjuntos habitacionais construídos pelo Centro de Lançamentos de Alcântara para o remanejamento das comunidades tradicionais seculares moradoras dos povoados próximos à Base. Foram colocadas nas agrovilas diversas comunidades. Em algumas delas, foram reunidas diferentes comunidades num mesmo local, o que contribuiu

> para os conflitos internos, que antes não ocorriam naquele território. (SAULÉ JÚNIOR *et al.*, 2003, p. 16).

Tem-se uma discussão densa e delicada, pois o "Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana 2003" apresenta posição crítica em favor dos quilombolas, aferindo ao Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara atitude arbitrária e autoritária. Enfatiza-se que populações rurais, com tradições e particularidades ímpares, foram subjugadas, relegadas à *extinção ou à sobrevivência nas palafitas da periferia de São Luís do Maranhão*. E questiona benefício do projeto para Alcântara, e, em nível de desenvolvimento, o que ocorreu foi desapropriação de terras. Nas palavras de residentes e, de acordo com o Relatório: "o Centro de Lançamento Aeroespacial ocupou praticamente toda a área litorânea do município, restringindo as áreas propícias à pesca, à agricultura e ao turismo". E mais: residentes também se queixam de não terem as mesmas quantidades de peixes e crustáceos pela "reorganização" (SAULE JÚNIOR *et al*., 2003, p. 17) das áreas de exploração. Figura 32: movimentação dos moradores das comunidades no cotidiano.

Figura 32 - Mulheres quilombolas Alcântara – MA.

Fonte: Almeida (2006).

Tenha-se a fala de moradores: "A gente tem tambor de crioula, muita gente toca, aqui é a casa da festa. Nós cantamos, rezamos, tem Dia de Reis, é 6 de janeiro. Tem que dançar, que suar. Os homens batem tambor e as mulheres dançam. Essa era terra de engenho." (SAULE JÚNIOR *et al*., 2003, p. 17). São moradores afetados pela expropriação ou na iminência de desapropriação:

> Depois virou terra liberta, terra de santo, de santíssimo. Ou terra de preto, de quilombo. Antes tinha um bocado de peixe. Agora, com muita gente no lugar, tem falta. Temos medo, preocupação. [...]. Nossa farinha é o pão da terra. Se não tiver farinha nós morremos. Temos banana, feijão, mandioca, milho, arroz. Trabalho na roça das 5 da manhã até 5 da tarde. A gente trabalha junto, os grupos na roça. Revezamos a terra. (SAULÉ JÚNIOR *et al*., 2003, p. 16).

Assim, de acordo com pesquisas de órgãos, com a implantação do CLA, restam graves impactos sociais, econômicos e ambientais às comunidades tradicionais da região. Há constante conflito de interesses entre o governo e o projeto com tecnologia moderna e reais necessidades e interesses de preservação das comunidades locais, segundo Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana.

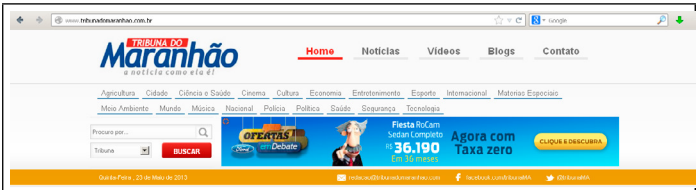
Aspectos da cidade de Alcântara endossam convite às pesquisas. E como pressuposto apresentam-se vertentes: Alcântara tem tendência natural ao turismo, entretanto as políticas públicas têm influência sobre a continuidade ou não das tradições e resultados econômicos advindos do turismo. Diz-se também que a constituição da população de Alcântara, por remanescer de quilombo, justifica a permanência de tradições e são elementos indutores da atividade turística.

As comunidades remanescentes de quilombos tradicionais, consideradas pela Constituição patrimônio cultural brasileiro, têm direitos culturais aparentemente violados pelas investidas do governo. As comunidades removidas das terras de origem, por falta de acordo, apoio e assistência do Estado brasileiro, se encontram sob risco de perda de identidade, memória e formas de vida, segundo o Relatório.

> O direito de propriedade foi violado pelo fato de o Estado Brasileiro não ter efetuado nenhuma forma justa de reparação para as comunidades que perderam suas propriedades, terras e moradias as tornando mais pobres e miseráveis. A terra é fonte de trabalho e renda e, portanto, de sobrevivência. (SAULE JÚNIOR *et al*., 2003, p. 20).

A mais nova empreitada do governo é a criação do turismo espacial na cidade de Alcântara tendo como "modelo" o que fora implementado nos EUA e Guiana Francesa (Figuras 33 e 34).

Figura 33 - Matéria de jornal 1 (internet).



Governo estuda transformar base de Alcântara em polo turístico

Projeto é similar ao já utilizado nos EUA e Guiana Francesa

Em 17/05/2013, às 07h31

Os ministérios do Turismo (Mtur), e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) começaram a discutir um plano de revitalização turística para Alcântara. A ideia é transformar o município num polo de turismo espacial, em torno do centro de lançamentos.

O plano se espelha no exemplo de outras bases espaciais, como Cabo Canaveral, nos EUA, e Kourou, da Guiana Francesa, que também transformaram suas atividades em atração turística. Para Alcântara, cidade que integra o patrimônio histórico nacional e que viu o turismo minguar nas últimas décadas, a proposta traz uma oportunidade de atrair turistas também para seu centro histórico.

O plano inclui a construção de um hotel na vizinhança do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), a reforma do aeroporto da base, com a construção de um terminal de passageiros que possa receber voos civis, e a reforma no cais do Jacaré, principal ponto de embarque e desembarque de passageiros que vêm e vão entre São Luís e Alcântara, que hoje funciona com limitações. "Essa é uma grande reivindicação da população de Alcântara. Hoje o atracadouro do Jacaré já não atende mais, as lanchas têm problemas mecânicos e até de segurança", afirmou o ministro Gastão Vieira (Mtur). Em uma reunião com Marco Antonio Raupp (MCTI) e o presidente da Agência Espacial Brasileira, José Raimundo Mussi, o ministro do Turismo propôs que as lanchas da Aeronáutica que trazem os funcionários da base espacial possam ser usadas pela população civil em dois horários ao longo do dia. Ao mesmo tempo, seriam feitos reparos no atracadouro existente. "Nós ofertaríamos à população um novo meio de transporte, mais moderno, que aliviaria muito a tensão que todo mundo tem por falta de deslocamento", prosseguiu o ministro. Paralelamente caminharia o projeto de construção de um cais em Cujupe, a 14 km de Alcântara, que atenderia tanto ao programa espacial quanto à população civil. A proposta também visa consolidar a reaproximação da agência espacial com o município, após um relacionamento tenso no passado. "As operações de lançamento têm características específicas, mas fora das campanhas de lançamento não há problema nenhum em usar as instalações durante o resto do ano", afirmou Marco Antonio Raupp.

Fonte: Governo estuda... (2013).

Figura 34 - Matéria de jornal 2 (internet).

FOLHA Maranhão .com

Parte inferior do formulário

Busca não realizada!
Sua busca deve conter no mínimo duas letras
Inicio » Notícias » Maranhão » Base Aérea poderá virar polo turístico
16/05/2013 21h41 - Atualizado em 16/05/2013 21h45
redacao@folhamaranhao.com

Base Aérea poderá virar polo turístico
Plano inclui a construção de hotel próximo; veja

Projeto pode incluir CLA, em Alcântara, em polo turístico

Os ministérios do Turismo (Mtur), e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) começaram a discutir um plano de revitalização turística para Alcântara. A ideia é transformar o município num polo de turismo espacial, em torno do centro de lançamentos.
O plano se espelha no exemplo de outras bases espaciais, como Cabo Canaveral, nos EUA, e Kourou, da Guiana Francesa, que também transformaram suas atividades em atração turística. Para Alcântara, cidade que integra o patrimônio histórico nacional e que viu o turismo minguar nas últimas décadas, a proposta traz uma oportunidade de atrair turistas também para seu centro histórico.
O plano inclui a construção de um hotel na vizinhança do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), a reforma do aeroporto da base, com a construção de um terminal de passageiros que possa receber voos civis, e a reforma no cais do Jacaré, principal ponto de embarque e desembarque de passageiros que vêm e vão entre São Luís e Alcântara, que hoje funciona com limitações. “Essa é uma grande reivindicação da população de Alcântara. Hoje o atracadouro do Jacaré já não atende mais, as lanchas têm problemas mecânicos e até de segurança”, afirmou o ministro Gastão Vieira (Mtur).

Em uma reunião com Marco Antonio Raupp (MCTI) e o presidente da Agência Espacial Brasileira, José Raimundo Mussi, o ministro do Turismo propôs que as lanchas da Aeronáutica que trazem os funcionários da base espacial possam ser usadas pela população civil em dois horários ao longo do dia. Ao mesmo tempo, seriam feitos reparos no atracadouro existente.

"Nós ofertaríamos à população um novo meio de transporte, mais moderno, que aliviaria muito a tensão que todo mundo tem por falta de deslocamento", prosseguiu o ministro. Paralelamente caminharia o projeto de construção de um cais em Cujupe, a 14 km de Alcântara, que atenderia tanto ao programa espacial quanto à população civil.

A proposta também visa consolidar a reaproximação da agência espacial com o município, após um relacionamento tenso no passado. "As operações de lançamento têm características específicas, mas fora das campanhas de lançamento não há problema nenhum em usar as instalações durante o resto do ano", afirmou Marco Antonio Raupp.

Fonte: Base aérea poderá... (2013).

O governo do Maranhão pretende incrementar a atividade turística em Alcântara transformando o Centro de Lançamento Aeroespacial em atrativo turístico, por meio de proposta de turismo espacial que se espelha na experiência dos Estados Unidos e Guiana Francesa, potencializando também fluxos de visitação ao centro histórico do município. Para tanto, projeta-se a reformulação do aeroporto da Base de Lançamento para voos civis e do porto do Jacaré adequando e melhorando a infraestrutura para desembarque de turistas.

Pretende reaproximação do Centro de Lançamento com a cidade, após anos de conflito por terras para ampliação da base. Considerando a escassez de hotéis, o projeto prevê construção no entorno do Centro de Lançamento Aeroespacial.

CAPÍTULO 3

CAIXEIRAS DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

> Quero ver minhas Caixeira/Com duas coisa que tem/Me despeço das Caixeira/Porque quero muito bem/Já te dei tudo o que eu tinha/Ainda tenho que te dar/Quero bem a Margarida/Eu tenho que te abraçar/Eu cantei pra Margarida/E canto para Anica/Vou cantar pra Bolo Fofo, e canto pra Petrolina/Falta eu cantar pra Dolores/Amiga que quero bem/Tem a boca pequenina/Não fala mal de ninguém/Eu abraço todas elas/Dentro do meu coração/Quando irem deste mundo/Acharem salvação. (SANTINHA/caixeira de Alcântara em tempos idos).

Caixeiras[19] são mulheres sacerdotisas que há muitas gerações, conduzem os rituais festivos do Divino Espírito Santo. O toque de caixas é uma prática socialmente reconhecida no estado do Maranhão, com direito e incentivo ao aprendizado, às trocas, às viagens e à formação de grupos. Elas conduzem os complexos rituais religiosos dos cultos festivos.

Elemento da Festa do Divino no Maranhão, as Caixeiras formam grupo restrito, com código próprio de conduta e de exigências de conhecimento, difundido, respeitado, e transmitido de geração em geração. Assim, a sabedoria no toque de caixas e entoação de cânticos repetidos de cor ou improvisados resgata herança histórico-cultural e preocupação com a preservação da sociabilidade do grupo, bem como da identidade cultural. Figura 35: Caixeiras

19 Tocadora de caixa, que orienta a organização do ritual.

de Alcântara. Também aparecem como expoente da propaganda turística do estado, inclusive no encarte Maranhão Único. O Plano Estadual de Turismo mostra em destaque as mesmas caixeiras consubstanciando ideia de atrativo cultural e turístico.

Figura 35 - Caixeiras do Divino em Alcântara.

Fonte: GOMES, Cristiane (2009).

As Caixeiras de Alcântara, em maioria, vêm de quilombos cuja origem se confunde com a construção coletiva do ritual. Na análise, elas se constroem a si próprias e os cânticos em louvor ao Divino partindo de experiências diárias. No livro *Caixeiras do divino de Alcântara: no bater da caixa estou convidando as foliôas*[20], tem-se a explicação da música cantada: "são ternários ou binários[21] compostos, com a expressão em círculo, e que carregam para a experiência do tempo circular, mantrico[22]." (IPHAN, 2006b, p. 11). As caixeiras formam grupo restrito, com regras próprias de inclusão de novas participantes. Para inserção no congregado de caixeiras, é necessário atender ao "código de conduta" ou conhecimentos específicos do toque de caixas. São as caixeiras grandes responsáveis pela construção da base material para a realização da Festa do Divino em Alcântara antes do século XX (IPHAN, 2006b).

A origem das caixeiras está ligada às classes sociais menos abastadas e senhoras do Divino são, via de regra, mulheres idosas que sustentam famílias com as aposentadorias de trabalhadoras rurais. "Exercem função ritual e profissional estreitamente conectada com a devoção e compreensão da partilha e do compartilhar." (IPHAN, 2006b, p. 18). Canta caixeira de daqui, canta caixeira da lá, canta caixeira do meio que eu também quero cantar (Informação verbal).[23]

A morte de caixeira representa perda absoluta do repertório, pois a maioria dos cânticos é de improviso. No processo de sucessão, as caixeiras novas recebem "treinamento" durante os ensaios para a Festa do Divino ou durante os cortejos de viagens para recolhimento de donativos, em cujos momentos, novatas praticavam o toque e entonação de hinos. Cantam-se, em mo-

20 Caixeiras, segundo fórmula de tratamento por elas utilizada para se auto designarem.
21 Dois tempos ou três tempos por compasso.
22 Conjunto de sons pronunciados por determinado tempo entre um grupo social.
23 Trecho dos cantos das caixeiras do divino.

mentos pontuais da festa, como no diálogo com a Santa Croa[24], ou com outras caixeiras. Em outro momento os cânticos saúdam quem chega à festa. Os cânticos de Alvorada e o dos cortejos sempre invocam a proteção ao Divino, associando melodia e toque de caixas com improviso criativo, de forma individual ou coletiva. Figura 36: ação das mulheres no universo da Festa do Divino, em Alcântara, no festejo de 2009, em número significativo.

Figura 36 - Caixeiras do Divino.

Fonte: GOMES, Cristiane (2009).

O posto de Caixeira-Mor[25] alcança-se pela entonação de voz, expressão vocal, afinação e vastidão de repertório. São necessários também conhecimento sobre todo o ritual da Festa do Divino, assim como liderança entre as demais caixeiras para império de hierarquia. Em momentos, o canto silencia, mas o

24 Coroa do Espírito Santo.

25 Em Alcântara o maior cargo é o de caixeira-mor, e a segunda é que é a caixeira-régia.

toque de caixas segue em tons ritmados. Ao final, os festeiros dividem com caixeiras, sobras do angariado durante o festejo, materiais trigo, farinha de mandioca, óleo, refrigerante e toda a sobra é dividido com sacerdotisas do Divino, o que lhes garante ajuda significativa para provimento da sobrevivência material. Caixeiras residentes em Alcântara (Figura 37):

Figura 37 – Caixeiras na cidade de Alcântara - MA.

Fonte: Alcântara (2013).

Pela ótica de Faraco (1996), veem-se as relações estabelecidas entre caixeiras e espaço onde vivem e reagem à marginalização do modelo capitalista. O dialogismo para Faraco, Castro e Tezza (1996) é um olhar que pretende captar a perspectiva global, para além dos aspectos do real. O autor se refere à cultura como vasto e complexo universo semiótico[26], por entender o homem como ser de linguagem e consciência ativa que

26 Depende da visão de quem interpreta.

se constrói e se desenvolve alimentando-se de signos sociais de que emergem gestos singulares e destes, representatividade das caixeiras alcantarenses, representações do feminino em luta por lugar reconhecido no escopo social, que se materializa no Festejo ao Divino quando sacerdotisas louvam a divindade e não mais simples aposentadas ou produtoras rurais. A relação das caixeiras com o sagrado é dialógica, focada no irreal, no dramatizado, idealizado, distante das realidades cotidianas. No universo semiótico das caixeiras do Divino em Alcântara, o que traduz a realidade é a forma como enxergam o sacerdócio e a importância da divindade na vida, independente do período do ano.

3.1 Festa Sagrada do Divino Espírito Santo

O sagrado, na Festa do Divino em Alcântara, mantém raízes profundas na religião católica, devotando crença no poder sobrenatural do Espírito Santo. Ao se dimensionar religião à luz da reflexão de (PANZINI *et al*., 2007) como crença no sobrenatural controlador do universo, consegue-se representar a concepção divinal, sacra, que as caixeiras do Divino devotam à divindade.

Para Geertz (1958, p. 4), religião é: "sistema de símbolos que estabelece sentimentos e motivações poderosos, penetrantes, duradouros, pela formulação de concepções de uma ordem geral de existência." Para Peter Berger (1985), religião representa a condição *sine qua non* na construção do próprio mundo, ela estabelece um cosmo sagrado. O autor ainda pontua o poder de alienação que tem a religião. É construção ordenadora das atividades humanas e é nela que os homens se protegem contra mazelas do mundo.

A religião é, pois, possível descrição do sagrado que dá sentido à vida do devoto, representando experiências, comportamentos e valores coletivos, em manifestações de alegria e fé,

como nas festas religiosas em que crença se revela como válvula de escape para abrandamento das dificuldades da lida diária, quiçá sentido para a existência humana.

A festa é momento de unicidade do povo. É o instante de revalorização e revalidação da cultura, do modo de vida em comunhão. Mas como explicar a festa com apropriação antes do que a precede, cultura de um povo?

Manifestações artísticas, linguísticas, sociais e comportamento de grupo social constituem cultura popular. É a forma de os seres humanos denotarem experiências vividas. É também o viés para repassar costumes às gerações futuras.

A análise da cultura popular, autores descrevem-na como forma mais atual de designação do folclore. Canclini (1983) sugere a utilização do termo "culturas do povo." E descreve especificidades de culturas populares:

> [...] a especificidade das culturas populares não deriva apenas do fato de que sua apropriação daquilo que a sociedade possui seja menor e diferente, deriva também do fato de que o povo produz no trabalho e na vida formas específicas de representação, reprodução e reelaboração simbólica de suas relações. (CANCLINI, 1983, p. 43)

Pela ideia de cultura popular como representação simbólica, percebem-se características de determinado grupo social por intermédio de práticas, manifestações folclóricas e festas tradicionais. É o diferencial em relação a outros povos, o que lhe confere singularidade.

As relações sociais entre sujeitos, se desenham também pelo lúdico e práticas culturais como festas em que as diferenças entre constituintes de determinado ambiente social caem

por terra. Para (DEL PRIORE, 2000, p. 27) festa é "espaço de múltiplas trocas de olhares, de tantas leituras e de tantas funções políticas e religiosas, a festa e o seu calendário transformaram-se, no período colonial, na ponte simbólica entre o mundo profano e o mundo sagrado". A autora acrescenta que as relações da sociedade no ambiente eclesial "era uma oportunidade para socializar afetos ou desafetos, interesses ou negócios, poder ou subserviência" (DEL PRIORE, 2000, p. 96). Tem-se que as relações sociais estavam para além da fé, tornando o ambiente de igrejas espaço de sociabilidade entre fiéis.

As festas representam o ápice da importância social, segundo Ikeda e Pellegrini (2008). "São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia-a-dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados." Os autores consideram que diversas práticas culturais do povo podem ser instante de afirmação ou de crítica às normas sociais, e as festas são "o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal." (2008, p. 207).

Pelo exposto, festas significam momento ímpar na sociedade, capaz de criar pontes para novos espaços, encurtando caminhos para novos relacionamentos, como diz Roberto da Matta (1997) ao referenciar a festa carnavalesca que considera espaço em que múltiplos da sociedade brasileira acontecem. Para o autor, no ritual coletivo, a sociedade se manifesta autenticamente. Da Matta enfoca o carnaval para dizer das relações sociais com ênfase: "em outras palavras, carnavalizar é formar triângulos, é relacionar pessoas, categorias e ações sociais que normalmente estariam soterradas sob o peso da moralidade sustentada pelo estado." (DA MATTA, 1997: 110).

As festas, de modo geral, possibilitam a destruição de diferenças ou seu fomento entre os indivíduos, e, segundo Rita de Cassia Amaral (1993), há uma associação do momento festivo com a violência e o conflito garantindo ser por meio das diferencias que se mantém a ordem. A autora também se refere ao pressuposto mimético, ou seja, à mímese, repetição que pode ser vista como fator de integração social ou destruição social, na medida em que os sujeitos desejam os mesmos objetos, as mesmas coisas, o que pode induzir ao conflito, à rivalidade e violência.

Em consonância com o enunciado, mediante ideia de fator social, independente de condição agregadora ou conflituosa, Jean Duvignaud (1983, p. 212) diz que é na festa que todos os grupos humanos apresentam: "capacidade de se libertarem de si mesmos e de enfrentarem uma diferença radical no encontro com o universo sem leis e nem forma que é a natureza na sua inocente simplicidade.".

Retornando a construtos teóricos de Amaral (1993), as festas parecem oscilar entre dois polos: cerimônia e festividade, o primeiro polo se apresenta como forma exterior e regular do culto, o segundo como demonstração de alegria. Ainda sob a ótica de Amaral, elas podem se distinguir da maioria dos ritos por sua amplitude e do simples divertimento pela densidade. A autora revela dois elementos afins.

Ambiente de festa, pelo que denotam os autores, representa o espaço da comunicação e da criação de novas redes sociais, local em que se comungam usos e costumes, o que revela a verdadeira face do povo, como explica Ferreira (2005)

> [...] a festa tem a capacidade de trazer para atualidade, desde longínquas épocas, as experiências culturais vivenciadas por determinada população; outro

> aspecto refere-se ao fato de que, mesmo contrariando as práticas intencionalmente concebidas no momento da festa, os usos e costumes mais profundos vivenciados pela cotidianidade e entranhados no inconsciente afloram, mostrando a verdadeira face de um povo, moldada através da cultura. Fazer festa significa colocar-se diante do espelho procurando a si mesmo e a sua identidade; é buscar reencontrar as garantias histórico-culturais, reconfirmando-as na força da representação, no ato comunicativo e comunitário. (FERREIRA, 2005, p. 26-28).

Sobre festas religiosas, Del Priore (2000) diz que foram trazidas pelos colonizadores europeus e aqui adquiriram novos formatos e, pelo mesmo viés, Amaral (1998) afirma que eram impostas pela igreja católica para adoração aos santos, sendo patrocinadas pela população com doações em dinheiro ou prendas e todos eram obrigados a participar, tanto os nobres, como os mendigos e os escravos. Eram também convidados "impostamente" a participar das danças e procissões. Conforme a autora, a organização foi aprendida e adaptada para que diferentes segmentos sociais incutissem os símbolos próprios. O que culminou em diferentes culturas pelo Brasil, com elementos variados, dança, música, símbolos religiosos que acabaram por se firmar definitivamente em cada local, com suas particularidades, a exemplo de manifestações bumba meu boi, tambor de crioula, festa do Divino e tantas outras.

As festas populares carecem de determinada estrutura, em ambiente social, normalmente planejadas, executadas e custeadas pelos moradores revelando tradições e modo de vida de grupo, em rituais ímpares que simbolizam valores e crenças.

As festas tradicionais resultam, se não, da mescla entre nativos, africanos importados para terras brasileiras e europeus invasores. Por resultar de miscigenação, é que as festas populares carecem de enfoque acuidoso, na intenção de melhor compreender o universo de instantes sagrados que refletem especificidades culturais que tanto contribuem para a atividade turística.

Como atrativo turístico, há premente necessidade de estudo das festas religiosas do catolicismo popular, e segundo Alves (2012, p. 133), "[...] envolve um processo dialético que se configura a partir de determinado contexto cultural e socioeconômico, no qual religião e turismo assumem sentidos contraditórios e complementares". Das contradições entre ambos o autor explica que

> Por um lado, ao serem incorporados em roteiros turísticos, as tradicionais festas religiosas abandonam ou redefinem seus antigos rituais; por outro, o setor turístico, ao mesmo tempo em que provoca mudanças no modo de celebrar os acontecimentos, revigora os rituais de celebrações e possibilita maior participação e visibilidade. (ALVES, 2012, p. 133).

Em vários países, o Divino Espirito Santo é celebrado. Ferreti (2005) assinala que a festa é ritual ligado ao catolicismo que, a exemplo do carnaval e do bumba meu boi, apresenta características específicas em diferentes regiões. Assim, a Festa do Divino é encontrada em estados do Brasil (Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), em ilhas do Atlântico (Arquipélago dos Açores, e nas ilhas de Cabo Verde) e nos Estados Unidos (na Califórnia, realizadas por imigrantes açorianos).

Alves (2012, p. 131), sobre festas religiosas, esclarece:

> Caracterizadas por um sincretismo religioso próprio do catolicismo popular, as festas religiosas em homenagem aos santos protetores expressam um conjunto de práticas e significados adquiridos pela tradição que mantêm viva a memória de um povo.

O autor trata de singularidades próprias das festas em que se transformam em atrativos turísticos "cuja produção de imagens e sistemas de signos se articulam com a força cultural que perpetua e renova as tradições" (ALVES, 2012, p. 131). Não obstante, Rocha (2008, p. 18), dizer a Festa do Divino:

> [...] um evento caracteristicamente maranhense, que está presente em todo o estado e durante o ano todo, e que conta com devotos e participantes que atingem todas as faixas etárias, de crianças a idosos. Motivo recorrente nas memórias dos mais velhos, que lamentam as tradições perdidas, e razão de ansiedade para crianças e jovens que sonham com a experiência de conduzir simbolicamente um império, a festa do divino oferece razões mais do que suficientes para ser melhor conhecida e estudada em todos os seus aspectos, inclusive sobre os aspectos linguísticos que tem a revelar.

Figura 38: divulgação do Festejo do Divino em Alcântara com um ar de nostalgia e retorno ao tempo do Império:

Figura 38 - Folheto de divulgação F. D. E. S. Alcântara – MA.

Fonte: Pedro Sobrinho (2013).

Todo o legado cultural de Alcântara é convite à imersão nos idos históricos. As próprias manifestações constituem o principal atrativo. De acordo com Keller (2005, p. 12),

> As atrações são a matéria prima do turismo. Só as áreas onde existem atrações podem ter esperanças de desenvolver o turismo com sucesso. As mais importantes matérias-primas do turismo são as paisagens excepcionais e identidades culturais interessantes, diferentes daquelas do local de origem dos visitantes.

Alcântara se encaixa na prospecção de destino por excepcional cenário e identidade cultural fortemente enraizada no cotidiano. No programa do governo Estadual, da Secretaria de Turismo do estado a Festa do Divino Espírito Santo, apresenta-se como:

> Uma curiosa mistura de devoção ao Divino com homenagens ao Império. O 'imperador' e sua corte, representada em trajes típicos, visitam as casas dos festeiros. Os cortejos populares percorrem as ruas da cidade entoando cânticos até chegar à casa do Imperador, que recebe as homenagens com uma dança peculiar, entoando cantigas de louvor ao Divino ao toque das caixeiras. Ao final, são servidos bebidas e doces para a população que participa da festa. A festa do Divino é celebrada em todo o Maranhão, principalmente em Alcântara e São Luís. Na cidade de Alcântara, os quilombolas encontravam refúgio para manter 'quase que intactos' seus hábitos e crenças. Aqui, a Festa do Divino é uma forte tradição e fica ainda mais bonita, integrada ao casario do tempo do Império. Em São Luís, a festa também faz parte do calendário religioso de terreiros de Tambor de Mina, como são denominadas as casas de culto afro-maranhenses, apesar de ser um ritual próprio do catolicismo. (MARANHÃO, 2011b, p. 43).

Para Megiani (1995), a Festa do Divino Espírito Santo tem origem no mito do sebastianismo, remetendo a Portugal do século XVI e XVII, período do surgimento do mito. Em narrativa, D. Sebastião, neto de D. João III (décimo sexto rei de Portugal), denominado o "Desejado", com 14 anos de idade, assume o trono em meio a fervor religioso e militar. Perdendo a batalha em Alcácer-Quibir, no ano de 1578, D. Sebastião desaparece[27], levando Portugal à crise dinástica. Assim, surge o Mito do Sebas-

27 Com a morte de D. Sebastião cria-se no imaginário o mito do sebastianismo, que significava a volta do Rei D. Sebastião, trazido pelas ondas do mar para o trono português. GADELHA, Agileu. Notas de aula do Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos – UECE, 2013.

tianismo. O povo português acreditou que o rei, desaparecido no meio da guerra, voltaria para salvação do povo. Novo messias salvaria todos pela ressurreição.

De mais a mais, no contexto sacro

> A Festa do Divino é uma comemoração do catolicismo popular, amplamente celebrada em todo o Brasil, dedicada a terceira pessoa da Santíssima Trindade – o Espírito Santo, geralmente realizada cinquenta dias após a Páscoa, no chamado domingo de Pentecostes. Podemos perceber sua presença em grande parte dos estados brasileiros: Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Amazonas etc. (PEREIRA, 2005, p. 24).

De sua égide no país, o autor faz facultativo seu posicionamento na linha do tempo: "A festa chegou ao Brasil no século XVI com os portugueses e, principalmente, com a vinda dos imigrantes açorianos para a cidade do Rio de Janeiro e o Estado de Santa Catarina." (PEREIRA, 2005, p. 26). Ele também pontua que "ainda que no imaginário de outros devotos a festa tenha Portugal como mito de origem, muitos não sabem precisar em qual região ou cidade. Há, ainda, aqueles que não fazem ideia do começo da celebração." (PEREIRA, 2005, p. 30).

Figura 39: Missa em louvor ao Divino em maio de 2013, comprovando ligação da Festa do Divino com o catolicismo:

Figura 39 - Missa celebrada em louvor ao Divino-Alcântara.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Todavia, é comum associar a origem aos Açores: é que açorianos eram moradores das ilhas Açores, no arquipélago da Dorsal Média Atlântica, responsáveis pelas expedições dos descobrimentos, com denominação de Carreira da Índia e das frotas da prata para o Brasil.

Sobre o "Tempo do Divino" ou tempo dos impérios sobre a Festa do Divino nos Açores:

> Tradicionalmente, o período consagrado em Santa Bárbara a realização dos impérios – o chamado tempo dos impérios - estendia-se a semelhança do que se passa no conjunto do arquipélago, ao longo das oito semanas que medeiam entre o domingo de Páscoa e o domingo da trindade. Os festejos, em numero variável de ano para ano, de acordo com as

> promessas existentes, convergiam preferencialmente para o domingo de Pentecostes – dia em que a igreja comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos – para a segunda feira imediatamente a seguir – a chamada segunda feira de Pentecostes – e para o domingo da Trindade – uma semana depois do domingo de Pentecostes. Era nessas datas que antecediam o dia do império, ponto culminante dos festejos. As semanas que antecediam o dia do Império coincidiam com um certo numero de cerimônias preparatórias. Enquanto estas se centravam em casa do Imperador, o dia de Império decorria por seu turno na igreja ou ermida para a qual o Império havia sido prometido. (LEAL, 1994, p. 40).

Leal (1994, p. 68), sobre a promessa de devoto e meio pelo qual deve ser realizada a festa: "Resultado da promessa, o Império funciona para ele como um dos termos do contrato celebrado com a divindade que intercambia a graça divina solicitada com a 'performance' de um ritual em sua homenagem e louvor."

Em associação com terreiros de Mina, Pereira (2005, p. 29) expõe o papel das caixeiras: "Durante a celebração do Divino dentro dos terreiros de mina, os tambores silenciam para dar lugar às caixeiras e suas caixas, instrumento musical tocado por mulheres". Completa afirmativa dizendo que, somente após alguns dias, é permitido o toque do tambor de mina, voltando ao cotidiano das casas e rituais de costume. E sobre caixeiras, Barbosa (2002, p. 303-304) discorre e esclarece a autoria dos versos:

> O repertório dos versos e cantigas é compreendido como patrimônio da festa, cuja autoria ficou diluída ou perdida pelos lugares por onde ela passa. Com-

preender a criação não como sua, mas inspirada pelo Espírito Santo. O ritual é coletivo, a performance do grupo é a responsável pelo conjunto da festa, mas a performance individual constitui-se em uma demarcação de espaços de poder das caixeiras.

Em se tratando de canto, louvor ao Divino, Gouveia (2001, p. 103) alerta sobre evocação dizendo que: "[...] primeiro precisa-se cantar invocando o 'Espírito Santo' para que este venha abençoar e proteger os seus festejos, depois se canta para 'São Pedro' que, segundo as caixeiras, é quem guarda a chave do tribunal". É importante lembrar que a tribuna é o local onde ficará sentado o Império (Imperador ou Imperatriz), é também o lugar onde é montado o altar para depositar a Pomba e os símbolos que constituem parte do ritual. Figura 40: cântico de evocação ao Divino na cidade de Alcântara, entoado pela Caixeira-Mor.

Figura 40 - Cantando para evocar o Divino.

Fonte: Mello (2013).

Em Alcântara, escolha dos festeiros, e sucessão de caixeiras se enraízam na família e Pereira (2005, p. 38) faz inferência quanto ao papel das famílias no desempenho dos festejos para louvor ao Divino:

> [...] a família está presente tanto no aprendizado desta celebração quanto na devoção ao Divino Espírito Santo. A relação de vizinhança é outro fator extremamente importante na festa do Divino. [...]. Podemos pensar como a família é importante dentro desse festejo e em outras celebrações e religiões, tal o candomblé e umbanda. A 'família', neste caso, pode se aquela com laços sanguíneos ou aquela chamada 'família de santo'.

Lacroix (2012, p. 36) sobrepõe aspectos que ambientam enlaces culturais de manifestação com raízes africanas, remetendo, mais uma vez, às origens da manifestação: "o elemento agregador se fez pelo ajuntamento nas senzalas, com o culto aos orixás[28], voduns[29] e inkices[30], de suma importância para guarda a identidade, a lembrança e saudade da mãe África".

> O culto aos deuses africanos comportava festas, tambores, aliando a religião à distração. O nativo centrado no pajé, exprimiu sua organização social, hierarquia, imaginário coletivo, na motivação, nos preparativos e no momento das festas. Essas expressões culturais se misturaram, somadas ao elemento religioso europeu, resultando em festas profanas ou profano-religiosas. (LACROIX, 2012, p. 36).

28 Ancestrais divinizados africanos que correspondem a pontos de força da Natureza e os seus arquétipos estão relacionados às manifestações dessas forças.

29 Ícones ou "Orixás" da Cultura Jêje. São diferentes dos Orixás tradicionais, pois não pertencem somente à estrutura de criação do Planeta Terra. Estão acima dos Orixás.

30 Energia divina, se assemelha a Orixás.

Redirecionando cultura às manifestações culturais populares, mediante texto de Pasta Júnior (*apud* BOSI, 1992, p. 72-74) referindo-se diretamente à Festa do Divino Espírito Santo, momento da festa em que produção e produto se recobrem e se confundem:

> Pensamos em uma Festa do Divino que vimos acompanhando há vários anos [...], fazendo abstração nesse momento das procissões triunfais e da reorganização do espaço da cidade, mais do que na experiência espantosa que é o dom da comida que é farta, que é de todos e foi feita por todos. [...] ano após ano nos perguntávamos o que se consagrava naquele instante. O Divino Espírito Santo? Mas já se sabia que, ali tinha-se uma noção vaga e esquecida dos insondáveis mistérios da santíssima trindade. O tempo é vivido como uma espécie de presente continuo, imóvel no limiar da história e cobrando sua superação. [...] marca uma ruptura entre o real vivido e o imaginário, é na verdade, o modo produzido, pelo grande intertexto, de possibilitar uma experiência do mundo e de si próprio [...] sob a aparente intemporalidade dos enunciados se esconde o modo astucioso de passar a resistência.

As primeiras Festas do Divino, no Maranhão, no século XIX, são descritas por Lacroix (2012, p. 222) assim: "a festa africana associada ao culto católico, reunia os participantes na beira de uma estrada ou num terreiro, com bandeirinhas de papel colorido, uma grande bandeira vermelha com a pomba simbólica do Divino Espírito Santo". A pesquisadora insere em cena: "caixeiras rufando tambores ao som de cantigas de improviso em rimário de desafio, numa toada característica e dolente". Lacroix (2012, p. 222) narra a cena:

> Desfilava pelas ruas, em tom festivo, o Imperador, a Imperatriz vestidos a caráter, um pagem carregando uma coroa numa salva e vários personagens até uma igreja para participarem de uma missa dominical do mês de maio. Desde os preparativos da festa até seu desmonte, voluntários ajudavam na cozinha, geralmente nos fundos da casa da festa ou nos baixos dos sobrados, preparando almoços e jantares com boi, capado, capões, galinhas, patos, bolo de macaxeira, bolo de tapioca, pão de ló, doces de espécie com figuras de animais ou corações, cardápios fartos ou modestos, conforme a ajuda de governantes e do comércio, em geral. [...] em outros pontos da cidade, à noite, protegidas pelas sombras da fraca iluminação das fumegantes lanternas de óleo de peixe, se juntavam, na maioria, negras e mulatas para certos 'excessos' e cantorias, as modas da terra, modinhas e lundus. Mulheres saídas da minoria branca preferiam as casas suspeitas, garantindo a seus clientes um clima de 'alegre reunião'.

A festa começa no domingo de Pentecostes, em exaltação ao poder do imperador como agente de Deus na terra. O cortejo do império traz alegria e farta distribuição de comida e bebida, com bailados e queima de fogos, em meio a ladainhas e peregrinações para esmolar em favor ao Divino. Os devotos elevam a Bandeira do sagrado em cortejo que resiste em algumas localidades como em Alcântara.

> Na dinâmica da supressão ou substituição de componentes da Festa do Divino, o que mais resiste é a bandeira, conhecida também como folia. Depois o cortejo do império que deixou de existir em algumas festas. Por último a missa solene

> para os devotos. A Bandeira do Divino (folia) era conhecida também como rancho. (MOURA, 2005, p. 44).

Principal manifestação cultural maranhense, também realizada em outros estados, a festa adquire contornos próprios no Maranhão, e, em especial, em Alcântara. Associação ao catolicismo e presença marcante das mulheres como elemento imprescindível para preservação da cultura popular, são características da Festa do Divino Espírito Santo alcantarense. A manifestação religiosa dá-se em mais de cem cidades e, na capital maranhense, é valorizada em terreiros de mina, enquanto, em Alcântara, se caracteriza como festa católica, com cerimônias na igreja. Os preparativos iniciam no mês de maio, mais precisamente, no domingo de Pentecostes. O rito primeiro dá-se previamente no Sábado de Aleluia, momento em que os festeiros anunciam o grande dia em que o Imperador ou a Imperatriz recepciona os convidados com grande festa em que é servido almoço com farta mesa de doces em louvação ao Divino.

Entre São Luís e Alcântara, as diferenças iniciam quando, na capital, o Terreiro de Mina ambienta o cortejo enquanto que, em Alcântara, boa parte da festa começa no interior da igreja católica. Para os alcantarenses, a festa se alterna com Imperador e Imperatriz, o que não ocorre nas demais manifestações do Divino pelo estado. Há muitas dissimilitudes: é só mais um motivo para pesquisar sobre a festa, com as caixeiras de toques variados e variáveis da festa.

Festa Profana em Alcântara: Arte e Folclore

Festas, costumes, danças, folguedos, histórias orais atraem interesse de muitas pessoas para melhor conhecimento do lugar e costumes. Tais práticas despertam no visitante desejo íntimo de vivência da festa com a própria comunidade.

> Isto é possível quando uma cidade, consciente do seu potencial, resolve, com organização e parcerias, transformar estas manifestações culturais em atrativo turístico, possibilitando, assim, oportunidades de negócios e empregos além da valorização da arte identitária local. (MACENA, 2003, p. 64).

Pela delicadeza da temática "festa profana", abordagens precisam ser feitas, considerando que o turista aparece como mantenedor de práticas culturais como Festa do Divino em Alcântara, por considerá-la atrativo e conforme a fala de Moura (2005, p. 37), o termo "festa" carece de compreensão porque:

> Em face da riqueza de fatores sociais, antropológicos, históricos e estéticos, o estudo dessas festas requer uma metodologia específica, que possibilite amenizar a complexidade de seus elementos formadores. [...] além da libertação momentânea, as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva. A dramatização dos símbolos e das alegorias no interior da festa tende a justificar ou explicar uma doutrina. Há sempre uma crença a ser defendida. Toda festa tem uma longa história que aponta uma enorme quantidade de interesses espirituais e materiais, constantemente alterados no decorrer de sua existência. É em face de tais interesses que podemos esboçar uma caracterização das festas populares brasileiras, começando por seus componentes estruturais.

De acordo com Moura (2005), sagrado e profano apresentam-se em nível dicotômico quando o autor os distingue entre componentes estruturais em que religiosos são ministrados por sacerdotes; profano-religiosos, ministrados por leigos com aprovação de sacerdotes e profanos com caráter de diversão que visam manter o visitante mais tempo na localidade. Para Del Priore (2000), o sagrado e o profano são ambivalentes, indissociáveis.

Nem sempre as festas conservam autenticidade, o que depõe a favor de Alcântara considerando que a Festa do Divino Espírito Santo segue à risca tradição centenária. Por isso constitui grande patrimônio cultural brasileiro.

Não se pode deixar de considerar ponto bastante relevante estudo da Festa do Divino Espírito Santo, linha tênue entre sagrado (crenças nos santos) e profano (coisas da terra), ou seja, o primeiro se atrela a determinada divindade e o profano, não. A forma como o sujeito toma ciência do sagrado é questão respondida por Eliade (1999, p. 13) em simples afirmativa: "O homem toma conhecimento do sagrado porque este se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano". A diferença entre o que é sagrado ou não está totalmente arraigada na evolução da história humana, dos povos primitivos aos colonizadores portugueses. Vilhena (2003, p. 15) explica:

> Esses mesmos portugueses, guiados por sonhos expansionistas, sustentados pelo milenarismo sebastianista, para cá migraram na companhia de cristãos novos, marranos convertidos. Acorrentados e escravizados, mais de 4 mil africanos aqui conheceram o exílio. [...] - trazendo na bagagem língua, costumes e sêmem.

É intrínseco à mescla culto e festa. A contemporaneidade nada mais é do que o resultado do passado de crenças e costu-

mes. Na assertiva de Vilhena (2003, p. 16): "pode-se dizer que o mundo é o resultado do desenho, das cores, das nuanças, dos jogos de luz e sombra que foram traçados pelas correntes migratórias. Somos produto, herdeiros e partícipes de antigas recentes incursões". Eliade (1999, p. 13-14) remonta à gênese do sagrado dizendo que tanto "para os ´primitivos´, como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. O sagrado está saturado de ser.". Tão próximo da premissa é a afirmação de Rosendhahl (1999, p. 231), ao esclarecer que:

> O sagrado se apresenta absolutamente diferente do profano, isto é, o primeiro relaciona-se a uma divindade e o segundo, não. A palavra sagrado tem o sentido de separação e definição, em manter separadas as experiências envolvendo uma divindade, de outras experiências que não envolvem, considerações profanas.

Moura (2005) categoriza as festas populares brasileiras dissociando-as: Festas Religiosas-ministradas por sacerdotes, autorizadas pela igreja com missas, procissões e outros ritos; profano-religiosas-ministradas por leigos com aprovação do sacerdote homenageando figuras sacras de modo festivo como no caso do Divino Espírito Santo; e o profano que tem caráter de diversão visando segurar os visitantes por maior período de tempo na localidade (MOURA, 2005). Para autores, o caráter da sacralidade está presente independente da gestão de leigos. Rosendhahl (1996) assim como Eliade (1999) relacionam o sagrado com a hierofania e a primeira assim esclarece: "manifestação do sagrado no mundo se dá pela hierofania que etimologicamente significa algo de sagrado que se revela." (ROSENDHAHL, 1996, p. 31). Conceitua Hierofania como manifestação do sagrado em

objetos, formas naturais ou pessoas. *A posteriori* ilaça o sagrado à epifania. O sagrado também se expressa, posteriormente à hierofania, como celebração do divino e é nesse contexto que se desenha ritual sacro no espaço sagrado que Rosendhahl (1996, p. 31) objetiva dizendo:

> [...] O ritual pelo qual o homem constrói o espaço sagrado tem como objetivo construir um lugar ordenado cosmos, onde se possa habitar em oposição ao espaço não-consagrado, o Caos. [...]. Esses espaços com centros, sagrados se opõem ao desordenado espaço profano.

Retornando assertivas de Eliade (1999), a história demonstra, na mesma linha de pensamento de Rosendhahl (1999), que o sagrado e o profano são modalidades de ser no mundo:

> Duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo da sua história. Esses modos de ser no mundo não interessam unicamente à história das religiões ou à sociologia, não constituem apenas o objeto de estudos históricos, sociológicos, etnológicos. Em última instância, os modos de ser 'sagrado e profano' dependem das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmo, e, consequentemente, interessam não só ao filósofo, mas também a todo investigador desejoso de conhecer as dimensões possíveis da existência humana. (ELIADE, 1999, p. 20).

O modo de ser no mundo marca o diferencial do Divino Espírito Santo em Alcântara, pela premissa de que, antes de tudo, é festa do catolicismo popular, por isso sublinhou-se a afirmativa de Brandão (1989, p. 37):

> Em sua variação de formas e alternativas o catolicismo parece ser, dentre todas as religiões mais visíveis do Brasil, aquela que combina o maior número de formas diferentes de celebrações, podendo fazê-las, inclusive, sucederem-se umas às outras, do que resulta a própria festa católica. Assim, uma Festa do Divino Espírito Santo, a folia precatória de antes dos festejos, a novena, as procissões, a grande missa do domingo e os folguedos, como os ternos de moçambiques e as cavalhadas. Apesar dos esforços da Igreja para separar uma parte propriamente *religiosa* das outras, *folclóricas* ou das francamente *profanas*, para o devoto popular o sentido da festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de *todas* estas situações, dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da Igreja.

Eliade (1999) analisa sagrado e profano sob o ponto de vista da espacialidade (espaço do sagrado) e da temporalidade (tempo do sagrado), assim, de forma mais profunda, explica o comportamento do *homo religiosus* (homem religioso), bem como seu universo mental.

Em sentido estrito, sagrado quer dizer tudo o que é concernente às coisas divinas, à religião, aos ritos ou ao culto, ou seja, o sacro, santo, profundamente respeitável, venerável. Profano faz referência ao que é não pertencente à religião, ou o que é contrário ao respeito devido a coisas sagradas. No que tange ao espaço do ponto de vista da experiência profana, o autor elucida:

> Em contrapartida, para a experiência profana, o espaço é homogêneo e neutro: nenhuma rotura diferencia qualitativamente as diversas partes de sua massa. O espaço geométrico pode ser

> cortado e delimitado, seja em que direção for, mas sem nenhuma diferenciação qualitativa e portanto sem nenhuma orientação de sua própria estrutura. Basta que nos lembremos da definição do espaço dada por um clássico da geometria. Evidentemente, é preciso não confundir o conceito do espaço geométrico homogêneo e neutro com a experiência do espaço 'profano' que se opõe à experiência do espaço sagrado, e que é a única que interessa ao nosso objetivo. (ELIADE, 1999, p. 26).

Para Kodama (2009, p. 80), "toda festa também é um espelho sacralizado do cotidiano; portanto, nela são encontradas atitudes sagradas e profanas que religam o indivíduo à comunidade". Como pensa Correa (1999, p. 55): "as diversas manifestações religiosas em sua dimensão espacial, como se exemplifica com as peregrinações às cidades santuárias, definindo espaço sagrado e profano", consubstancia a afirmativa de Eliade (1999, p. 38), em relação à temporalidade de tais manifestações:

> Participar religiosamente de uma festa implica a saída da duração temporal ´ordinária´ e a reintegração no Tempo mítico reatualizado pela própria festa. Por consequência, o Tempo sagrado é indefinidamente recuperável, indefinidamente repetível. De certo ponto de vista, poder-se-ia dizer que o Tempo sagrado não ´flui´, que não constitui uma ´duração´ irreversível. É um tempo ontológico por excelência, ´parmenidiano´: mantém-se sempre igual a si mesmo, não muda nem se esgota. A cada festa periódica reencontra-se o mesmo Tempo sagrado – aquele que se manifestara na festa do ano precedente ou na festa

> de há um século: é o Tempo criado e santificado pelos deuses por ocasião de suas gesta, que são justamente reatualizadas pela festa.

A ambivalência da festa entre sagrado e profano dispõe outra reflexão à luz do pensamento de Girard (1998, p. 323): "o jogo do sagrado e o jogo da violência são apenas um. Sem dúvida, o pensamento etnológico dispõe-se a reconhecer, no seio do sagrado a presença de tudo o que pode ser recoberto pelo termo violência." O autor remete à compreensão na dimensão do sagrado em que há também "ordem e a desordem, tanto a paz quanto a guerra, tanto a criação quanto a destruição [...] revela a unidade sem escamotear a complexidade, permitindo organizar os elementos do sagrado em uma totalidade inteligível." (GIRARD, 1998, p. 323).

Entre o sagrado e o profano, os valores se definem pelas coisas do "além", do inexplicável, do inquestionável e do compromisso religioso dos componentes para com a festa em questão. A identidade se localiza no tempo e no espaço simbólico resultando do imaginário social de que faz parte. Há compromisso de devotos em preservar o legado de crenças em experiências profanas e sagradas dos ancestrais africanos. Tão fortes e resistentes aos saberes quanto os descendentes africanos, Lucena Filho (2007, p. 52), coloca os nordestinos diante do sentimento de pertencimento:

> Os nordestinos fortalecem e mobilizam o sentimento de pertencimento nas expressões e nas performances culturais presente nos saberes populares e na sua historicidade. As marcas identitárias são mostradas através de expressões e imagens como o cangaço, a religiosidade, o folclore, a musicalidade, a região

> ensolarada, a seca, os canaviais e algodoais, como foco especial para as festas populares, que se integram à vida das comunidades, com vários cenários que o evento cultural propicia, e que são formadoras, ao mesmo tempo, da identidade local e regional, produzindo sentidos plurais, segundo uma dimensão individual e coletiva, onde a tradição e a modernidade se refletem.

O autor destaca conceitualmente a compreensão de folclore para dizer das vidas em coletividade e das influências históricas da festa no Nordeste brasileiro: "O folclore é um dos elementos essenciais para a caracterização das paisagens culturais." (LUCENA FILHO, 2007, p. 52). Lucena Filho (2007) mostra que as festas populares, religiosas e profanas da cultura brasileira recebem influências históricas do período colonial, precisamente para a tradição católica. Diz o autor: "As festas do Nordeste brasileiro, por exemplo, se apresentam em tradições que vão mais além da simples influência do colonizador português, pois as origens se perdem no tempo, hoje mítico de povos agrários do paganismo pré-cristão." (LUCENA FILHO, 2007, p. 41) e completa:

> O folclore é compreendido quando referido à vida das coletividades. Vive-se no cotidiano mergulhados nas culturas geradas pela família, pelos amigos, pelas instituições públicas e privadas, e pelas relações mais contínuas e íntimas do nosso universo afetivo. As nações, povos, grupos humanos, famílias, classes profissionais, são dotados de um patrimônio de tradições transmissíveis por várias formas de comunicação, verbal e não-verbal, defendido e preservado via costumes. (LUCENA FILHO, 2007, p. 42).

Folclore, inicialmente *folk-lore*, de raízes saxônicas, significava povo e *lore* - saber, e resultou em "sabedoria do povo". Lucena Filho (2007, p. 41) elucida a dimensão do folclore:

> O folclore só é compreendido quando referido à vida das coletividades. Vive-se no cotidiano mergulhados nas culturas geradas pela família, pelos amigos, pelas instituições públicas e privadas, e pelas relações mais contínuas e íntimas do nosso universo afetivo.

Bastide (1959, p. 46) retrata folclore como representações do povo, de terra que ficou para trás, para o autor, também lembrança afetiva: "o folclore é um prolongamento da zona rural, uma espécie de anexo da fazenda e dos sítios, [...] o folclore para que possa persistir exige cooperação".

Consoante ideia de folclore, Fernandes (1978) diz que o folclore estuda os modos de ser, pensar e agir de um povo de natureza material quando reproduz as técnicas dos trabalhos na roça ou a manipulação de metais e de natureza imaterial quando reproduz as lendas e tradições.

De acordo com análises de Barreto (1994, p. 46), o folclore é o primeiro passo para compreender o modo de vida de um povo em sua dinâmica de vida nutrindo a própria raiz "por força do uso intrassetorial em que ninguém tem direito de interferir, mas obrigação de preservar".

Cascudo (1984, p. 24) afirma que o folclore decorre da memória coletiva, "o surgimento revela uma certa imprecisão cronológica, um espaço que dificulta a fixação no tempo. Entretanto, é contemporâneo pelos novos elementos que vai reprocessando ao longo da trajetória".

Carta do Folclore Brasileiro revista no VIII Congresso Brasileiro de Folclore, em 1995, na cidade de Salvador-BA, define

folclore como “conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições, expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social”. (FUNDAJ, 1995, p. 2).

A visão de folclore, na sociedade industrial, de Melo (2004, p. 270) é como reflexo da cultura popular por intermédio da cultura de massa, que surgia.

> Processando símbolos e imagens enraizados nas tradições nacionais em países hegemônicos e convertidos em mercadorias para o consumo das multidões planetárias. Por sua vez o folclore midiático, típico da sociedade pós-industrial, configura-se como mosaico de signos procedentes de diferentes geografias nacionais ou regionais, buscando projetar culturas seculares ou emergentes no novo mapa mundial.

Para cultura popular, utiliza-se o conceito de Caldas (1989, p. 69): “aquela parte da cultura produzida pelo povo e para o povo”. E quanto à cultura de massa, atem-se à definição de Morin (1997, p. 15), que diz “a cultura de massa constitui um corpo de símbolos, mitos e imagens concernentes à vida prática e à vida imaginária, um sistema de projetos e de identificações específicas”. Assim, o cortejo do Divino é representação do folclore, representa sabedoria do povo recebida dos ancestrais por meio de signos, símbolos e imagens. A importância da ancestralidade está representada na manifestação em treze dias do festejo do Divino, em Alcântara. O primeiro dia de festa é retratado pela passeata e levante do mastro da Imperatriz (Figura 41) e descendentes dos escravos depositam esperanças com oferendas ao Divino.

Figura 41 - Mastro enfincado na Praça da Matriz.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Na Festa do Divino, fazem-se alvoradas de caixeiras e músicos no mastro do império, missa solene de ascensão, na Igreja do Carmo, com coroação do Imperador ou Imperatriz (depende do ano). Dá-se a passeata do cortejo pelas ruas, visita à casa do Divino. Momento marcante é a prisão do Mordomo pelo Império. Ouvem-se ladainhas diariamente com participação das caixeiras, também conhecidas como sacerdotisas[31] do Divino. No domingo é praxe missa solene e visitas do mordomo às casas dos festeiros. Uma semana de ladainhas precede o dia da subida do boi[32] No segundo sábado, é o momento da distribuição de esmolas aos idosos. No último domingo, há missa solene, em seguida, cortejo e retorno à casa do Divino, depois procissão com

31 As caixeiras de Alcântara são conhecidas como sacerdotisas do Divino por tocarem suas caixas e entoarem seus cânticos somente em louvor ao Divino, diferente das demais caixeiras do estado que também tocam em Terreiros de Mina.

32 Brincadeira que consiste em acompanhar, em cortejo pelas ruas da cidade, os bois. Ritual de morte e esquartejamento do boi que será servido como alimento durante a festa; a sequência do ritual é definida pelos cânticos das caixeiras. (ROCHA, 2008).

a coroa do Divino e retorno à igreja com a leitura do peloro[33] constando nomes de novos participantes para o ano vindouro e, na última segunda feira, faz-se entrega do posto de festeiro a novos ingressantes.

Na resenha da Festa de Alcântara, as caixeiras ocupam patamar de destaque em período de dias, pelo seu significado na prática cultural, pela singularidade com que fazem ressoar o toque das caixas. A sonoridade é reconhecida por toques pessoais, ditos pitorescos, diferentes de outros em outros lugares.

Em Alcântara, ocorrem particularidades na festa. Ao contrário de outros municípios, o Império, constituído de casal de Imperadores – feminino e masculino – passa por alternância: em um ano é regido por uma Imperatriz, e em outro, pelo Imperador (Figuras 42 e 43):

Figura 42 - Ano de Imperatriz – Alcântara – MA.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

33 Documento que anuncia os festeiros do ano seguinte.

Figura 43 - Ano de Imperador Alcântara – MA.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

A divindade é representada por pares de Mordomos Régios[34] e Mores[35], que, posteriormente, substituem os imperadores[36]. Dessa forma, a Imperatriz denota a importância da mulher na constituição de significados culturais da Festa do Divino no Maranhão, especificamente, em Alcântara. Assim, as mulheres também representam o poder imortal da Divindade, distinguindo-se do que ocorre em regiões do Brasil, onde atuam apenas na condição de esposa de Imperador.

Sob esse aspecto, é notória a demarcação da identidade da Festa de Alcântara feita pelas mulheres, principalmente Caixeiras, bem como de elementos a elas relacionados. Isso é perceptível em depositários do sagrado ali representados: *Santa Crôa* – Coroa do Divino –; *Caixeiras*, sacerdotisas; *Mastro*; *Bandeira*

34 Membro da corte imperial mais importante, depois do imperador.

35 Segundo/a Mordomo/a em ordem de importância, depois do Mordomo - Régio.

36 Principal representante masculino do Império do Divino, responsável pelas despesas da festa. (ROCHA, 2008).

Real; *Bandeirinhas*[37]; *Pombo Branco*; *as Cantigas, Caixas e Vaquetas*[38]*, Vanquetas ou Gambitos,* com as quais são percutidas; *Cetro*[39]*; e Capote*[40]*.* A Festa do Divino Espírito Santo é um exercício cultural secular que pertence ao local e história do Maranhão. O presente entremeia o passado e o futuro pela cultura. Segundo Barreto (1994, p. 71), "a cultura é compreendida como 'experiência, como lastro' alimentador do itinerário social, como urdimento que ajuda a projetar o futuro".

A vida simples e de certo "isolamento" dos alcantarenses faz manter as tradições, embora a duras penas, manter originalidade que induz reflexão mais profunda sobre o modo de vida e tradições, como aponta Baudrillard (1995, p. 67):

> Na economia do dom e da permuta simbólica, uma quantidade fraca e sempre finita de bens basta para criar a riqueza geral, que eles passam constantemente de uns para os outros. A riqueza não se baseia nos bens, mas na permuta concreta entre pessoas. Por consequência, é ilimitada [...].

A própria descrição dos viventes mantém as tradições. Reminiscências de quilombos, o passado glorioso, perdido em agonias econômicas a que se submetem na transição do antigo Império, conferem-lhes certo saudosismo, próprio mantenedor das antigas tradições aprendidas com antepassados.

A festa do Divino Espírito Santo em Alcântara é tradicionalmente no mês de maio, com encerramento no domingo de Pentecostes, em mistura de lendas, história e religiosidade, durante

37 Meninas que podem vir a ser sucessoras das caixeiras, aprendem os cânticos e o toque de caixas.

38 Pequenos bastões para percussão das caixas.

39 São distinções de mando sob forma de bastões curtos.

40 Assemelha-se a um manto, uma vestimenta da realeza.

15 dias, tempo em que realizam rituais, procissões, levantamento de mastro, louvores, banquetes, missas, comércio e consumo.

A organização do evento é de responsabilidade do grupo corte do Império, formado por adultos, representados nos altares festivos e procissões por crianças, em funções de Imperador ou Imperatriz, mordomos-régios, mestre-sala[41] e vassalos[42]. A corte se veste com luxuosos trajes, a exemplo do figurino imperial, em alusão à visita de Dom Pedro à cidade no século XIX, quando Alcântara era uma das mais ricas cidades do país, graças à produção dos engenhos de cana-de-açúcar e também de algodão. De acordo com registros históricos e mito popular, duas famílias mais ricas disputam o palacete mais opulento, mais rico, para hospedagem do Imperador. Entretanto, Dom Pedro teria desistido da viagem e, assim abandonadas às construções e ruínas, se sustentam nas ruas da cidade, em outros prédios que perecem pelas intempéries do tempo.

O alcantarense é conhecido como "povo festeiro", o que se justifica pelo número de festas, algumas mais conhecidas representações do folclore, como festas dos santos: Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora das Mercês, São Sebastião, Santo Antônio, São Raimundo, São Benedito, São Mathias e Divino Espírito Santo.

A de São Benedito, no mês de agosto, é manifestação cultural elementar de Alcântara, com tradição religiosa e cultural. Durante os quatro dias, entre missas e procissões, o tambor de crioula[43] se destaca, celebração na Praça da Igreja de Nossa Se-

41 Adulto responsável pelo cumprimento das orientações das caixeiras. Em Alcântara, as escolhas do Império são feiras e anunciadas pelo Mestre-Sala, que é denominado Mestre-Sala-Mor.

42 Representam a corte do Imperador.

43 O tambor-de-crioula é uma manifestação popular maranhense, também conhecida como punga. Dança de origem africana praticada por afrodescendentes. Apresentada ao ar livre e em qualquer época do ano. Em formato circular entre e cantadores e tocadores, as mulheres se apresentam individualmente com coreografia livre. Punga representa um convite para

nhora do Rosário dos Pretos. Na festa de São Benedito, o tambor de crioula é tocado como samba de roda com quatro tambores, dançado somente por mulheres.

Alcântara é conhecida pela tradição de radiolas de *reggae*. Feriados e datas comemorativas festejados com *reggae* na praça ou nos clubes.

O calendário de festas religiosas atrai visitante o ano todo, o que aquece o comércio local com pequenas pousadas, restaurantes, bares e comércio em geral. Nos festejos do Divino e de São Benedito, o comércio ambulante é visível, as praças das igrejas transformam-se em pequenos largos de quermesse.

A ida de visitantes nos períodos festivos é complexa, considerando os problemas de embarcações. Falta de segurança e infraestrutura dos transportes e de hotelaria causa transtornos aos visitantes. A demanda de moradores e turistas se torna maior, o que congestiona trânsito e rede hoteleira. Entretanto, o caos atrai curiosos que continuam a aventura em perigosas travessias para participação de festejos e de grandes festas de radiola de *reggae* na pequena Alcântara.

A Realidade das Caixeiras do Divino em Alcântara

O processo de formação de caixeira é lento considerando a complexidade da festa. A hierarquia entre elas depende diretamente do grau de conhecimento das mulheres sobre a festa: contam os anos de experiência. Caixeira-Mor, em Alcântara conhece em profundidade todas as etapas da festa e comanda as demais em ritual. Não era fácil alcançar posto, mas, em se tratando de caixeira, a próxima Caixeira-Mor é o menor problema, dada a decadência do grupo.

outra dançarina vir ao centro da roda assumir o lugar da anterior. A punga consiste no toque da barriga de uma contra a outra. O conjunto de tambores é chamado de parelha.

> Quando eu morrer se acaba o batuque... As mães não querem deixar suas filhas serem bandeirinhas... E quando a mãe deixa, a filha é que não quer. Em um ano a menina é bandeira e no outro já é mãe de família e não quer mais participar da festa (informação verbal)44.

Para compreensão da decadência do grupo, entrevistaram-se caixeiras, gestores, moradores, alunos, professores, vigário e componentes da Festa. Caixeiras de 82 anos toca caixas desde seis anos de idade, aprendeu com a mãe e diz que agora mães de adolescentes não querem que as filhas sejam bandeirinhas e a Festa do Divino sem Caixeiras não tem significado. Alega-se que bandeirinhas mudam sempre de ano para outro. A informante afirma que só existem três caixeiras em Alcântara: Ela, a irmã e outra senhora, acredita que, após a morte, tudo vai depender do compromisso com a tradição. Encerra a entrevista dizendo que, acabando o batuque das caixeiras, acaba tudo no lugar, pelo significado da festa. Sugere a criação de oficinas para se manter a tradição.

Diz caixeira de 69 anos que, há 40 anos, aprendeu a tocar com as mais velhas e hoje já não se passa arte de mãe para filha, treinam-se bandeirinhas desconhecidas que um ano participam, outro não. A solução: criar oficinas para continuidade da tradição.

As bandeirinhas, por sua vez, dizem que, em apesar da honra em participar da festa, não sabem se voltam, porque a duração da festa é muito longa. Perdem aulas e se prejudicam. Garantem que participariam novamente, até mesmo como caixeiras no futuro, mas não parecem muito seguras. Para o coordenador da Festa do Divino em Alcântara, são importantes as caixeiras na Festa, pois o festejo remete à época da escravidão e elas representam escravos na senzala em reunião para tocar caixas.

44 Depoimento de uma das duas últimas caixeiras em Alcântara, D. Anica.

O problema é que as caixeiras não preparam sucessoras. Ele alega 55 anos de festa do Divino e hoje a festa mudou muito, a começar pelo número de festeiros - já de 13 -, todos com caixas, hoje somente dois, é que não há festa sem toque de caixas: os festeiros são poucos e o número de caixeiras, mínimo. Há recorrer à zona rural para trazer caixeiras. Aponta 3 caixeiras de Alcântara e diz estar-se a treinar outra. Sugere estratégia pela manutenção do toque de caixas, seminário para sensibilização da população sobre a importância da herança cultural e solicita oficinas para treinamento de futuras caixeiras. Complementa o depoimento dizendo que está lutando, desde o início da gestão municipal, para a ideia tornar-se realidade.

O entrevistado se apresenta bastante preocupado com o futuro das Caixeiras e da Festa do Divino na cidade de Alcântara. Diz também que a festa não pode sofrer alterações: ela é única no Maranhão, no Brasil e no mundo, por seu formato em que as caixeiras são apresentadoras do Divino. Também caixeiras só existem em Alcântara, por isso não há poder perdê-las. Encerra a entrevista dizendo que seu medo é de que desapareçam as caixeiras e, por consequência, a Festa do Divino na cidade seja extinta, festa sem caixeira, diz ele, ficaria nua.

Diretora da Casa Histórica de Alcântara fala da importância das caixeiras para Alcântara como "cultura viva", de descendência afro que conservam rituais da Festa do Divino, com características da Festa tradicional.

Também acrescenta que existem caixeiras no país, todas do Terreiro de Mina[45] e, em Alcântara, são unicamente caixeiras do Divino.

45 Terreiro de Mina é ambiente religioso. Lugar onde toca o Tambor de Mina que é uma forma religiosa de raiz africana que difere do candomblé e da umbanda por cultuar principalmente os voduns. Religião voltada para ancestralidade, envolvendo um ritual de transe ou possessão. No Maranhão, os Terreiros de Mina mais conhecidos são: Mina Jejê e Mina Nagô. Os participantes, em sua maioria, são do sexo feminino. Caixeiras tocam em Terreiro de Mina, exceto em Alcântara.

Ao contrário do que pensam demais entrevistados, Diretora do Museu diz que existem caixeiras, na ativa somente três continuam carregando a Bandeira do Divino, outras deixaram a prática do sacerdócio, por fatores pessoais, entretanto, no interior, há caixeiras, por isso não se tem a tradição tão ameaçada assim. Diz fazer trabalho de resgate de caixeiras, mas é preciso frisar - todas elas necessitam pausar a vida durante quinze dias para dedicação ao Divino, o que é um problema pela quebra de rotinas.

Entrevistada declara não crer que caixeiras estejam sob ameaça de extinção e que o problema mesmo é a falta de incentivo. Ademais, não há medida tomada no momento em prol das caixeiras, e diz que IPHAN e a própria prefeitura apresentam proposta de resgate da tradição, ainda não implementada e não se tem o porquê. O prefeito tem prometido desenvolver a proposta. Acredita que nada acontecerá por falta de reconhecimento, por parte de gestores, da importância da cultura. Acredita que habitantes e gestores não tenham atentado para o valor do legado cultural, da Festa do Divino Espirito Santo e demais festas de Alcântara. Afirma, por último, que patrimônios material e imaterial e ambiental da localidade são negligenciados por desconhecimento da importância. Visitantes vêm por via ferry boat, que permite chegada à cidade de carro, é também difícil a travessia da baía de são marcos, por meio de barcos, lanchas e pequenos catamarãs, e, para pessoas idosas é um exercício extenuante e perigoso, o que leva à desistência da viagem.

Figura 44: representação do emaranhado de embarcações que precisam ser ultrapassadas para que os viajantes com destino a Alcântara se acomodem em algum catamarã.

Figura 44 - Embarcações com destino a Alcântara.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

A casa do divino é uma espécie de base onde tudo é preparado: altar montado para exibição aos visitantes, ano todo, lugar onde se preparam bebidas, comidas e doces, também o local de ensaios dos toques e cantorias das caixeiras, conhecidos como alvoradas. É o principal ponto de partida para a rotina diária da festa, onde todos bebem e comem gratuitamente durante os dias de festejo.

Figura 45 - Casa do Divino Espírito Santo em Alcântara.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Figura 46: altar do Divino no interior da Casa do Divino para apreciação dos visitantes no decorrer do ano:

Figura 46 - Altar do Divino na Casa do Divino Espírito Santo.

Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Em entrevista com professores da rede pública, houve-se preocupação premente com a diminuição do número de caixeiras na Festa do Divino. Professora entrevistada diz: mesmo não sendo moradora fixa da cidade, como professora, passo muito tempo na mesma. Constata que a festa do Divino traz para Alcântara alegria e religiosidade. Indagada sobre importância da festa, a professora disse que, além da conotação religiosa, proporciona aquecimento do comércio, divulga a cidade no Brasil e mantém as tradições. As caixeiras, nas festividades, são figuras símbolos da festa do Divino, tradicionalmente parte indispensável da manifestação religiosa. Sobre festa sem caixeiras, responde que de forma alguma poderia acontecer, pois descaracterizaria a manifestação tradicional.

A entrevistada finaliza a conversa dizendo que o que mais a preocupa é a idade avançada das caixeiras e sugere que gestores se mobilizem pelo incentivo à adesão de novas praticantes do toque de caixas com oficinas para jovens.

Professora de órgão público dá depoimento sobre a importância da festa: durante um ano de trabalho na cidade pouco sabe da festa do Divino, mas imagina ser importante para manutenção das tradições locais. Declara também que a manifestação traz movimentação à cidade, muito embora comidas e bebidas sejam distribuídas gratuitamente durante a festa.

Encerra a entrevista afirmando que só a população poderá mudar a falta de sucessoras de caixeiras. De oito docentes, participaram da pesquisa somente duas, com consciência da importância do evento e disseram trabalhar sentimento de pertencimento em sala de aula. Todavia cinco entrevistadas se negaram à pesquisa, o que intrigou e limitou a interpretação dos dados.

Entre vinte alunos, adolescente de 16 diz ter a festa do Divino representação de momento alegre que desperta jovens para a importância de práticas religiosas e demonstra a história dos antepassados.

Por sua importância, a festa para Alcântara atrai muitos turistas, inclusive estrangeiros e divulga a cidade. Sobre as caixeiras, limitou-se em dizer que são senhoras importantes para o festejo e todos na cidade as respeitam, completa dizendo que as caixeiras são figuras de destaque no cortejo do Divino. Diz ainda que sem caixeiras não pode existir festa do Divino, e percebe que elas apresentam idade avançada e já parecem cansadas. O jovem sugere que a prática do toque de caixas seja passada a novas gerações para que se garanta continuidade.

Cinco alunos responderam, em consonância com o primeiro entrevistado, entretanto, o restante da mostra (quatorze), não soube responder. Compreendeu-se a negativa da maioria de alunos que, além da timidez de participar de pesquisa, há fator preponderante que leva a preocupações. Os discentes, provavelmente, não são informados quanto à importância da Festa do Divino Espírito Santo para Alcântara, tampouco sabem sobre o conteúdo. Ao cruzamento dos resultados com o universo de professores entrevistados, a falta de informações sobre a Festa do Divino em Alcântara é diretamente proporcional entre discentes e docentes.

Na instância da gestão pública, Secretário de Turismo reconhece que a Festa do Divino Espírito Santo é o próprio "retrato" da cidade, percebe o perigo iminente da falta de sucessoras de caixeiras e que não pode existir festa do Divino sem elas. Pela análise, o Secretário afirmou terem feito parceria com o Ministério do Turismo para implementação de oficinas de treinamento para novas caixeiras em que as mais antigas treinarão as mais jovens e a previsão é de remunerar 40 adolescentes para a prática do toque de caixas. Alegou o Secretário que o projeto não fora instituído em 2013 porque o recurso chegou tarde, em 2014, porém, estará em vigor.

O atual Prefeito reafirma as declarações do Secretário de Turismo e acrescenta entendimento sobre a importância de práticas culturais e diz ter consciência da figura simbólica das caixeiras, não só para a festa do Divino, mas também para Alcântara. O gestor se diz preocupado com a continuidade da festa e garantiu incentivo por meio de Projeto patrocinado pelo Ministério do Turismo para 2014. Com as palavras do Prefeito, "a festa fica parecendo coisa de velho que tá sumindo" (Informação Verbal)[46], ou seja, a tradição é antiga e sempre fora executada por pessoas mais velhas e está sumindo porque elas estão morrendo na mesma medida em que o legado vai se perdendo por falta de registro das cantorias. Prontificou-se a "guardar" o legado das vivas, providenciar para que os cânticos sejam gravados e arquivados para a história no futuro. O Prefeito encerra afirmando que outras preocupações se fazem pertinentes para a continuação da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara, transporte e rede hoteleira. Medidas urgentes precisam ser tomadas para garantia da visitação, não só no período da Festa do Divino, mas em todo o ano.

O vigário também dá depoimento sobre a manifestação religiosa mais prestigiada: as caixeiras simbolizam o amor, a religiosidade, a fé e a perseverança, tudo na figura símbolo da festa sacrorreligiosa. Sobre a importância das caixeiras para Alcântara, o padre confirma que a figura da caixeira resgata os antepassados de Alcântara, mantendo acesa a chama pela ancestralidade e tradições, despertando o lado religioso da população de todas as idades e dos visitantes. Diz também ter ciência do problema das caixeiras no processo de sucessão e acredita exista certa preocupação nesse sentido, no que se refere à tradição. Sugere alerta às crianças e jovens para que saibam da importância da manifestação religiosa para a cidade. O vigário diz

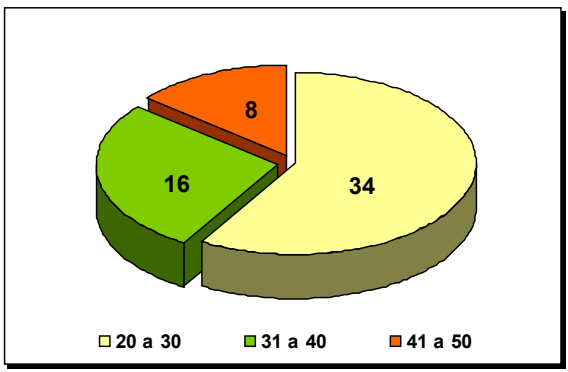
46 Entrevista concedida em 14.05.2013.

crer na boa vontade cristã dos gestores, no sentido de contribuir para a manutenção da tradição para que, juntos, igreja e gestão municipal, possam manter a tradição da festa religiosa do Divino Espírito Santo.

Quanto à estratégia de garantia do toque de caixas em Alcântara, sugere gestão com sensibilidade religiosa com assunto importante para a comunidade cristã. Por último, afirma que a manifestação não faz sentido sem as caixeiras, por serem elas um simbolismo de manifestação religiosa: a caixeira é imaculada e insubstituível para o festejo em Alcântara.

Sessenta pessoas responderam aos questionários (Gráfico 1), maioria na faixa etária entre 20 e 30 anos, o que desperta para a problemática de viajantes, pela escassez de infraestrutura de embarcações, no trajeto em direção a Alcântara.

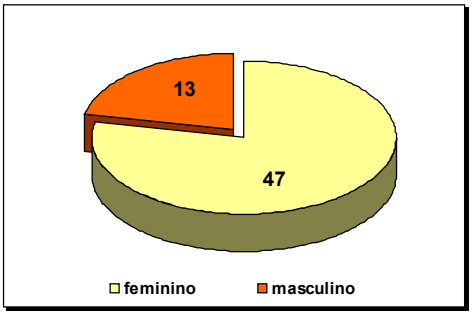
Gráfico 1 - Média de idade dos visitantes.



Fonte: GOMES, C.M, 2013.

A maioria dos visitantes é do sexo feminino e por isso a manifestação religiosa precisa ser pensada, planejada e dirigida para ampliação.

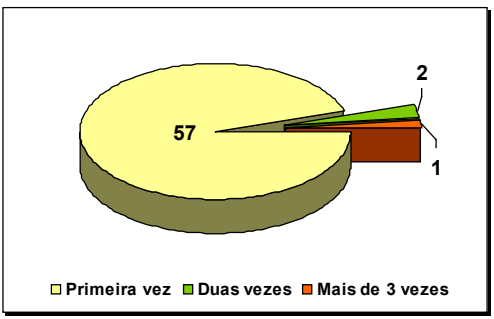
Gráfico 2 – Sexo.



Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Ás vezes em que o visitante esteve em Alcântara: a maioria em visita à cidade pela primeira vez. Na faixa etária entre 20 e 30 anos, eles se disponibilizam a voltar e consideram a viagem em embarcações, uma aventura. A minoria, com resposta negativa à possibilidade de retorno, tem o perigo da viagem como motivo, seguido da falta de estrutura de hotéis e restaurantes.

Gráfico 3 - Quantidade de vezes que esteve em Alcântara.

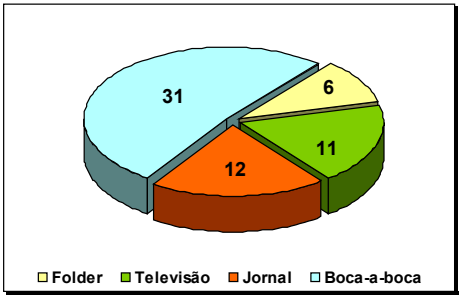


Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Meio de divulgação do festejo do Divino, mais influente na demanda em 2013, a divulgação boca a boca é a mais funcional

em Alcântara. Televisão e jornal não parecem demandar novos visitantes à cidade e a folhetaria não significou suficiente entre 60 entrevistados.

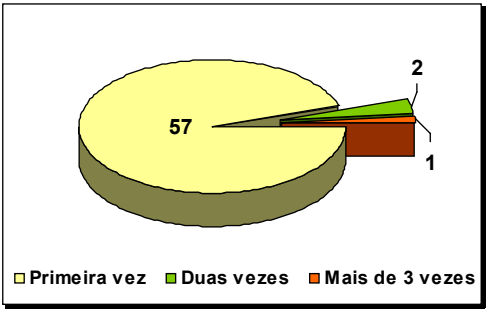
Gráfico 4 - Meio de divulgação da Festa.



Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Número de vezes em que o visitante esteve em Alcântara para a Festa do Divino Espírito Santo. A exemplo do Gráfico 3, as informações se confirmam: os que estavam em visita pela primeira vez eram também turistas motivados pelo festejo do Divino Espírito Santo.

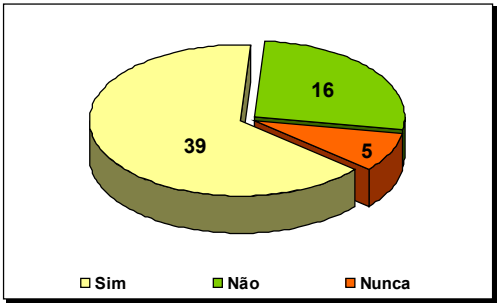
Gráfico 5 - Quantas vezes participou da Festa.



Fonte: GOMES, C.M, 2013.

A intenção do visitante de retornar a Alcântara e motivos pela não volta. Significativo número de visitantes respondeu positivamente à possibilidade de retorno e, na medida em que se cruza informação com gráficos 1 e 2, compreende-se que a maioria está em faixa etária jovem, entre 20 e 30 anos: são pessoas que se aventuram à travessia de barco.

Gráfico 6 - Pretensão de retornar a Alcântara.



Fonte: GOMES, C.M, 2013.

Visitantes, em resposta negativa à possibilidade de retorno, mostram-se em minoria na referida faixa etária entre 31 e 40 anos e com mais de 51 anos. A questão é falta de segurança das embarcações, motivo principal, em seguida escassez de infraestrutura.

Desta forma apreende-se uma amalgama de entraves diversos implicando na premente possibilidade de extinção do expoente caixeiras na Festa do Divino alcantarense, o que inevitavelmente impactará o turismo local que tem nessa manifestação cultural o ápice da demanda anual de visitantes. Sobretudo a extinção das sacerdotisas do Divino em Alcântara silenciará o canto de mulheres que vem mantendo a própria identidade há séculos. Significa dizer que sem elas o legado centenário que celebra a vida, a fartura e a liberdade se perderá deixando uma lacuna irreparável para a cultura e a tradição do lugar.

CONCLUSÃO

A problemática situacional das caixeiras e relacionamento com os quilombos, no entorno, implicam em conhecer o processo histórico de conflitos, resistências e como se posicionam em práticas culturais e religiosas, como Festa do Divino Espírito Santo, estudo da pesquisa e parte intrínseca da herança cultural de sua descendência.

Ainda assim, pretende-se contribuir com a comunidade científica abstraindo do empírico a fundamentação teórica necessária da realidade das caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara. A despeito de trabalho árduo, na medida em que emergiam preâmbulos de prática das caixeiras, histórico ancestral, raízes e relações prementes com os quilombos.

Entretanto, abstraiu-se de estudo de que o Maranhão é um estado rico em tradições e a capital constitui pólo de desenvolvimento turístico dos mais expressivos, apesar de entraves econômicos. Alcântara está à mercê de deliberações governamentais e apresenta significativo déficit estrutural e econômico para moradores e visitantes.

A Festa do Divino Espírito Santo é expoente em tradição e atrativo turístico. Assume novos contornos, trazendo consigo legado cultural singular pelas especificidades de manifestação no restante do país que conta com cenário de caixeiras que existem unicamente para louvor ao Divino, sacerdotisas e únicas responsáveis pelo anúncio e cortejos da festa. A manifestação religiosa é unicamente católica, o que a diferencia das demais práticas de toque de caixas no restante do país, sempre ligada aos Terreiros de Mina. As caixeiras enfrentam real ameaça de extinção, caso não sejam tomadas medidas cabíveis em caráter de urgência.

Em 2013, é perceptivo o declínio da festa em número de participantes, principalmente em número de caixeiras em exercício, o que se fez aparente, inclusive em figuras impressas na pesquisa.

A investigação foi para conhecer a situação da tradicional festa do Divino, em Alcântara, e aplicação de questionários e entrevistas com sociedade, brincantes, turistas, visitantes, autoridades administrativas e religiosas, à busca de dados para pensar o futuro e continuidade da tradição. O festejo é uma festa tradicional, com representações de religiosidade. Como resultado da investigação, tem-se a necessidade de mecanismos entre autoridades, sociedade e clero, solução para prática que resiste com dificuldades.

A pesquisa revelou, algumas vezes, desconhecimento e interesse por parte da nova geração, talvez por falta de incentivo e informações sobre o legado cultural. Também evidenciou a importância de implementação de oficinas, trabalhos escolares e incentivo pela necessidade de manter, viva, a tradição.

A gestão municipal se compromete com executar planos e estratégias de reintegração da juventude na cultura, por meio de bolsas remuneradas para caixeiras iniciantes. Compromete-se ainda em desenvolver projeto de reestruturação da rede hoteleira, inclusive acenando para inserção da comunidade em uma espécie de café hotel envolvendo residências com boas estruturas (proposição do Prefeito local), o que trará incremento à receita familiar.

Há carência de incentivos na comunidade e em escolas: trata-se de manifestação religiosa, elo entre cultura e antepassados. Juventude e entrevistados resistem à aquisição de conhecimento sobre a cultura alcantarense para contribuir com a manutenção cultural. Todos os anos, há mobilidade de participantes da Festa do Divino que poderiam ser futuras caixeiras. Por esses motivos, é unânime a ideia de que oficinas de treinamento

de caixeiras se façam realidade. O festejo é expressivo atrativo turístico e carece de atenção e gestão dirigida, só existe pelas caixeiras, e sem as quais a manifestação perde sentido.

No acesso à cidade, é notória a falta de infraestrutura adequada, bem como de rede hoteleira que carece de reestruturação para melhor atender aos visitantes. Segurança de transporte marítimo com infraestrutura é requisito básico para retorno, em visita a Alcântara.

Na pesquisa de campo, verificou-se, em pequeno número de entrevistados, desconhecimento da comunidade, de discentes e docentes, sobre entraves à continuidade da Festa do Divino Espírito Santo, também de atores sociais sobre o real significado das caixeiras na festa. Professores, em maioria, disseram não desenvolver em sala de aula, o significado da festa e sua importância para a cultura.

Ainda que o grupo, alheio à realidade das caixeiras, seja pequeno, diante da iminência de supressão das sacerdotisas, parece um dado importante que deve ser considerado em futuros planejamentos da festa, providenciando informações mais fundamentadas sobre a origem da prática religiosa e as relações com a história.

A igreja faz apelo em prol da perpetuação da maior manifestação cultural religiosa de Alcântara. Sua participação está para além de incongruências entre sagrado e profano. O vigário reconhece seu valor como símbolo de amor, de religiosidade, fé e perseverança, além de resgate cultural de práticas ancestrais, o que valida a tradição e apoia a continuidade do legado.

Imbricações entre cidade e comunidades quilombolas, no entorno, constituem urdidura complexa para conhecimento das práticas culturais, o que demanda pesquisa mais aprofundada, em áreas epistemológicas.

A realidade da Metrópole São Luís, principal polo de turismo do Estado do Maranhão, é permeada de entraves econômicos e gerenciais. Mesmo principal polo turístico, é mais receptora de turista do que atrativo, na condição de portão de entrada.

No contexto sociopolítico, cultural e turístico, o Maranhão e São Luís reconhecem nas caixeiras símbolo indissociável da Festa do Divino Espírito Santo, principalmente em Alcântara, onde sacerdotisas vivem em função e especificamente para o Divino, ao contrário do que ocorre nas demais cidades maranhenses, onde também se dedicam aos terreiros de mina.

Sobre indícios de estagnação econômica, compreendeu-se que impera o ranço de decadência econômica pelo histórico de segregação social e posição geográfica que entravam acessos ao turismo e aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade, sem políticas públicas de fomento na agricultura e pecuária. Todavia a população reside em interiores onde quilombos ocupam maiores áreas e a lida pela terra dificulta o desenvolvimento do povo.

Segundo gestores públicos, tomam-se medidas em remediar problemas, principalmente quanto ao acesso à cidade e novos incrementos para o setor turístico contemplando oficinas para evolução do legado cultural das caixeiras, um dos principais atrativos turísticos.

O festejo do Divino Espírito Santo é expoente cultural da capital e Alcântara em maior ênfase. É que o legado das caixeiras está sob ameaça, passado de geração em geração. Mães, atualmente, negam participação de adolescentes em ensaios e ritual da festa por vários motivos, inclusive pela ausência às escolas, o que resulta em prejuízo. Nesse contexto, as próprias adolescentes não reconhecem na festa do Divino Espírito Santo e no "serviço" das caixeiras, prática atraente, dizendo-os "coisa do passado".

Assim, é necessidade sensibilizar a comunidade, os gestores, sobre a importância da manifestação, despertando-lhes comprometimento. Todos os citadinos carecem de sentimento de pertencimento às práticas culturais para que sejam mantenedores imediatos e constantes de tão expressivo legado cultural. Urge, pois, intervenção pública direta e imediata, principalmente na proposta de garantia do legado cultural exponencial da cidade de Alcântara, Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA. **Tambor-de-Crioula.** Férias Brasil. Disponível em: <http://www.feriasbrasil.com.br/ma/alcantara/tambordecrioula.cfm>. Acesso em: 25 ago. 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara:** laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

ALVES. M. L. B. Festas religiosas como atrativos turísticos. In: RAMOS. S. P (org.). **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2012.

AMARAL, Rita de Cássia. **O tempo de festa é sempre**. In: TRAVESSIA - REVISTA DO MIGRANTE, CEM, ano VI, n. 15, jan/abril, 1993.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira: Significados do festejar, no país que "não é sério"**. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 34-35.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Metodologia y prática del desarrolho de la comunidade**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1980.

ANDRADE FILHO, Kenard Pacheco de. **Uma avaliação do pólo turístico de São Luís (Ma) com ênfase na demanda turística internacional.** 130p. Dissertação [Mestrado Profissional em Economia]. Universidade Federal de Pernambuco. 2003.

BARBOSA, Marília da Glória. **Umas Mulheres que dão no couro:** as caixeiras do Divino no Maranhão. 219p. Dissertação [Mestrado em História]. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

BARRETO JUNIOR, I. M. **Roteiro 5:** Alcântara. In: LOPES, José Antônio Viana. São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de arquitetura e

paisagem. Ministério da Cultura (Brasil), Ministério de assuntos exteriores y de Cooperacion. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitretura e Viviendas, 2008.

BARRETO, Luiz Antonio. **Um novo entendimento de folclore e outras abordagens culturais**. Sergipe: Sociedade editorial de Sergipe, 1994.

BASE AÉREA PODERÁ virar polo turístico. 16.5.2013. Disponível em: <http://folhamaranhao.com/noticias/maranhao/base-aerea-podera-virar-polo-turistico-54952.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BASTIDE, Roger. **Sociologia do folclore brasileiro**. São Paulo: Anhembi, 1959.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado:** elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo, Paulus, 1985.

BORGES, Mano. **Maranhão, Meu Tesouro, Meu Torrão.** Intérprete: Alcione. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/alcione/maranhao-meu-tesouro-meu-torrao.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BOSI, A. **Plural caótico**. In Cultura brasileira temas e situações. São Paulo: Bomlivro. 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

BRASIL. **Índice de competitividade do turismo nacional.** Brasília: DF, 2010. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outrosestudos/Relatxrio_Brasil_2010.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

BRASIL PLANET TURISMO. **Fortaleza até São Luís de 4x4 "Rota das Emoções"**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?-q=brasil+planet+rota+das+emo%C3%A7oes&client=firefox-a&hs=Tyg&rls=org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbm=isc. Acesso em: 26 ago. 2013.

BRASÍLIA. Decreto Lei nº 86.060 de 02 de junho de 1981. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_lencois_maranhenses.pdf>. Acesso em: 23 maio 2013.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (orgs.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAIRES, D. R. O barão republicano: Antonino da Silva Guimarães e a nova ordem em Alcântara na virada do século XIX. **II Simpósio de História do Maranhão oitocentista.** São Luís: UEMA, 2011.

CALDAS, Waldemar. **Cultura de massa e política de comunicação.** São Paulo: Global, 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARESTIATO, A. P. **Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local:** um estudo de caso. Dissertação [Mestrado em Geografia]. Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Rio de Janeiro: Programa EICOS/UDRJ, 2000.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Literatura oral no Brasil.** Belo Horizonte: EDUSP, 1984.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

COELHO NETTO, Eloy. **História do sul do Maranhão.** Belo Horizonte: São Vicente, 1979.

CORIOLANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (orgs.) **Turismo de base comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Ministério do Turismo: Brasília, 2009.

CORIOLANO, L. N. T. M. **Lazer em busca de uma sociedade sustentável**. In: _____ (org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998.

CORREA, Roberto Lobato. Geografia cultural: passado e futuro.. In: ROSENDHAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festa e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano** - a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENCONTRAMA. **Guia do estado do Maranhão**. 2009. Disponível em: <http://www.encontrama.com.br/>. Acesso em: 25 mar. 2013.

FALCÃO, Duda. Quilombolas e MPF/MA Discutem Nova Área do CLA. **Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, p. 05, 07/10/2010.** Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=quilombos+alcantara+maranhao&client=firefox-a&hs=7Zh&rls=org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=O5IbUq6kGeTz2QWzxIHIBQ&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#fp=f8ae027f7edef60f&q=comunidade+mamuna+alcantara+maranhao&rls=org.mozilla:pt-BR3%Aofficial&tbm=isch&facrc=_&imgdii=_&imgrcOz663EvPaj6hEM%3A%3BXExl24K9hNo-8M%3Bhttp%253A%252F%252F1.bp.blogspot.com%252F_x2tsYqz5q3c%252FTK2Vlloe9tI%252FAAAAAAAADig%252FZtXHc9FYkHI%252Fs400%252F-

C o m u n i d a d e % 2 5 2 B Q u i l o m b o l a % 2 5 2 B d e % 2 5 2 B M a m u -
na%252Bem%252BAlc%2525C3%2525A2ntara.bmp%3Bhttp%253A%-
252F%252Fbrazilianspace.blogspot.com%252F2010%252F10%252F-
quilombolas-w-mpfma-discutem-nova-area.html%3B337%3B259.
Acesso em : 25 ago. 2013.

FARACO, C. A; CASTRO, G; TEZZA, A. (Orgs). Diálogos com Bakhtin. In: FARACO, C. A; CASTRO, G; TEZZA, A. **Di logos com Bakhtin.** Curitiba: Editora da UFPR, 1996.
FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** São Paulo: Difel, 1978.

FERREIRA, l. S. Pequenas cidades e cotidiano. In: SILVA, A. B; GOMES, R. C. C; SILVA, V. P. **Pequenas cidades uma abordagem geográfica**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

FERREIRA, Maria Nazareth. **As festas populares na expansão do turismo**. 2. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

FERRETI, Sergio F. Texto Publicado no catálogo da **Exposição Divino Toque do Maranhão**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular / IPHAN / MEC, 2005.

FRESCA, Tania Maria. Redefinição dos papéis das pequenas cidades na rede urbana do norte do Paraná. In.: ENDLICH, A. M. ROCHA, M. M. **Pequenas cidades e desenvolvimento local.** Apresentado no I Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local, agosto de 2008. Organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco. Comissão Nacional de Folclore. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador, Bahia, 16 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2013.

GADELHA, Agileu. Notas de aula do Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos – UECE. 2013.

GAZETA MERCANTIL. **Guia do Executivo**: São Luís e cidades maranhenses. Melhoramentos, 1998. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=347a66e5-2e91-49b7-9bd5-5762d4ae3e02&groupId=24915>. Acesso em: 25 ago. 2013.

GEERTZ, Clifford Ethos, world view and the analisis of sacred symbols. Antioch Review (1958).

GIRARD, René. **A violência e o sagrado.** São Paulo: UNESP: Paz e Terra, 1998.

GOMES, Marcos Antônio; CARDOSO, Maria Suely Dias. Apropriação e manejo dos recursos em Santana de Caboclos – Terra de Santíssimo. In: ANDRADE, Maristela de Paula; SOUZA FILHO, Benedito de (org.) **Fome de Farinha:** deslocamento compulsório e insegurança alimentarem Alcântara. São Luís: EDUFMA, 2006.

GOUVEIA, Cláudia Rejane Martins. **As esposas do Divino**: poder e prestígio feminino na Festa do Divino Espírito Santo em terreiros de Tambor de Mina de São Luís, Maranhão. Dissertação [Mestrado em Antropologia]. Recife: UFPE, 2001.

GOVERNO ESTUDA transformar base de Alcântara em polo turístico. Projeto é similar ao já utilizado nos EUA e Guiana Francesa. **Tribuna do Maranhão,** São Luís, 17/05/2013. Disponível em: <http://www.tribunadomaranhao.com.br/noticias/governo-estuda-transformar-base-de-alcantara-em-polo-turistico-1004073.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

HALL. S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPeA, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatísitca. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Mapa ilustrado da cidade de Alcântara – MA.** 2006a. Disponível em: <https://

www.google.com.br/search?q=mapa+alcantara+iphan&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pt=-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei-zYwbUsLhMMSd2gWdr4GoBw&ved=0CAcQ_AUoAQ&biw=1280&-bih=672#facrc=_&imgdii=_&imgrc=tNnD7xi-ey0VpM%3A%3BIN-LfZP3cddB2uM%3Bhttp%253A%252F%252Ffarm4.staticflickr.com%252F3536%252F3742808751_1cd5e485d1_z.jpg%253Fzz%-253D1%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.flickr.com%252Fphotos%-252Fddepaiva%252F3742808751%252F%3B640%3B448>. Acesso em: 25 ago. 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Caixeiras do Divino Espírito Santo**: no bater da minha caixa estou convidando a folia. São Luís-MA: IPHAN, 2006b.

IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo. Celebrações populares: do sagrado ao profano. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E AÇÃO COMUNITÁRIA. *Terra Paulista: Histórias, artes, costumes*, v. 3, **Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008, p. 207.

KELLER, Peter. Uma nova maneira de ver o turismo global. In: TRIGO, L. G. G. **Análises regionais e globais do turismo Brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

KODAMA, Kátia Maria Roberto de Oliveira. **Iconografia como processo comunicacional da Folia de Reis:** o avatar das culturas subalternas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – ECA/USP, São Paulo, 2009.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão**: corpo e alma. São Luis: Lithograf, 2012.

LAGE, Beatriz Helena G, MILONE, Paulo César (org.). **Turismo:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LEAL, João. **As festas do Espírito Santo nos Açores:** um estudo de antropologia social. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

LENÇÓIS MARANHENSES rio preguiça caburé. Morais Brito Viagens e Turismo. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=morais+brito&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.51156542,d.eWU,pv.xjs.s.en_US._-554IbEZc0.O&biw=1280&bih=672&um=1&ie=UTF-8&hl=pt-BR&tbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=BIYbUtC8A6qX2QXO4oBo#facrc=_&imgdii=_&imgrc=XGFO7mI8zZW8JM%3A%3By2U9ZD7xfky3vM%3Bhttp%253A%252F%252F3.bp.blogspot.com%252F_HytXHPq02iQ%252FS75fnkj4wKI%252FAAAAAAAAAD3k%252Fe_15TTaZCM4%252Fs400%252Fmapalencoismaranhenses.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Frotadasemocoes.blogspot.com%252F2011_02_01_archive.html%3B400%3B341>. Acesso em: 26 ago. 2013.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. **A festa junina em Campina Grande -PB:** uma estratégia de folkmarketing. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
MACENA, L. Festas, danças e folguedos: elementos de identidade local, patrimônio imaterial do nosso povo. In: MARTINS, J. C. O. M (org.). **Turismo, cultura e identidade.** São Paulo: Roca, 2003.

MAPA DA ROTA DAS EMOÇÕES – Jericoacoara Lençóis Maranhenses Delta do Parnaíba. Morais Brito Viagens e Turismo. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=circuito+da+rota+das+emocoes&client=firefox-a&hs=6LM&rls=org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=04kbUvW3CYfn2wWm24DgCQ&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#facrc=_&imgdii=_&imgrc=Zux9FZvDc5vyoM%3A%3BJlk7gmZ4hTz_nM%3Bhttp%253A%252F%252F2.bp.blogspot.com%252F_HytXHPq02iQ%252FTNSl2TRVhoI%252FAAAAAAAAAEgw%252FUnNPyk0ns5s%252Fs400%252Frotamapa.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Frotadasemocoes.blogspot.com%252F2010_11_01_archive.html%3B400%3B120>. Acesso em: 26 ago. 2013.

MARANHÃO. Secretaria de estado do Turismo. **Plano Maior 2020** - Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão. São Luís: Governo do Maranhão, 2011a.

MARANHÃO. Secretaria de estado de Turismo. **Maranhão único.** São Luís: Governo do Estado, 2011b.

MARTINS, J. C. O. M. Identidade: percepção e contexto. In: MARTINS, J. C. O. M (org.). **Turismo, cultura e identidade.** São Paulo: Roca, 2003.

MEGIANI, Ana Paula Torres. **O jovem rei encantado -** aspectos da construção e personificação do mito messiânico português. Dissertação [Mestrado em História Social]. Faculdade de História da USP, São Paulo, 1995.

MEISTER, José Antonio Fracalossi. Lazer e prazer é só fazer. In DORNELLES, Beatriz; COSTA, José Corrêa da Costa (orgs.). **Lazer, realização do ser humano:** uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Editora Dora Luzzato, 2005.

MELLO, Carolina. **A Festa do Divino Espírito Santo no Maranhão e suas Caixeiras**. Geledés Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?client=firefox-a&hs=9jM&rls=org.mozilla%3Apt-BR3%Aofficial&biw1280=&bih672=&noj1=&tbm=isch&sa=1&q=caixeiras+do+divino+alcantara&oq=caixeiras+do+divino+alcantara&gs_l=img.3...2663.4547.0.5122.10.10.0.0.0.0.344.1617.2j6j0j2.10.0....0...1c.1.25.img..9.1.332.GV2MdLEWMSM#facrc=_&imgdii=_&imgrc=bXbUfbVCM40-xM%3A%3B898xe_E_XH1u5M%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.geledes.org.br%252Fimages%252Fstories%252Fartes%252Fcaixeira%252Fcaixeiras01.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.geledes.org.br%252Fpatrimonio-cultural%252Fartistico-esportivo%252Fmanifestacoes-culturais%252F1636-a-festa-do-divino-espirito-santo-no-maranhao-e-suas-caixeiras%3B500%3B335>. Acesso em: 25 ago. 2013.

MELO, José Marques de. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A base de Alcântara e as comunidades remanescentes de Quilombos.** 2010. Disponível em: <http://chiapas.laneta.org/desmilitarizacion/encuentro/ponencias/mlm04.htm>. Acesso em: 28 mar. 2013.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTELLO, Josué. **A noite sobre Alcântara.** São Luís: José Olympio Editora, 1978.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**: neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasílian, DF: UNESCO, 2005.

MOURA, Antonio de Paiva. Turismo e festa folclórica no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

PANZINI, R. G. *et al*. **Qualidade de vida e espiritualidade**. Revista de psiquiatria clínica, v. 34, supl.1, 2007.
PASTA JÚNIOR, J. A. Cordel, intelectuais e o Divino Espírito Santo. In: BOSI, A. **Cultura brasileira temas e situações.** São Paulo: Bomlivro, 1992.

PEDRO SOBRINHO. **Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara.** 2 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?client=firefox-a&hs=j9M&rls=org.mozilla%3Apt-BR%3Aofficial&biw=1280&bih=672&noj=1&tbm=isch&sa=1&q=caixeiras+do+divino+alcantara&oq=caixeiras+do+divino+alcantara&gs_l=img.3...2663.4547.0.5122.10.10.0.0.0.0.344.1617.2j6j0j2.10.0....0...1c.1.25.img..9.1.332.GV2MdLEWMSM#facrc=_&imgdii=_&imgrc=bW0mrTdUFUVo0M%3A%3BeRe0y1lM06pGOM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.blogsoestado.com%252Fpedrosobrinho%252Ffiles%252F2013%252F05%252Fdivino.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.blogsoestado.com%252Fpedrosobrinho%252Fcategory%252Fcultura%252F%3B510%3B300>. Acesso em: 25 ago. 2013.

PEREIRA, Carla Rocha. **Devoção e identidade:** a festa do Divino Espírito Santo da Colônia Maranhense no Rio de Janeiro. Folhas 205. Dissertação [Mestrado em Sociologia e Antropologia]. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

PIRES, Dalviane. **Governo confirma base de lançamento de foguete no CE.** Disponível em: <https://www.google.com.br/search?-

q=quilombos+alcantara+maranhao&client=firefox-a&hs=7Zh&rls=org.mozilla:pt=-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=O5IbUq6kGeTz2QWzxIHIBQ&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#fp=b7b442789f3687d5&q=lancamento+de+foguete+base+aerea+alcantara&rls=org.mozilla:pt-BR%3Aofficial&tbm=isch&facrc=_&imgdii=_&imgrc=kX3sB67j88MhWM%3A%3BA-CV8t8hQk8KfM%3Bhttp%253A%252F%252F4.bp.blogspot.com%252F_AxCuBauiBF0%252FSnLhjhp53cI%252FAAAAAAAACwo%252Ff0L2sXMMfqY%252Fs400%252Flan%2525C3%2525A7amento%252BVLS.JPG%3Bhttp%253A%252F%252Fmoraisvinna.blogspot.com%252F2009_07_01_archive.html%3B325%3B400. Acesso em: 25 ago. 2013.

POGGIO, Guilherme. **Segundo Abin, franceses espionaram CLA.** Poder aéreo. Inteligência, Noticiário Internacional, Política, 28 de abril de 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=quilombos+alcantara+maranhao&client=firefox-a&hs=7Zh&rls=org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=O5IbUq6kGeTz2QWzxIHIBQ&ved=0CAkQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#facrc=_&imgdii=_&imgrc=MpvFkJSpC-JpQM%3A%3B5woc3Du7wO8BgM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.aereo.jor.br%252Fwp-content%252Fuploads%252F2009%252F04%252Falcantara.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.aereo.jor.br%252F2009%252F04%252F28%252Fsegundo-abin-franceses-espionaram-cla%252F%3B901%3B1000>. Acesso em: 25 ago. 2013.

PORTAL DO CEARÁ 2012. Disponível em: http://conhecendooceara.diariodonordeste.com.br/secundario/fortalecimento-rota-das-emocoes-tem-novos-desafios-para-consolidacao. Acesso em: 25 ago. 2013.

RIBEIRO, Samme. **Operadores internacionais visitam Rota das Emoções**. Em ação promovida pela Latam, Embratur e Sebrae, principais agências do mundo conhecem o roteiro composto por Maranhão, Piauí e Ceará. ASN - Agência Sebrae de Notícias 27.08.2013. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/21089907/ultimas-noticias/operadores-internacionais-visitam-rota-das-emocoes/?indice=0>. Acesso em: 25 ago. 2013.

RIO DE JANEIRO e Bahia são estados com maior número de destinos indutores do turismo regional. **Êxito Rio**. 22/01/2013. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=65+municipios+indutores+-turismo+no+brasil&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=n4YbUo3M-BorV2QWm0YDQAQ&ved=0CAcQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#-facrc=_&imgdii=_&imgrc=T2bI4oeTyprLjM%3A%3BAB_SGP7YzhHjz-M%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.exitorio.com.br%252Fexitonoti-cias%252Fimagens%252Fnoticias%252Ffotos%252F8649.jpg%3Bht-tp%253A%252F%252Fwww.exitorio.com.br%252Fexitonoticias%252F-ntc8916%252Crio-de-janeiro-e-bahia-sao-estados-com-maior-nume-ro-de-destinos-indutores-do-turismo-regional.html%3B564%3B776>. Acesso em: 26 ago. 2013.

RIOS, Luis da Silva. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2010.

ROCHA, M. de F. S. **A festa do Divino Espírito Santo no Maranhão**: uma proposta de glossário. 2008. 163 f. Dissertação [Mestrado em Linguística]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

RODRIGUES, Reginaldo. Alcântara: **Patrimônio Histórico Nacional que busca a consolidação do turismo.** 2008. Disponível em: <http://www.jornalcazumba.com.br/index.php?conteudo=noticia&idconteudo=567>. Acesso em: 15 mar. 2013.

ROPE, Ananda. Um passeio para cada um. **Correio braziliense.** Turismo. Brasília, 23 de março de 2011. Disponível em: <http://www.rotadasemocoes.com.br/webroot/files/rde_noticias/t02-tur-2303-a6267.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

ROSENDHAHL, Zeny. **Espaço e religião:** uma abordagem geografia. 2. ed. Rio de Janeiro. UERJ, 1996.

ROSENDHAHL, Zeny. O espaço, o sagrado e o profano. In: _____. **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ROTA DAS EMOÇÕES Delta do Parnaíba Jericoacoara Lençóis Maranhenses. Morais Brito Viagens e Turismo. Disponível: <https://www.google.com.br/search?q=rota+das+emocoes&client=firefox-a&hs=a1j&rls-org.mozilla:pt-BR:official&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=hYo-

bUomDFoXk2wXE34Fo&ved=0CAcQ_AUoAQ&biw=1280&bih=672#facrc=_&imgdii=_&imgrc=QEH1g_9pWtwRdM%3A%3BEO-IVZkK9T_1jM%3Bhttp%253A%252F%252F4.bp.blogspot.com%252F_HytXHPq02iQ%252FS-7fALZ_xJI%252FAAAAAAAAAD-M%252FWO9A-BqLW7U%252Fs400%252Faventura4x4.jpg%3Bhttp%253A%252F%252Frotadasemocoes.blogspot.com%252F2010%252F05%252Ftransfer-na-rota-das-emocoes.html%3B400%3B281>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SANTOS, M. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.

SAULE JÚNIOR, N; OSÓRIO, L. M; CARDOSO, P DE M; CHUEIRI, T. de R. **A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara.** O direito à terra e à moradia dos remanescentes de quilombos de Alcântara, MA - Brasil. In: Relatório da Missão da Relatoria Nacional do Direito à Moradia Adequada e à Terra Urbana. São Paulo: Instituto Pólis, 2003. 56p.

SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. **Henri Lefebvre e o retorno a dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, A. B; GOMES, R. C. C; SILVA, V. P. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela. In: SILVA, A. B; GOMES, R. C. C; SILVA, V. P. **Pequenas cidades uma abordagem geográfica.** Natal, RN: EDUFRN, 2009.

SOUZA, M. A. A. de. A metrópole global? Refletindo sobre São Paulo. In.: SOUZA, M. A.A. de. **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável:** turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000.

SYDOW, Evanize. **Alcântara**: vida e resistência: comunidades remanescentes de Quilombos de Alcântara, Maranhão. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2004.

TOMAZZONI, Edegar Luis; POSSAMAI, Ana Maria; LOVATEL, Rodrigo. Turismo no município de Bento Gonçalves (RS): análise do desenvolvimento de um destino indutor no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,** v. 4, n. 2, p. 5-30, ago. 2010.

VARÃO, Martin. **Exposição:** fibras e tramas de Barreirinhas. 26.03.2013. Disponível em: <http://bloguedovarao.blogspot.com.br/2013/03/exposicao-fibras-e-tramas-de.html>. Acesso em: 25 ago. 2013.

VIANA LOPES, J. A. **São Luís:** história urbana. In: LOPES, José Antônio Viana. São Luis Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de arquitetura e paisagem. Ministério da Cultura (Brasil), Ministério de assuntos exteriores y de Cooperacion. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitretura e Viviendas, 2008.

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e Políticas Públicas de Turismo:** análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo São Luís-MA. Dissertação [Mestrado Turismo]. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo Mestrado Profissional em Turismo, 2011.

VILHENA, Maria Angela. O peregrinar: caminhada para a vida. In: ABUMANSUR, Edin Sued (org.). **Turismo religioso:** ensaios antropológicos sobre religião e turismo. Campinhas, SP: Papirus, 2003.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comercio do Maranhão**. Reedição Fac-similar, São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1992.

_____. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3. ed. São Luis: AML/ALUMAR, 1999.

YAZIGI, Eduardo. Espaço, lugar e percepção: o turismo e os deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandra; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (orgs.). **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Sedução da cidade para nós e o turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói; PANOSSO NETTO, Alexandre; CARVALHO, Mariana Aldrigui; PIRES, Paulo dos Santos. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário 1 aplicado às caixeiras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 1
Caixeiras

Data ___/___/___

1) Nome completo_____

2) Idade_____

3) Há quanto tempo é caixeira?
_____

4) Você é ao mesmo tempo caixeira e coureira?
_____
_____

5) Como aprendeu o toque de caixas?
_____
_____

6) Como se dá o processo de sucessão nos dias atuais?

_____
_____

7) Onde ocorrem os ensaios para o Divino no decorrer do ano?

_____
_____

8) Qual o principal problema das caixeiras nos dias atuais?

_____
_____

9) Como pode ser resolvido o problema?

_____
_____
_____

10) Qual a importância das caixeiras na festa do Divino?

_____
_____
_____

11) A Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara pode existir sem as Caixeiras?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

APÊNDICE B – Formulário 2 aplicado às bandeirinhas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 2
Bandeirinhas

Data ___/___/___

1) Nome_____
2) Idade_____

3) Há quanto tempo participa da festa?

_____

4) Pretende continuar participando?

_____
_____
_____

5) Por quê?

_____
_____
_____

6) Você gosta de participar da festa do Divino como Bandeirinha?

_____
_____
_____
_____
_____
_____

7) Quem te incentivou a participar?

_____
_____
_____

8) Você sabe a importância das caixeiras para a festa do Divino?

_____
_____
_____

9) Você pretende se tornar caixeira efetiva?

_____
_____
_____
_____

10) Por quê?

_____
_____
_____

APÊNDICE C – Formulário 3 aplicado aos gestores locais

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 3

GESTORES LOCAIS: 1 padre; 1 prefeito; 2 vereadores.

Data ___/___/___

1) Nome _____

2) Cargo que ocupa

_____
_____
_____

3) Qual a importância das caixeiras para a Festa do Divino?

_____
_____
_____

4) Qual a importância das caixeiras para a cidade de Alcântara?

_____
_____
_____
_____

5) Os gestores municipais têm ciência de algum tipo de problema enfrentado pelas caixeiras nos dias de hoje?

_____
_____
_____ _____
_____

6) Como a gestão pública local pode interferir na realidade das caixeiras nos dias atuais?

_____
_____
_____

7) Há algum tipo de estratégia, na gestão atual, pensada para garantir essa prática do toque de caixas em Alcântara?

_____
_____
_____ _____
_____

8) A Festa do Divino em Alcântara pode existir sem as Caixeiras?

_____
_____
_____
_____

APÊNDICE D – Formulário 4 aplicado aos festeiros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 4

Festeiros

Data ___/___/___

1) Nome_____

2) Há quanto tempo é festeiro?

_____
_____
_____

3) Qual a sua relação com as caixeiras da cidade?

_____
_____
_____

4) Você sabe como se dá o processo de sucessão das caixeiras?

_____
_____
_____

5) A festa do Divino em Alcântara pode existir sem o toque de caixas?

_____
_____
_____

6) Você tem alguma ideia para mudar a realidade atual do processo de sucessão?

_____
_____
_____

APÊNDICE E – Formulário 5 aplicado aos turistas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 5

Visitantes: 20 turistas

Data ___/___/___

1) Nome_____

2) Idade
   a) entre 20 e 30 anos ( )
   b) entre 31 e 40 anos ( )
   c) entre 41 e 50 anos ( )
   d) acima de 51 anos ( )

3) Sexo
   a) masculino ( )
   b) feminino ( )

4) Quantas vezes já visitou Alcântara?
   a) primeira vez ( )
   b) duas vezes ( )
   c) mais de três vezes ( )

5) Qual o meio de divulgação do festejo que você teve acesso?
   a) folder ( )
   b) televisão ( )
   c) jornal ( )
   d) revista ( )
   e) informação boca a boca ( )

6) Quantas vezes participou do Festejo do Divino em Alcântara?
   a) primeira vez ( )
   b) duas vezes ( )
   c) mais de três vezes ( )
   d)
7) Pretende participar de outras Festas do Divino na cidade de Alcântara?
   a) sim ( )
   b) não ( )
   c) nunca ( )

No caso da resposta negativa (letras b e c) explicar o por quê:

   a) não gostou da festa ( )
   b) por falta de segurança pública ( )
   c) por falta de segurança nas embarcações ( )
   d) por falta de alojamentos adequados ( )
   e) pelos altos preços praticados no comércio local ( )

APÊNDICE F – Formulário 6 aplicado aos moradores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPQ
MESTRADO PROFISSIONAL DE GESTÃO EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS – MPGNT

FORMULÁRIO 6

Moradores: 10 donas de casa; 5 trabalhadores rurais; 8 professores; 8 estudantes; 7 membros da Festa do Divino.

Data ___/___/___

1) Nome_____

2) Idade_____

3) Qual a importância da Festa do Divino para você?

_____
_____
_____

4) Qual a importância da Festa do Divino para Alcântara?

_____
_____
_____

5) Qual a importância das caixeiras para a Festa do Divino?

_____
_____
_____

6) A Festa do Divino pode existir sem as caixeiras?

_____
_____
_____

7) Você percebe algum problema que atinja a tradição das caixeiras nos dias atuais?

_____
_____
_____

8) Você tem alguma sugestão para mudar o quadro atual?

_____
_____
_____

9) Você gostaria de ser caixeira?

_____
_____
_____

10) Você deixaria sua filha ser bandeirinha ou caixeira?

_____
_____
_____

O livro da Professora Mestra Cristina Mesquita Gomes -"Turismo e Cultura no Maranhão: As Caixeiras da Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara"- constitui-se numa grande contribuição para compreendermos as estratégicas e táticas da religiosidade do povo brasileiro numa região tão rica de misticismo e comportamentos religiosos, mas pouco observadas pela maioria dos pesquisadores e professores dedicados ao tema apreciado pela Professora Cristiane. Tão importante e proveitoso quanto ler essa obra, foi ter participado da banca de qualificação, bem como da defesa dessa pesquisa no mestrado, e, posteriormente, descobrir como todo o empenho e esforço investidos nesse processo investigativo trouxe a lume um trabalho tão bem elaborado.

A professora Cristiane tem um estilo leve, claro e preciso, despertando no leitor a vontade de conhecer cada detalhe de sua obra.

"As caixeiras da Festa do Espírito Santo em Alcântara" é um mistério, em cujas páginas o leitor vai aguçando sua curiosidade e vontade de se aprofundar na leitura. Essas páginas nos chamam a atenção, pois esse belo espetáculo que nos é apresentado pelas Caixeiras está prestes a desaparecer, por falta de novos componentes, sem os quais não se poderia dar continuidade ao trabalho de força e tenacidade dessas mulheres, protagonistas de um dos momentos mais ricos de nossa cultura.

Alcântara, no Maranhão, sai do silêncio, da penumbra da História para entrar na Glória dos imortais, no panteão dos heróis, trazidos pela pena investigativa de Cristiane. Sua pesquisa nos mostra a resistência dessas personagens que, com o rufar de seus tambores, gritam para não desaparecerem de nossa cultura. É um grito de alerta, que não pode calar; é a luta do dia a dia, que nos deixa, enquanto pesquisadores, com uma responsabilidade imensa de não permitirmos que essas vozes silenciem ou morram.

Dessa forma, é com grande prazer e satisfação que recomendo a obra de Cristiane Mesquita Gomes - assim como essas mulheres que ela tão bem retrata - uma guerreira, por isso, símbolo dos vencedores. Vamos à leitura.

Professor Dr. Francisco Agileu de Lima Gadelha
UECE